

PATRÍCIA ROSVADOSKI DA SILVA

**A DINÂMICA LOCAL ALTERADA PELO TURISMO NO
DISTRITO DE LAVRAS NOVAS, OURO PRETO - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2013

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

S586d
2013

Silva, Patrícia Rosvadoski da, 1982-

A dinâmica local alterada pelo turismo no Distrito de Lavras
Novas, Ouro Preto-MG / Patrícia Rosvadoski da Silva. –
Viçosa, MG, 2013.

xi, 102f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Rodrigo Gava

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 86-89

1. Administração pública - Lavras Novas (MG). 2. Turismo -
Lavras Novas (MG). 3. Comunidade - Desenvolvimento -
Lavras Novas (MG). I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação
em Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 351.8151

PATRÍCIA ROSVADOSKI DA SILVA

**A DINÂMICA LOCAL ALTERADA PELO TURISMO NO
DISTRITO DE LAVRAS NOVAS, OURO PRETO - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de fevereiro de 2013.

Raquel Santos Soares Menezes

Bruno Tavares

Magnus Luiz Emmendoerfer
(Coorientador)

Rodrigo Gava
(Orientador)

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma seja apenas outra alma humana”.
Carl G. Jung.

AGRADECIMENTOS

Enfim ... o fim.

Já dizia Rubem Alves, Ostra Feliz Não faz Pérola e o caminho para chegar até aqui demonstrou a importância da dedicação, e por diversas vezes, a renúncia de outras coisas. E a conquista desse título foi sem dúvida uma busca muito almejada na minha vida.

Por mais que este trabalho leve o meu nome, ele jamais teria chegado ao seu final sem o apoio de muitas pessoas.

Aos meus pais, Cesar e Lila, e meus irmãos Grasielle (Vê) e Paulinho pelo apoio incondicional em cada decisão da minha vida, por acreditarem em mim, muitas vezes quando eu mesma achava difícil de fazê-lo.

Ao Leonardo, que durante o processo seletivo era meu namorado, meu noivo no início do mestrado e me promoveu a sua esposa no segundo semestre do curso. Meu maior incentivador, que esteve comigo, me apoiando em todos os momentos.

Ao Professor Rodrigo Gava por todo apoio e conhecimento compartilhado em todo o curso, especialmente pela confiança em mim depositada ao assumir a orientação, enfim, no momento em que palavras me faltam, fica registrado que o silêncio também é um dado.

Aos Professores Bruno Tavares, Raquel Santos Soares Menezes e Magnus Luiz Emmendoerfer, pelas preciosas contribuições durante a banca de defesa.

Aos professores do Departamento de Administração e Contabilidade da UFV pela acolhida e por todo o conhecimento compartilhado.

Aos colegas do mestrado, pela oportunidade em conhecê-los e pelo convívio nesses dois anos, além das valiosas discussões que muito contribuíram para a minha qualificação.

À Comunidade de Lavras Novas, pela confiança ao compartilhar suas informações para contribuir com minha pesquisa.

À CAPES pelo apoio financeiro.

À Deus pela vida.

E a todos, que de qualquer forma contribuíram para que essa dissertação findasse.

Enfim ... o fim de hoje, é apenas o começo de amanhã.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
RESUMO	X
abstract.....	XI
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	6
2.1.1 Território e o desenvolvimento local.....	17
2.1.2 Identidade e desenvolvimento local	19
2.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	23
2.3 VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	33
3.2 LOCAL DO ESTUDO E SUJEITOS DA PESQUISA	34
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO	38
4.1 FASE COMUNITÁRIA.....	39
4.2 FASE TURÍSTICA	41
4.3 CONSEQUÊNCIAS DA MUDANÇA.....	42
5. OS ATORES NO TERRITÓRIO E A DINÂMICA LOCAL ALTERADA PELO TURISMO	48
5.1 OS ATORES E A EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO: LOCAIS E NÃO LOCAIS	48

5.1.1 Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres e Mesa Administrativa.....	48
5.1.2 Associação de Moradores.....	54
5.1.3 Empresários	57
5.2 A IDENTIDADE E A ALTERAÇÃO DA DINÂMICA LOCAL.....	65
5.3 A PARTICIPAÇÃO E A ALTERAÇÃO DA DINÂMICA LOCAL	71
5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS VARIÁVEIS TERRITÓRIO, IDENTIDADE E PARTICIPAÇÃO .	80
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
APÊNDICES	90
ANEXOS	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características do Desenvolvimento Local.....	12
Quadro 2: Identificação e Codificação dos sujeitos de Pesquisa.....	36
Quadro 3: Estrutura de coleta de dados	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Atividade Turística e Desenvolvimento Local em Lavras	80
---	----

RESUMO

SILVA, Patrícia Rosvadoski da. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, Fevereiro de 2013. **A Dinâmica Local Alterada pelo Turismo no Distrito de Lavras Novas, Ouro Preto – Mg.** Orientador: Rodrigo Gava. Coorientador Magnus Luiz Emmendoerfer.

Neste trabalho o objetivo foi compreender o desenvolvimento de uma fração territorial do município mineiro de Ouro Preto, o Distrito de Lavras Novas, enquanto território marcado pela dinâmica da atividade turística que o atinge e a relação com o processo de desenvolvimento local. Questionou-se sobre a participação dos atores locais no processo de alteração do espaço local tendo como objetivo descrever a dinâmica do desenvolvimento local do Distrito de Lavras Novas a partir dos seus atores locais. Buscou-se como aporte teórico a literatura sobre desenvolvimento local destaque aos conceitos de território e de identidade, e o turismo enquanto potencial atividade propulsora ao desenvolvimento local. A pesquisa classificou-se como qualitativa e utilizou-se de entrevistas para coletar os dados junto às empresas turísticas, representantes das entidades representativas do Distrito, comunidade local e representantes públicos. A análise dos resultados foi realizada a partir do confronto entre os resultados de campo e a teoria estudada. Desta forma, os resultados foram apresentados a partir de três variáveis de pesquisa que buscasse compreender os atores no território e a dinâmica local alterada pelo turismo, sendo estas os atores e a expressão do território, a partir de locais e não locais, seguido de uma análise sobre a identidade e a alteração da dinâmica local e por fim a participação e a alteração da dinâmica local. Concluindo, o trabalho se assenta na dimensão temporal, espacial e da ação. Na dimensão temporal buscou-se a relação entre dinâmica da atividade turística e desenvolvimento local compreendida na transição entre a fase comunitária e a fase turística de Lavras Novas. Na dimensão espacial buscou-se esclarecer delimitações entre o que seria local e extra local ao Distrito estudado. Na dimensão da ação abordou-se o sistema dos principais atores, suas relações e suas influências situadas no tempo e no espaço pertinente ao fenômeno estudado.

ABSTRACT

SILVA, Patrícia Rosvadoski da. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2013. **The Local Dynamics Altered by Tourism in Lavras Novas District, Ouro Preto, State of Minas Gerais.** Adviser: Rodrigo Gava. Co-advisers: Magnus Luiz Emmendoerfer.

This work aimed at understanding the development of a territorial fraction from the Municipality of Ouro Preto in Minas Gerais, the Lavras Novas district. The aspects focused were the dynamics of the touristic activity and its relation to the local development. The participation of the local actors in the change of the local space was questioned with the objective of describing their influence on the development dynamics of Lavras Novas district. The theoretical framework was based on the literature on local development, emphasizing on the concepts of territory and identity, and on tourism as a potential propellant activity for the local development. The research is classified as qualitative and the data was collected through interviews with the touristic companies, district entities representatives, local community and public representatives. The results analysis was conducted by confronting the field results and the theory studied. Thus, the results were presented through three research variables focusing on understanding the actors in the territory and the local dynamics altered by tourism. The first variable is the actors and the local and non-local territory expression, followed by an analysis on identity and local dynamic change, and finally, participation and local dynamic change. To conclude, the work rests on temporal, spatial and action dimensions. The temporal dimension reveals the relation between the dynamics of the touristic activity and the local development, understood within the transition from the communitarian phase to the touristic phase of Lavras Novas. The spatial dimension clarifies the delimitation between what would be local and extra local to the studied District. On the action dimension the system of the main actors is studied, as well as their relations and their influences on time and space relevant to the studied event.

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, procurou-se analisar o desenvolvimento de uma fração territorial do município mineiro de Outro Preto, o Distrito de Lavras Novas, em função da dinâmica da atividade turística que o atinge. Parte central do objeto de estudo se refere à participação dos atores locais no processo de mediação que vem sendo estabelecido com outros atores que chegam a Lavras Novas, impactando diretamente a vida local.

Entende-se que, nas discussões sobre o tema do desenvolvimento, o crescimento econômico vem assumindo o maior dos pesos, um papel de referência ou termômetro para mediar as ações em benefício de da promoção do desenvolvimento (VIVERET, 2006).

Como Teoria do Desenvolvimento, seu início considerava, prioritariamente, os países que se encontravam em condições de atraso e se apresentava imersa em indefinições teóricas e práticas sobre como promovê-lo (MALUF, 2000). Mas sua imbricação teórico-empírica, no Brasil, acabou destacando a centralidade do Estado como protagonista e grande mentor do processo de desenvolvimento, resultando em políticas amplas, abrangentes, mas com pouca afeição às peculiaridades das realidades e demandas locais. A preocupação era o desenvolvimento da nação, e para isso bastavam somar as produções, sem sensibilidades às distorções geradas pelas prioridades dadas aos locais que mais facilmente retornariam os investimentos realizados (GAVA, 2009).

O desenvolvimento local (DL) envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pela dinamização do mercado. O crescimento econômico é um elemento essencial ao desenvolvimento, mas considerá-lo desconectado dos meios de sua promoção significa promover desigualdades das oportunidades e dos ganhos a ele relacionados. Nesse sentido, o DL se diferencia do conceito absoluto de desenvolvimento especialmente por considerar, no protagonismo das decisões, a participação da comunidade no futuro do espaço considerado.

Ao relacionar desenvolvimento com turismo, enquanto fenômeno mundial, estão em jogo não somente fatores econômicos, mas também ambientais, políticos, sociais e culturais, trazendo impactos de diversas naturezas para as localidades onde estão presentes. Em outras palavras, a importância do turismo se evidencia não apenas por sua contribuição econômica, mas, sobretudo, diante da promoção dos impactos causados na vida das pessoas e nos locais onde elas vivem.

Na medida em que uma atividade turística é inserida em uma localidade, esta passa a sentir não apenas uma nova dinâmica econômica como também uma alteração em seu território. Desta feita, faz-se necessário monitorar continuamente o fluxo turístico, pois este ao invés de preservar pode estar desfigurando não apenas o território como também a própria identidade da comunidade. Ademais, ao mesmo tempo em que uma lógica externa penetra nos lugares ela é incorporada de forma heterogênea, conforme os aspectos socioculturais, econômicos, políticos e ambientais de cada lugar.

Considerando a importância da relação global/local para o estudo, ressalta-se que, como os objetos e as ações se dão em escalas diversas, é preciso considerá-las de forma integrada. Assim, ancoramos principalmente em Santos (1996), que identifica a relação entre as determinações exógenas – traduzidas em normas, políticas públicas e outras ações de abrangência global, nacional e regional – e as ações desencadeadas pelos agentes endógenos, concernentes ao contexto econômico, político, ambiental e sociocultural local.

Vale ressaltar que o espaço é resultante de ações e objetos que nele se desenvolvem, e, mesmo estando consolidados em localidades específicas, sofrem influências do amplo processo e estrutura da produção capitalista, sejam elas nacionais, estaduais e/ou regionais.

Auxilia a compreensão das ações dos atores como tipicamente exógenos ou endógenos ao lugar os conceitos de verticalidades e horizontalidade, proposto por Santos (1996).

Com os territórios sendo crescentemente incorporados à economia global, é comum que acabem estabelecendo relações que ultrapassam a esfera do lugar, levando à prosperidades locais individuais em conexão com oportunidades dadas pela esfera extra local, um movimento típico da verticalidade. Já na horizontalidade há tendências de se intensificarem relações socioeconômicas e ações entre a comunidade e o seu meio local. Essas ações horizontais podem, porém, ser influenciadas por verticalidades por influência dos atores exógenos ao lugar, ou mesmo por atores locais, que, ao incorporar valores verticais globais, passam a agir em prol da racionalidade hegemônica, acreditando que tais ações conduzirão ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

Apesar de atuarem concretamente no lugar, os atores exógenos tendem a disseminar verticalidades, vinculadas à lógica mercantil e às intencionalidades do trade¹ turístico. Estas irão influenciar nas suas ações individuais e, conseqüentemente, nas horizontalidades. Assim, quanto maior a inserção de atores exógenos, maior tende a ser a influência das verticalidades na produção do espaço geográfico.

Nesse sentido, preocupa-se com o fato de que possa existir uma contradição entre o princípio básico da atividade turística, enquanto estratégia endógena do empreendedor local, que deveria contribuir através de ganhos econômicos, valorização da identidade e a diversificação produtiva e de serviços com as influências de atores exógenos na promoção do turismo. Neste aspecto, a comunidade local passa a sofrer com as exigências do trade turístico e dos promotores, para que incorporem uma visão empresarial no sentido de administrar o estabelecimento turístico, ao mesmo tempo em que mantenham suas atividades tradicionais.

Considerando a rica e múltipla tradição cultural² em seu amplo território, o estado de Minas Gerais se mostra oportuno a estratégias organizativas dessas características para fins turísticos.

Dessa forma, a atividade turística se torna objeto coerente ao governo federal e estadual no conjunto de esforços voltados ao desenvolvimento de suas regiões. No caso mineiro, a implementação de políticas públicas no Estado, como os Circuitos Turísticos e os 65 destinos indutores, que foi implementado pelo governo federal, busca neste espaço uma nova alternativa de desenvolvimento e geração de renda, por meio de políticas de regionalização do turismo e que contenham na participação da comunidade seu ponto forte para avanço dessas políticas. Entretanto, o desenvolvimento é um movimento que tem, mesmo em tempo de crescimento, sido incapaz de trazer as alterações esperadas em termos de melhoria nas condições de vida, mantendo desigualdades de condições e de usufruto à maior parte da sociedade.

Neste sentido, o estudo ganha sustentação empírica no Distrito de Lavras Novas, cuja sede é a cidade de Ouro Preto. O Distrito em questão vem sofrendo paulatino processo de estímulo ao desenvolvimento do turismo. Diante disto, Lavras Novas se

¹ Termo relacionado, à cadeia de negócios relacionados ao turismo, como as operadoras, as agências de viagem, os hotéis, restaurantes e atrativos turísticos. Pode ser caracterizado como o mercado que envolve e interfere na atividade turística.

² As tradições culturais relacionadas à exploração do ouro e minerais, os caminhos percorridos pelos bandeirantes, os povoados daí decorrentes, e os que foram fruto da produção e escoamento do café, a tradição leiteira e dos queijos, os costumes locais relacionados à religiosidade, à arte, à culinária e outras riquezas acabaram por gerar uma herança de vasto patrimônio histórico ao estado.

justifica ao se entender que pode estar sendo incluída em um processo de crescimento, e não necessariamente desenvolvimento. Um processo em que a população local pode estar ficando à margem ou com pouca capacidade de liderar os rumos da nova dinâmica econômica que se avoluma e transforma a realidade local. Trata-se de um *locus* privilegiado para se perceber a relação endógena/exógena do desenvolvimento e analisar possíveis consequências.

O segmento do ecoturismo, o turismo cultural e o gastronômico, levou o turismo a ser a principal atividade econômica da comunidade a partir da década de 1990 (CHAVES, 2011). Pousadas, lojas de artesanato, festas e festivais, empresas de ecoturismo se multiplicaram, não necessariamente a partir de iniciativas locais. A autora caracteriza a ação turística local diante das transformações conferidas às culturas subalternas pelo processo de globalização, levando a um caminho submetido à processos hegemônicos de gestão, encadeando a descaracterização da comunidade.

Nota-se que a relação entre turismo e desenvolvimento local vem apresentando algumas fissuras no Distrito estudado, ou seja, um tipo apropriação do território e sua dinâmica social e econômica. Assim, buscando realizar uma abordagem comprometida em entender a partir do lugar, suas conexões com outras escalas geográficas (regional, nacional, global, etc.), indaga-se **como tem sido dinamizado o desenvolvimento local do Distrito de Lavras Novas pelos atores locais?**

Tendo por objeto de estudo entre a dinamização do turismo e o desenvolvimento local decorrente, este trabalho teve como objetivo **descrever a dinâmica do desenvolvimento local do Distrito de Lavras Novas a partir dos seus atores locais.**

Buscando melhor evidenciar a operacionalização do objetivo proposto, destacamos abaixo os objetivos intermediários segmentados em módulos, sendo:

- Caracterizar o território e a trajetória do turismo;
- Caracterizar as motivações e as implicações da inserção da atividade turística na dinâmica local de Lavras Novas;
- Identificar a participação da comunidade local na dinâmica turística em Lavras Novas;
- Caracterizar a identidade local.

A partir desta introdução este trabalho segue a seguinte estrutura: referencial teórico abordando sobre desenvolvimento local e suas interfaces com território, identidade e turismo e por fim verticalidades e horizontalidades. O segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos acima, o quarto capítulo faz uma caracterização do objeto. O capítulo cinco discute a análise dos resultados a partir das seguintes variáveis: Território, Participação e Identidade. Por fim apresenta-se as considerações finais do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção é dedicada à organização inicial de subsídios que sustentarão as análises e discussões dos dados. Buscou-se uma contextualização teórica baseada nos conteúdos que sustentam o objeto de estudo, abrangendo o desenvolvimento local, com destaque aos conceitos de território e de identidade, e o turismo enquanto potencial atividade propulsora ao desenvolvimento local. Por fim, é organizada discussão sobre verticalidade e horizontalidade.

2.1. Desenvolvimento Local

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento necessita elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999, p. 9). Assim, a população pode ser organizada e os seus espaços locais podem trazer oportunidades para que a própria comunidade trace os caminhos do seu desenvolvimento.

Arocena (1988) aclama para a (re)emergência, nos anos 70, da importância de se considerar o papel da história e das tradições e os modos distintos de desenvolvimento. Opondo-se ao evolucionismo - que destaca o "ponto de chegada" como fundamento do desenvolvimento, no caso as sociedades capitalistas centrais -, o historicismo afirma a importância do "ponto de partida", a sociedade local.

Neste aspecto, o autor resgata elementos da linha historicista, mas vai além desta, ao notar que a perspectiva do desenvolvimento local pressupõe não apenas conhecer recursos e potencialidades humanas do lugar ("ponto de partida"), mas, também, ter como um modelo, no sentido de utopia (o "ponto de chegada") e desta forma interferir no sistema, ou seja, nas regularidades estruturais avessas ao desenvolvimento local. (AROCENA, 1998 apud COSTA, 2006) neste sentido o autor compreende, como parte da estratégia de desenvolvimento, a construção de um "sistema local" autônomo e mais integrado nas redes globais.

O debate sobre as possibilidades de uma gestão local do desenvolvimento foi intensificado a partir da década de 1980, tanto em países europeus e americanos, como também na América Latina. Barqueiro (2001) descreve o contexto da situação vivida levando a alguns aspectos impulsionadores no início dos anos 80 como a crise mundial da década de 70, a emergência dos movimentos ambientais que levou o Clube de Roma,

em 1972, a publicar a obra *Os limites do crescimento*³, além de movimentos populares que colocaram em xeque o industrialismo vigente na década de 1960.

Assim, Amaral Filho (2001) destaca que desde o final desta década tem se observado que ao mesmo tempo em que incide um movimento de extroversão, isso por parte tanto das organizações como dos países, as regiões no interior dos países vem apresentando um movimento de endogeneização, tanto das decisões relacionadas ao seu destino quanto do uso dos meios e dos recursos utilizados no processo econômico. Esse processo demonstra que a organização territorial abdicou de um papel meramente passivo para exercer um papel ativo diante da organização industrial.

Costa (2006) aponta que vários fatores explicam a emergência deste tema. Por um lado, “a crise fiscal do Estado associada aos processos de descentralização, impulsiona uma tendência de valorização dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas (COSTA, 2006, p.2)”. Esta tendência é também alentada pelo processo de reconfiguração dos padrões de produção além do aprofundamento da internacionalização dos fluxos de capital. Além do mais, os dois últimos processos, que propagam um alto desenvolvimento tecnológico, apresentam um aumento substancial do desemprego, de caráter estrutural, que leva os governos locais a buscarem novas opções para enfrentar o problema.

Esse contexto abre caminho para o questionamento das abordagens estruturalistas que consideram o Estado nacional e as grandes empresas como agentes únicos do desenvolvimento econômico, cabendo às esferas locais apenas gestão de equipamentos e serviços públicos e a regulação de atividades, naquilo que é considerado de seu peculiar interesse (COSTA, 2006, p.2)

De acordo com a autora supracitada, é a partir daí que emergem as discussões sobre desenvolvimento local. Na realidade “esse termo indica um conjunto variado de práticas e de perspectivas que permite evidenciar questionamentos quanto ao sentido ou

³ “Sem dúvida, o final dos anos 60 e início dos 70 foi um período de intensa reflexão sobre as relações entre meio ambiente e crescimento econômico. Em 1968, o economista italiano Aurélio Peccei reuniu em Roma um grupo de cientistas, industriais, economistas, educadores e políticos para estudar os fundamentos da crise pela qual passava a civilização. De acordo com a avaliação do grupo, que ficou conhecido como “Clube de Roma”, o problema possuía diversas manifestações, como a expansão urbana, a perda de fé nas instituições, a rejeição dos valores tradicionais, a deterioração econômica e os danos ambientais. Estes aspectos eram identificados como componentes que interagiam de maneira muito complexa para serem tratados isoladamente. Esta obra pode ser considerada a iniciativa mais representativa de uma série de manifestações da preocupação com as perspectivas sobre a continuidade do crescimento econômico e populacional, em que a escassez de recursos naturais e o envenenamento ambiental foram apontados como fatores que limitavam, em termos absolutos, esse crescimento.” (CORAZZA, 2005)

sentidos atribuídos à noção de desenvolvimento, atores sociais e espaços de gestão” (COSTA, 2006, p.2).

Assim, ao se falar de desenvolvimento local, alude-se a práticas que têm como palco a localidade e como atores/empreendedores organizações e grupos do lugar, sejam eles agentes das esferas pública ou privada.

Dessa forma, o que interessa, “em termos de decisão, pública ou privada, política e/ou econômica, sob a ótica do desenvolvimento, é aquilo que acontece no nível global integrado com a especificidade local” (COSTA, 2006, p.1).

É nesse aspecto que, ao se falar em desenvolvimento local, faz-se necessário compreender a questão “local”.

Arocena (1995: 19) faz relação entre o “local” e o global, assegura que para se compreender um processo de desenvolvimento local faz-se necessário compreender também a sociedade global em que esse está inserido⁴.

O autor propõe reconhecer que a análise sobre o “global” não estafa o conhecimento da realidade, entretanto, o conhecimento do “local” imbrica em aspectos característicos, específicos e singulares, ou seja, não estão relacionados a simples efeitos de reprodução de escalas das determinações globais.

Afirma ainda que a análise do local não é toda a análise da realidade e que o local não é mais realidade que o global. Mas o global não é simples adição de locais e sim uma dimensão específica do social.

Para Martins (2002), quando se trata de local está se mencionando sobre a escala das interrelações pessoais do cotidiano, que, a partir de uma base territorial, alicerçam sua identidade. “O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e de práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; o ‘espaço da convivência humana’, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento” (MARTÍN, 1999, apud MARTINS 2002, p.54).

Arocena é enfático ao afirmar que:

Un territorio con determinados limites es entonces “sociedad local” cuando es portador de una identidad colectiva expresada en valores y normas interiorizados por sus miembros, y cuando conforma un sistema de relaciones de poder constituído en torno a procesos locales de generación de riqueza. Dicho de otra forma, una sociedad local es un sistema de acción sobre un territorio limitado, capaz de producir valores comunes y bienes localmente gestionados (AROCENA, 1995, p.20).

⁴ Livre tradução da autora para: “... nunca se puede analizar un proceso de desarrollo local sin referirlo a la sociedad global em que está inscrito...”.

De acordo com Santos (1996,) a força do lugar convive no território partilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, que em sua essência é a própria história vivida em comum.

Para Goulart (2006, p. 4) é na localidade que se definem os “espaços de articulação e implementação das ações voltadas para o desenvolvimento”, mas para a autora a noção de estratégias ligadas ao desenvolvimento se ajustam a lógicas e interesses que se diferem e que aderem uma rede de relações categóricas na conformação dos lugares, de orientação global ou local. Santos (2002b, p. 96) descreve lógica exógena e endógena, respectivamente, uma situada na esfera dos interesses corporativos globais, transnacionais e a última na esfera da identidade, do fato e do sentimento “de pertencer àquilo que nos pertence”.

Assim, para Goulart (2006) sob dinâmicas endógenas definem-se estratégias funcionais ao capitalismo global (FURTADO, 2000, apud GOULAR, 2006), alterando economias nacionais, principalmente a dos países em desenvolvimento, numa clara exacerbação da dimensão econômica e instrumental da noção de desenvolvimento. Sob a lógica exógena, buscam-se políticas que resgatam especificidades e expandem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, isto é, para “os valores das coletividades, os sistemas simbólicos que constituem a cultura” (FURTADO, 2000, p. 70 *apud* GOULART, 2006, p.4).

Martins (2002, p. 1) expressa que a atual tendência de se pensar em planejar o desenvolvimento é encorajá-lo a um caráter mais humano e no que tange ao aspecto de considerar um homem “simultaneamente como sujeito e beneficiário. Trata-se, pois, de um pressuposto óbvio, isto é, que as pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento”. Para o autor, este é de fato o diferencial do desenvolvimento local, indo além da qualidade de vida, bem estar, sinergias, mas na postura de agente de seu destino conferido à comunidade local.

São nestas condições que o conceito de desenvolvimento local vem sendo amplamente discutido, compreendido como um processo endógeno de mobilização dos atores locais que constroem mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (FRANCO, 2000).

Para Franco (2000), a nova concepção de desenvolvimento pode ser visto de maneira simples: o desenvolvimento deve dar melhores condições de vida às pessoas (desenvolvimento humano), de todos os indivíduos com desigualdades minimizadas e

inclusão social (desenvolvimento social), apreciando tanto aqueles que estão vivos quanto aqueles que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável).

O desenvolvimento local considera as características locais, podendo ser de fortalecimento, de descobrimento ou de fomento. No sentido do fortalecimento das características locais, e, conseqüentemente, acontece o desenvolvimento endógeno.

Conforme Barquero (2001), a teoria do desenvolvimento endógeno enfoca de forma mais efetiva a questão regional, buscando entender principalmente o contexto das desigualdades regionais e, conseqüentemente, a proposição de políticas públicas que possam servir de instrumentos para a minimização dessas disparidades. Barquero (2001) ainda aponta que a protagonização do desenvolvimento endógeno deve ser exercida por pequenas e médias empresas, já que estas apresentam maior flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional. A identidade própria das comunidades locais estimula as iniciativas em prol do seu desenvolvimento.

Na linha do desenvolvimento regional/local endógeno, é evidente a importância conferida às relações sociais no desenvolvimento da região. Trata-se de um conceito organizado a partir de duas grandes vertentes: uma de natureza indutiva, adotada pelos autores que realizam suas pesquisas tanto para descrever quanto para identificar as particularidades de cada caso de desenvolvimento local, e outra dedutiva, que fundamenta suas discussões pelos demandados mais gerais sobre a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas. O alinhamento entre estas duas tendências refere-se ao reconhecimento da: “[...] abertura de janelas de oportunidades para que regiões ou locais fora dos grandes eixos de aglomeração fordista, ou seja, fora da dualidade centro-periferia, pudessem engendrar processos de desenvolvimento” (AMARAL FILHO, 2001, p. 266).

Coerente a processos endógenos se insere o conceito de desenvolvimento local, dado ser este um processo apto à promoção do dinamismo econômico e da melhoria da qualidade de vida da sociedade local. Refere-se à busca de se fazer coincidir fundamentos econômicos e organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade local ao explorar suas capacidades e potencialidades específicas.

De acordo com Barqueiro (2001 *apud* FAÉ e FLORES, 2012) na proposta de desenvolvimento endógeno as pressões impostas por atores externos não devem ser aceitas de maneira obrigatória, ao contrário, devem responder de forma estratégica e tomar decisões que busquem a consumação dos próprios objetivos. Desta feita, o

desenvolvimento endógeno necessita criar um entorno institucional e econômico favorável, e que fora conquistado pelo aproveitamento dos recursos existentes, e principalmente pela cooperação dos atores.

Em Zapata (2009, p. 235) o conceito de desenvolvimento local está relacionado a

uma estratégia que busca estimular a solidariedade e um desenvolvimento mais humano. Um processo intencional e orgânico, um fenômeno humano, portanto não padronizado. Envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Suscita práticas imaginativas, atitudes inovadoras, espírito empreendedor. Conclama à adoção de parcerias para mobilizar os recursos e as energias, apontando para diferentes caminhos, segundo as características de cada economia e de cada comunidade trabalhada.

Já Senhoras (2007, p. 9-10) define desenvolvimento local como aquele que:

baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas de um território, visando à consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais, políticas e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas e fortalecimento dos laços orgânicos de solidariedade local.

Em suma, entende-se que na premissa do desenvolvimento local, o mecanismo dinamizador está atrelado à capacidade de resposta dos atores locais frente aos desafios colocados a si pela competitividade, este fenômeno desencadearia aos processos de desenvolvimento endógeno.

Martins (2002) aponta que, na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias (COMITÊ, 1995) compreende o desenvolvimento local como um caminho de reativação da economia e de dinamização de uma sociedade local, a partir de um ótimo dos recursos endógenos, buscando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida.

Arocena (2002) chama a atenção que os estudos sobre o desenvolvimento local tem se caracterizado como uma tendência de definir as macrorracionalidades generalizáveis e teoricamente traduzidas nas mais distintas realidades sociais. Para o autor, existe uma necessidade de explicar as grandes lógicas que comandam os processos de desenvolvimento e que tem conduzido a estudos de escala nacional e também continental, supondo que a níveis locais estas lógicas se reproduziram de maneira quase mecânica. Arocena (2002) salienta que, conseqüentemente, as decisões para políticas de desenvolvimento acabam sendo tomadas sem o conhecimento suficiente das características específicas das sociedades locais em questão, fazendo com

que, em nível local, suas necessidades sejam ignoradas e convertidas num simples receptor das decisões tomadas no centro do sistema.

Para Arocena (2002), a definição das características que se deve apresentar em processo de desenvolvimento local contém características ideais, mas que dificilmente se encontram todas ao mesmo tempo em uma sociedade. Entretanto, o autor descreve uma matriz de análise e de evolução, dividida em dimensões, que devem ser intrínsecas a um desenvolvimento local.

Quadro 1 - Características do Desenvolvimento Local

Dimensão	Características
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Integração social: a superação de todas as formas de exclusão é ao mesmo tempo uma condição e um resultado deste processo. • Participação e organização social: existência de organizações sociais consolidadas, reconhecidas e com bom nível de articulação entre si. • As elites locais capazes de conduzir o processo: sistema de atores fortemente articulado.
Identitária	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade e futuro: os projetos constitutivos da identidade coletiva devem articular o passado, o presente e o futuro. • Identidade e integração: permite construir uma visão geral compartilhada sobre o desenvolvimento da localidade. • Identidade e cultura da iniciativa: os atores locais são capazes de assumir os riscos da iniciativa; • Cultura da informação: aumentam o nível de conhecimento e informação localmente gerados.
Econômica- produtiva	<ul style="list-style-type: none"> • Economia local dinâmica e acumulação: permite colocar em valor os recursos locais, constituindo novas unidades produtivas articuladas com o conjunto da sociedade local; • Um tecido empresarial local: a criação ou o fortalecimento de um tecido empresarial caracteriza todo o processo de DL. A condição básica é que os atores influenciam o conjunto do sistema em sua capacidade para atuar mais além das fronteiras de suas empresas, é dizer, para interactuar com o resto dos atores locais; • Tecnologia, invenção e desenvolvimento: Aplicar tecnologias no seu sentido mais amplo supõe a adaptação de uma realidade local de um determinado conhecimento necessário para o desenvolvimento; • Serviços particulares e as empresas: quando o excedente do crescimento econômico se volta a população local; • Integração rural e urbana: boa integração rural e urbana.
Política	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia da gestão local: superar os vínculos de dependência que impedem as instâncias políticas locais de assumir com plena responsabilidade a condução da localidade; • Eficiência da gestão local: fortalecimento institucional dos âmbitos de gestão local; • Agenda pública sobre desenvolvimento local: espaços e debates de negociação pública; • Planejamento local: Gestão Público- privado: as distintas formas de economia mista devem ser aplicadas em processos de DL, para assegurar uma associação público-privada efetiva.
Sistêmica	<ul style="list-style-type: none"> • Integração horizontal do sistema: supõe a constituição de atores ao mesmo tempo autônomos e articulados • Integração vertical e autonomia: o máximo aproveitamento dos recursos e apoios nacionais com máximo controle local

Fonte: Arocena (2002)

Gava (2009) acessa Dowbor (2006) para concluir que ao focar no espaço onde se concretiza a qualidade de vida das pessoas, torna-se mais aceitável perceber a comunidade e suas iniciativas. Assim, nos casos das articulações de autodeterminação de estratégias de desenvolvimento local, se busca uma maior participação direta das pessoas, “pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento”.

Arocena, (2002) não exclui o Estado, nem os agentes econômicos como atores fundamentais do desenvolvimento, mas reforça-os na sua dimensão local, incluindo também os atores sociais, em particular os movimentos populares. Aqui, o local aparece com certa autonomia, porém, articulado globalmente, sendo que o sentido de desenvolvimento segue uma ótica mais abrangente, incorporando as dimensões política, cultural e social. Para este autor, a partir da articulação de diferentes atores é possível criar uma pauta de análise estruturada a partir de três variáveis: a) o modo de desenvolvimento, b) o sistema de atores e c) a identidade local.

O modo de desenvolvimento pode ser entendido como as diferentes formas que se foi tomando a estrutura socioeconômica local ao longo das últimas décadas. Neste caso, as dimensões são constituídas por áreas distintas na articulação de diferentes dimensões, pautadas nos processos de transformação socioeconômica nas diferentes áreas, neste caso, o grau de integralidade do processo de desenvolvimento (AROCENA, 2002).

De acordo com Arocena (2001), a análise que pode ser efetuada de processos de desenvolvimento local aponta para a existência de diferentes modalidades de acordo com as articulações que são produzidas entre a história e a estrutura socioeconômica da região estudada.

Ao se considerar como variável de análise a integralidade do processo de desenvolvimento Arocena (2001) define quatro modos que podem constituir as diferentes dimensões que se tem pautado os processo de transformação socioeconômica. Assim, os quatro modos propostos por Arocena (2001) são: Modo de Desenvolvimento Integral, Modo de desenvolvimento com Tendência a Integralidade, Modo de desenvolvimento Desarticulado Dual e Modo de Desenvolvimento Disperso.

O modo de desenvolvimento integral está relacionado àquelas áreas que alcançaram um processo de desenvolvimento que permite a conexão de múltiplas dimensões. São os casos em que se é possível observar importantes realizações nos campos econômico-produtivo, articulados com aspectos sociais e culturais.

O êxito do processo de desenvolvimento local está fortemente associado ao caráter integral do mesmo. Nestas áreas são fundamentais aspectos de natureza interinstitucional, que tornam possível uma visão global da sociedade local (AROCENA, 2001).

No modo de desenvolvimento com tendência a integralidade estão inseridos os casos possíveis de perceber locais que se mostram orientados a um processo integral de desenvolvimento, mas que em trecho apresentam degenerações. É um caso híbrido, pois se encontram alguns vestígios de integralidade e alguns sinais de dissolução.

De acordo com Arocena (2004) em casos como esses há uma tendência à integração que pode ser percebida a partir da inclusão de um novo ciclo produtivo e que demonstre um significativo potencial para o desenvolvimento local, gerando uma circunstância que pode vir a significar um desenvolvimento integral.

O modo de desenvolvimento desarticulado dual é marcado por uma dualidade entre um polo economicamente ativo e uma realidade densamente desarticulada.

Outro aspecto que marca este modo é o fato da economia local desenvolver importantes acumulações, entretanto seu crescimento está associado com fatores exógenos, conseqüentemente, o destino dos excedentes pode ter outra destinação que não a sociedade local.

Neste caso também, as mais diversas categorias técnicas, como empresários, produtores, políticos, lideranças e comunidade atuam de acordo com as lógicas setoriais. Não existe um espaço em que todas essas lógicas se encontram e se interatuam e definam os pré-requisitos mínimos para se alcançar um desenvolvimento integral. De algum modo, o complexo econômico se comporta como algum entrave para o território (AROCENA, 2001).

De acordo com Arocena (2001) existem alguns casos que não conseguem nem atingir a característica dual, como no modo de desenvolvimento anterior, mas apresenta uma realidade muito mais dispersa. Este é caracterizado como modo de desenvolvimento disperso. Nestas áreas acontecem numerosas atividades de pequeno porte, sem existir uma coluna vertebral que oriente o processo de desenvolvimento. Assim, as dimensões do desenvolvimento, econômico, social e cultural tomam múltiplos caminhos gerando assim uma maior dispersão de pequenos esforços (AROCENA, 2001).

Para o autor citado, a partir do sistema de atores da localidade e se sua articulação é possível conhecer a forma de vivência da comunidade, bem como

contribuir para conhecer os modos de desenvolvimento. Neste caso, ele se refere às características das interações existentes entre os diferentes protagonistas do lugar. Também se refere às análises de maior ou menor complexidade da rede de atores, aos níveis de articulação interna e a relação global–local.

De acordo com Arocena (2001), o sistema local de atores está relacionado por sua capacidade para ter um grupo dirigente com possibilidades reais de condução do processo e elaboração permanente de projeto coletivo. Quanto as elites dirigentes, Arocena (2001) classifica em: elite dirigente fortemente articulada, grupos de dirigentes localmente desarticulados e elites locais debilmente constituídas.

Para ser uma Elite dirigente fortemente articulada, o autor supõe um bom nível de articulação dos dirigentes políticos, socioterritoriais e econômicos produtivos com os quadros técnicos que lhes assessoram. A articulação tem sua base fundamentada por uma acumulação em volta de um processo de desenvolvimento do qual participa uma comunidade determinada

Quanto aos grupos de dirigentes localmente desarticulados, o autor caracteriza como as situações em que as elites que conduzem o processo produtivo podem chegar a possuir um alto grau de dinamismo, mas não alcançam ou não pretendem alcançar níveis de coordenação com outros setores da sociedade local.

E por fim, as elites locais debilmente constituídas são aqueles grupos de dirigentes não se constituem em um sistema propriamente dito. É difícil determinar a existência de atores cujo grau de legitimidade permita situar-lhes como condutores do processo.

No que diz respeito as formas de interação com os atores extra locais, para Arocena (2001) os processos de desenvolvimento local têm como dimensão fundamental a ligação que se faz entre os atores locais e os globais, pois é a partir dessa mistura que o sistema de atores se constitui. Arocena (2004) verificou duas principais formas de regulação dessa interação, uma baseada na negociação e outra na dependência.

O Sistema regulado pela negociação está caracterizado quanto a solidificação da elite dirigente. Quanto mais solidamente constituída e legitimada está a elite dirigente local mais é regulada pela negociação de suas relações com atores extralocais.

Já no sistema regulado pela dependência é marcado pela existência de grupos fragmentados, pouco conhecidos localmente, com escassa legitimidade, conduz a

geração de relações de dependência a respeito dos atores extralocais. Esta forma de estruturação dos sistemas locais é a lógica consequência da fragilidade.

A terceira categoria discutida por Arocena (2002) é a Identidade Local. Para o autor, é preciso conhecer os acontecimentos que identificam a sociedade local, e assim definir aquelas características que tem apresentado um impacto decisivo nos processos de desenvolvimento. O autor chama atenção para o fato de não se estar analisando simplesmente uma história de crescimento ou de estancamento econômico, tampouco se trata de algo que se define unicamente no interior de um sistema de relações de poder. Além do mais, o desenvolvimento é também um processo cultural que deve se levar em conta os mecanismos de socialização dos indivíduos e grupos.

Mas é importante considerar a contribuição de Buarque (1999, p. 11) para desenvolvimento local, ao diferenciá-lo de desenvolvimento municipal, inferindo que este último é “um caso particular de desenvolvimento local, com uma amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município”.

Assim, ao defrontar-se com um país de dimensões continentais como o Brasil, é possível verificar as diferentes características entre seus municípios. Heterogeneidade que pode ser relacionada, entre outros fatores, aos aspectos histórico-culturais. Por isso, o processo de desenvolvimento econômico e social não ocorre de maneira uniforme e simultânea em todos os lugares, mas de forma irregular e uma vez iniciado em determinados pontos fortalece áreas mais dinâmicas e que apresentam um potencial de crescimento maior (LIMA e SIMÕES, 2009).

Amaral Filho (2001) ainda ressalta que o importante é combinar o desenvolvimento regional endógeno com o comportamento do tipo cooperativo da região/indivíduo em relação ao todo nacional, exatamente para evitar que o bem-estar, para algumas regiões, signifique o mal-estar para outras regiões.

Neste contexto, no estudo de desenvolvimento local é preciso considerar as relações sociais de um determinado espaço, já que envolve a complexa trama das relações extras locais indispensáveis para o seu entendimento (GAVA, 2009, p. 44). Daí, o local torna-se fundamental à compreensão não só do potencial como da própria capacidade real da atividade turística manifesta, e, assim, das possibilidades do desenvolvimento local alcançar o regional e o nacional.

Vaz (2005, p. 9), complementarmente, ressalta que o território “não é uma componente estática no processo de desenvolvimento”. A sua constante reorganização e “a dinâmica decorrente provém, em grande parte, do tipo de relações que os agentes

geram como resultado dos seus comportamentos socioeconômicos”. Mesmo sentido dado por Bolson (2006, p. 71), embora este já considere a questão turística, quando acrescenta que “adotar o modelo de regionalização do turismo (...) exige mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; exige negociação, acordo, planejamento e organização social”. Exige, ainda, “assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe” (*idem*).

Mas compreender o turismo enquanto atividade propulsora a um desenvolvimento local exige ponderações sobre sua complexidade estrutural e operacional, considerando seus efeitos positivos e negativos não apenas sobre o espaço, mas também, e principalmente sobre as pessoas que ocupam e usam este espaço no qual a atividade turística se insere, ou seja, um olhar atento ao território.

2.1.1 Território e o desenvolvimento local

Davidovich (1989, p.69) discute que ao se falar em território este “traz a ideia de determinado uso do espaço, consubstanciado em processos de apropriação e de controle, que demarcam áreas geográficas específicas”. Davidovich (1989) comunga do pensamento de Raffestin (1993), para quem:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, P.143).

Desta forma, ao entender o uso do território devemos recorrer à sua constituição e por seguinte à sua apropriação pela sociedade ao longo do tempo.

Santos (2006, p.17) entende que vivemos com uma noção de território que herdamos da modernidade incompleta e junto com o seu legado de conceitos que passam pelo tempo praticamente intocados. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”. O que o território tem de permanente é por ser nosso quadro de vida, e entendê-lo é fundamental.

Desta forma, para Santos (2006), falar em território nos dias de hoje está muito além de se falar em mundialização e/ou globalização, se o desejo é entender de maneira

mais profunda o processo de conhecimento desse aspecto da realidade. Diniz (2003, p 212) salienta que a globalização “simultaneamente unifica e fragmenta os espaços, com forte impacto na reestruturação das escalas territoriais”. Afirmarões que renovam o empenho pela identificação de aspectos e condicionantes constitutivos presentes em algumas localidades, capazes de gerar desempenhos diferenciados, fazendo surgir novos aparatos teórico-conceituais, cada qual com diferentes conjuntos de explicações para este fenômeno e procurando na maior parte das vezes gerar subsídios e propostas que possam orientar as políticas de promoção do desenvolvimento.

É a partir desta realidade que Santos (2006, p.17) defende que encontramos no território novos recortes que vão além da antiga categoria região. Para o autor, isso é resultado do novo modelo de construção do espaço e funcionamento do território, por meio daquilo que o autor chama de horizontalidades e verticalidades⁵.

Vale (2007) acaba por associar o conceito de região ao de território, quando resgata que a noção de território compreende uma gama de características tanto humanas quanto físicas, refletindo aspectos dos estados de evolução e interação entre condições naturais, tecnológicas, sistemas econômicos, estruturas sociais e demográficas. Neste sentido, a autora destaca que o fator regional passou então a ser considerado como fonte de vantagens competitivas e o local como alvo de interesse. Eis, portanto, a compreensão complementar de espaço funcionalizado, acomodado por determinados atores sociais que lhe conferem determinadas funções num dado momento da história. É o que descreve Knafou (1996, *apud* FOUTOURA, 2010, p. 117) que se refere “às porções do espaço funcionalizadas pelo turismo, utilizando o conceito de território turístico”.

Destarte, ao se pensar a respeito desta complexa relação entre a atividade turística, desenvolvimento e ocupação do território, Bozzano (2000, p.34) entende que o território é "(...) um objeto complexo, que existe na medida em que nós o construímos, combinando nosso concreto real com nosso concreto pensado", sendo que o real, o pensado e o possível insurgem como interesses metodológicos para se compreender o território.

Logo, essa complexidade do conceito de território pode ser demonstrada tomando-se como exemplo a atividade do turismo, indutora de alterações nos lugares onde se desenvolve.

⁵ Os conceitos e a discussão sobre Verticalidade e Horizontalidade serão apresentados em um tópico próprio.

Para Coriolano (2006, p.370), “os territórios são meios e produtos das relações de força e poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo”, evidenciando como o território e a comunidade local, juntos, são importantes dentro do contexto de desenvolvimento local e turístico. Assim, é possível compreender que o turismo torna-se agente condicionador de seu ordenamento do território e, desta forma, em ser considerado em suas diversas especificidades que distinguem a relação turismo-território no que tange à produção e ao consumo de territórios.

Circunscritos nesse processo, o conceito de desenvolvimento não corresponde somente à lógica econômica, mas principalmente às estruturas socioculturais que surgem como fatores explicativos das transformações. Neste aspecto, espera-se que esteja na comunidade o papel ativo nos processos de desenvolvimento, quando a articulação turística no território torna-se fundamental à promoção do desenvolvimento.

Aliados a este contexto, o conceito de desenvolvimento tido por referência neste projeto ressalta a dinâmica da comunidade em potencializar o desenvolvimento local, especialmente com foco na atividade turística. Assim, um processo de desenvolvimento coerente a tais princípios seria aquele que caminha pela participação da comunidade na identificação de sua própria vocação e pela sua compreensão de como maximizar vantagens e alternativas de renda.

Seguindo este raciocínio, Roca (2004) lembra que os territórios guardam uma síntese de seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e sua cultura. As amarrações dessas particularidades com fatores exógenos dão origem às identidades territoriais. De acordo com esta autora, a preservação e reforço da identidade territorial têm sido defendidos e aceitos como um eixo fundamental para o desenvolvimento regional e local, argumentando-se que conciliar modernidade e tradição alude, tanto no plano territorial quanto geoestratégico, em necessidade de convencionar experiências cosmopolitas com a valorização de identidades coletivas.

2.1.2 Identidade e desenvolvimento local

Os estudos que consideram em seu escopo a questão da identidade acabam por manter ressaltadas características que singularizam a realidade brasileira por meio de seu povo. Como retratado por Ribeiro (2006), a miscigenação que se formou a partir do negro, do índio e do europeu fez surgir uma “gente nova”, manifestando várias

identidades em um só povo, e não somente uma nova versão para suas origens. O processo de colonização teria agido como força dessa unidade. Assim, foi com:

o início das atividades econômicas e os vários ciclos produtivos que se seguiram que permitiram não só a expansão territorial, como a geração paulatina da concepção da identidade nacional. Com a intensificação do comércio com outras nações, foi possível a formação de recursos que facilitaram a independência política do País. Chegando à república, um suficiente processo histórico teria se formado, misturando povos e formando uma identidade nacional, consolidada sobre um território e uma história comum.

Na formação brasileira é possível assumir que a identidade nacional parte da ideia de muitos “Brasis” e que seriam as mudanças, no sentido de processo, modernização, progresso, revolução (na direção da independência e autonomia) e as continuidades, no sentido de estrutura, permanência, tradição, resistência e conservadorismo, as categorias essenciais na orientação para interpretação do Brasil (REIS, 2005).

Para Souza (2007), nenhuma identidade se faz de forma mecânica e absoluta nos indivíduos, a dinâmica social se desenrola diante uma relação de poder na qual setores dominantes da população desejam construir uma imagem de si mesmo e uma reprodução histórica que seja compatível com seus interesses. Além disso, não existem alteridades integrais e homogêneas representadas por cada identidade, pois nações ou locais distintos desenham suas identidades em interação e não em isolamento, o que leva Souza (2007) a concluir que identidade alguma é estática. Argumento corroborado por Gava (2009), que afirma que são redesenhadas no decorrer da história da qual faz parte, ou seja: “a identidade nacional não deve ser compreendida de forma isolada”. E quando nos voltamos ao local, estamos expressando um sentimento de pertencimento a um determinado lugar, caracterizada como identidade social e que normalmente está relacionada a critérios referentes à locais específicos e de forte ligação pessoal.

Dessa forma, a identificação com o local⁶ também passa a ser percebida como “um significado a partir do qual se relacionam referências de valor mais abstrato, relativo à dinâmica social dos que vivem sobre este espaço, e de onde acabam, em alguns pontos, diferenciando-se de indivíduos e grupos de outros espaços”. Ademais, a identidade local assume a importância dessa fração específica de território no sentido de

⁶ Menor dimensão fragmentada do território, opondo-se ao nacional ou estadual.

uma estratégia de enfrentamento das influências globais que os alcançam, ajudando a enfrentar tendências homogeneizantes (GAVA, 2009).

Castriota (2009, p.12) observa os perigos da mundialização, entretanto, busca demonstrar que esse movimento de uniformidade produzido pela globalização também pode despertar sentimentos de um orgulho local, como uma necessidade de afirmação e um desejo entre os moradores de se mostrar ao mundo, já que agora ele está todo interligado, a sua cultura popular e as diferenças. Assim, apresenta alguns pontos que a mesma pode contribuir para a preservação da identidade local e destaca que

o fato é que se, por um lado, a globalização, baseada nos modelos econômicos e políticos neoliberais, fortalece os meios de comunicação de massa como principal fonte de consumo da maioria da população, o que poderia significar um enfraquecimento das culturas locais, por outro lado, o que se vê, quase como um contra-movimento, é o reaparecimento e a asserção das próprias identidades culturais locais.

No mesmo contexto das revelações apontadas, emerge o crescente renascimento de tradições culturais que aparentemente estavam desaparecidas, além da valorização de formas tradicionais de viver e produzir. Isso, porque a noção de identidade territorial acaba aglutinando potencial mobilizador, inclusive como ação propulsora de novas estratégias no processo de desenvolvimento. Trata-se de um produto da interação entre os atores sociais, configurando um saber, um modo de fazer, ou, no geral, uma cultura local. A identidade se caracteriza, então, como articuladora do território, “uma complexidade [...] da interação indivíduo-ambiente, mas não [...] uma mera ligação com determinado lugar, como pelo facto de nele ter nascido”. “Mais do que isso, refere-se a uma experiência vivida e que a ele fique impregnada” (GAVA, 2009, p. 120).

Como identidade se entende o processo de construção de culturas e significados relacionados e inter-relacionados. Esta construção é caracterizada como uma busca ininterrupta do indivíduo frente aos demais da própria sociedade ou ao que ele considera ‘ameaças externas’. “Destá construção resulta o sujeito, entendido como aquele que se individualiza na construção de sua própria história ou o ‘ator social coletivo’ que alcança o ‘significado holístico em sua experiência’” (MARTINS, 2005, p.113).

A esse respeito, Santos (1994, p. 272) diz que “A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade, os lugares respondem ao mundo, segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos, regidos por essa lei única que os constitui em sistemas. A

ordem do lugar é associada a uma população contígua de objetos reunidos pelo território e, como território regido pela interação entre os mesmos (RAMALHO FILHO, 2004).

É no lugar onde os fenômenos naturais e humanos acontecem, por isso (MARTINS, 2005, p.112) “não é apenas porção e sim síntese da totalidade socioespacial”. Há uma “ordem local” diretamente agregada ao dia a dia das pessoas, cujas características são a copresença, a vizinhança, a intimidade e a cooperação (SANTOS, 1996a). Dessa maneira, a sociedade se identifica pela relação tanto entre as pessoas como entre estas e o seu entorno, “pautada na interdependência e na comunidade de interesses, mas também, e principalmente, no cotidiano conflitante e solidário vivido em comum” (MARTINS, 2005, p.112)

“A força do lugar” existe em função de um território partilhado e identificado por meio de uma consciência comunitária, onde sua essência é a própria história vivida em comum (SANTOS, 1996a). Entretanto, é no território que os fatos adquirem significado e se tornam socioespaciais, já que o lugar é exposto às pessoas pela sua materialidade, por meio da sua aparência familiar dos elementos que o contemplam.

O lugar é parte inerente da identidade de uma pessoa, desta forma indissolúvel da cultura e da história. O sentimento de pertencimento ao lugar é assim primordial à consciência coletiva, ou seja, é a “percepção mais ampla do entorno e a identidade de interesses entre o indivíduo e a coletividade” (MARTINS, 2005, p. 112).

Le Bourlegat (2000) apud Martins (2005) aponta que é o sentimento de pertença a determinado lugar, enquanto conjunto e resultado de uma vida cotidiana que está entre um tipo de energia intangível. Isto feito, pode e deve ser incorporado como alavanca para o desenvolvimento, neste caso, o desenvolvimento local. Martins (2005) aponta como um conceito de desenvolvimento que estima o lugar como uma referência territorial e sugere estabelecer uma afinidade de mútuo fortalecimento com a comunidade e sua identidade cultural, desta forma a comunidade afirma a sua identidade local ao reconhecer-se em uma história coletiva (AROCENA, 2004).

Para Arocena (2001) em determinadas condições, a identidade pode ser uma das dimensões do desenvolvimento. Em vista disso, o autor apresenta o processo de constituição da identidade que se voltam a motores do desenvolvimento e que tem algumas características bem precisas:

Reúne o passado, o presente e o futuro em uma única realidade, interiorizada pelo conjunto dos membros da sociedade;

Desenvolvem-se em uma realidade cultural em que se valorizam a inovação, o trabalho e a produção;

Marcam a diferença e a especificidade, para situar-se em relação com outras diferenças e outras especificidades. (AROCENA, 2001, p. 221)

Todos os elementos dessa identidade se elucidam e se compreendem na existência de uma história vivida em cada um dos habitantes da sociedade local. Entretanto, Arocena (2001) alerta para o fato de este reconhecer-se na história não apresentar nenhum sentido se é para ficar em um olhar nostálgico do passado.

Somente adquirir toda a sua potencialidade quando a força dessa carga histórica provoca questionamentos sobre o presente, o passado e o futuro, a identidade se converte em alavanca para o desenvolvimento quando leva a descobrir a possibilidade de atuar, mas este descobrimento só é real, só gera realizações quando o indivíduo ou o grupo que atua se reconhecem a si mesmos quando capazes de contribuir com algo para a comunidade. (AROCENA, 2001, p.220) (tradução da autora)

O autor ainda salienta a raridade de se encontrar, em uma mesma sociedade, fidelidade e autenticidade às suas tradições e ao mesmo tempo abertura a novas aprendizagens de novas pautas sociais e econômicas. Isto, porque a afirmação das identidades locais se apresenta normalmente em atitudes conservadoras e contrária a toda troca que signifique colocar em questão os costumes e hábitos adquiridos (AROCENA, 2001).

Inscrevem-se nesse espaço de discussão as dinâmicas da atividade turística e seu desenvolvimento frente aos impactos que se produz na comunidade local. A indissociável relação entre o turismo e o uso do território torna natural a consideração da comunidade receptora, uma vez que estão em cena a qualidade de vida e a sua identidade local. Mas considerando a tradição política nacional, fortemente estabelecida por vias autoritárias (de cima para baixo), é de se esperar que os planejadores de políticas de desenvolvimento turístico entendam o território como mero produto manipulável. Tornam-se, também possíveis, alterações nos valores, a uniformização de comportamentos, de estilos de vida e até mesmo do território físico, colocando em risco as diferenças regionais, a cultura e a vida local.

2.2 Turismo e Desenvolvimento Local

A atividade turística é considerada umas das atividades econômicas mais lucrativas e importantes na atualidade. De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT – apenas no ano de 2010 mais de 900 milhões de turistas realizaram

viagens internacionais (BRASIL, 2011), a expectativa para os próximos dois anos é que esse número alcance a marca de 1 bilhão.

O turismo pertence a um setor multifacetado e que além do impacto econômico e a geração de emprego e renda mexe com a vida cotidiana da comunidade receptora, e por isso deve ser estudado e implementado com muita presteza. Desta feita, está entre as características da atividade turística a sua complexidade, principalmente em função das inúmeras relações que giram entorno de si. Ainda, é característico ao desenvolvimento da atividade turística seu intercâmbio com as a realidade econômica, social, cultural e questões relacionadas a aspectos antropológicos, geográficos e políticos.

Ao se estabelecer sobre as bases de uma sociedade de consumo, Lickorish e Jekins (2000 p. 87) afirmam que “(...) o turismo já é aceito como sendo um dos fluxos mais significativos do mercado global”. Eles mostram que os impactos que o turismo traz para a economia se relacionam aos ganhos de câmbio exterior, à geração de emprego e renda, e ao estímulo do desenvolvimento regional.

Conceitualmente, a caracterização do turismo pode ser feita como:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (DE LA TORRE, 1992, p. 11).

Considerando contribuição de Barreto (1995, p.9) é o austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen quem destaca a atividade turística como um momento em que há intensas trocas culturais e sociais, chamando a atenção para questões de conservação e preservação do meio ambiente. Sua definição coloca o turismo como um “conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, estado ou país”, é a partir desta referência que, o conceito oficial de turismo foi elaborado em 1911 pela OMT.

Este crescimento da atividade tem estimulado estudiosos a compreender o fenômeno em sua relação com a geração de renda, emprego e o desenvolvimento da comunidade. Uma ação que nos desperta a necessidade de considera-lo de forma harmoniosa com a sociedade aonde ele é exercido, contemplando o interesse de todos os envolvidos (localidade, fornecedores, empresas e órgãos) e tomando o cuidado para que

nenhuma parte deve ser prejudicada, sendo ela o turista ou os que abrangem o segmento do turismo.

Beni (2003) afirma que conseguir alinhar todos os setores envolvidos pode ser uma tarefa demorada e não muito fácil, pois é fundamental que a sociedade local queira trabalhar juntamente com o turismo. Para tanto, é preciso, além da motivação, um planejamento adequado e qualificado para determinada localidade.

Ruschmann (1997) *apud* Merigue (2007) alerta para a necessidade de um crescimento concomitante entre a atividade turística e seus empreendimentos, dinamizados por meio de formas sustentáveis ao meio ambiente, à cultura e à comunidade local, fazendo com que o turismo traga o mínimo de impactos negativos e gere benefícios a comunidade receptora.

Como já destacado, o turismo é uma atividade multifacetada, e impacta direta ou indiretamente pelo menos 53 setores da economia. Barreto (1995) observa que o dinheiro gasto pelo turista irá entrar no mercado local acarretando potencial efeito multiplicador, ou seja, uma sucessão de despesas que tem origem no gasto do turista e que beneficia os setores ligados ao turismo.

De acordo com Merigue (2007) a partir desse efeito multiplicador, esse dinheiro deve incrementar o orçamento da comunidade local. Entretanto, faz-se necessário que se tenha uma visão responsável do turismo, onde se preze, principalmente, que a comunidade local não seja mera espectadora do processo de mudança, mas sim agente deste, como propõe o desenvolvimento local.

Como o desenvolvimento local é aqui entendido como um processo endógeno, em que se implementam mudanças passíveis de aumentar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população (FRANCO, 2000), sua relação com a atividade turismo turística pressupõe o envolvimento da sociedade, do ambiente e da economia local que interatuam e se reforçam mutuamente, em uma conjuntura onde a diversidade social e cultural e a diferenciação produtiva sejam empregadas como recursos potenciais para transformações com vistas ao desenvolvimento (BERTON et al, 2005).

Merigue, (2007) acredita que administrar o turismo como atividade econômica que traz benefícios para a comunidade local pode não ser uma tarefa simples. Entretanto, em muitos casos os gestores, vislumbrados pelos números da atividade, veem no turismo “salvação da lavoura”. Neste sentido, a conjunção do turismo com o desenvolvimento local poderia dar àquele uma “forma integrada ao conjunto

macroeconômico, para que ela seja uma forte ferramenta para o desenvolvimento”, como defende (Merigue (2007).

É nesse contexto que se insere a atividade turística como propulsora ao desenvolvimento local, de forma que instigue e motive a comunidade a ser protagonista do próprio desenvolvimento, isto é, ser responsável pela evolução da atividade e em decorrência a principal apropriadora de seus benefícios. Assim, no contexto em que se sugere as ações e as estratégias para o desenvolvimento, estes devem partir de dentro para fora e não ao contrário.

Para Martins (2005), ser protagonista exige uma postura proativa, uma luta diária por melhor qualidade de vida, o que abrange tanto condições materiais como imateriais. Está relacionado com o interesse, a disposição e a disponibilidade da comunidade em enfrentar os problemas de forma coletiva. Isto leva a duas condições importantes para o desenvolvimento local: “a participação e o sentido de pertencimento a uma comunidade ou lugar” (MARTINS, 2005, p.110)

Dessa forma, a menor unidade de ação, o local, torna-se fundamental para a compreensão não só do potencial como da própria capacidade real da atividade turística manifesta, e, assim, das possibilidades do desenvolvimento local alcançar contribuir ao regional e ao nacional. Tanto é que a própria intenção de regionalização, enquanto força aglutinadora de coordenação das atividades turísticas, representa um esforço de transformação dos municípios, porém, de forma “mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada”. Nesse mesmo sentido, Bolson (2006, p. 71) acrescenta que “adotar o modelo de regionalização do turismo (...) exige mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; exige negociação, acordo, planejamento e organização social”. Exige, ainda, “assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe” (idem).

Considerar uma política e ações de desenvolvimento do turismo em bases locais evoca, necessariamente, respeito a determinadas parcerias geradoras de “produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, que se reflete no estado de bem-estar das populações” (*ibidem*).

Para Santos (1996), entretanto, o conhecimento real e popular dos problemas apresenta limitações. Nos lugares, unidades conectivas do mundo atual, encontram-se também as forças “estranhas”, representantes de interesses distantes, não autóctones e uma “ordem global”.

Um contexto em que a participação da comunidade não deve ser delegada, mas de fato representada. “Carecemos de uma visão mais pragmática da participação, no sentido de que ela ocorre (ou não) independente das formalidades que envolvem uma mobilização” (MARTINS, 2005, p.111).

Holanda e Vieira (2003) alertam para o papel marginalizado que as comunidades locais podem ocupar, perdendo as expressões locais. Para os autores, é importante a existência de “projetos integrados em nível local que envolvam os mais variados atores socioeconômicos para dar lhe sustentação como vetor de desenvolvimento local” (HOLANDA e VIEIRA, 2003, p. 282).

Conforme os autores, para que o turismo leve ao desenvolvimento local é crucial que haja uma gestão participativa, que articule o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. Quando isso não acontece, a relação entre turismo e desenvolvimento e principalmente a equação turismo como propulsor de um desenvolvimento local torna-se fragilizada.

De encontro ao citado por Holanda e Vieira (2003) o autor Oliveira (2001, p. 168) chama a atenção para que o turismo promova o desenvolvimento local de forma mais efetiva faz-se necessário a participação integrada entre os atores públicos, privados e a população:

O planejamento e a operação do turismo devem ser inter setoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo deste modo obter o maior número possível de benefícios.

Assim, na perspectiva da atividade turística como estratégia para o desenvolvimento local, alguns desafios devem ser considerados, principalmente no que diz respeito à identidade cultural da comunidade, compreendendo de que forma a atividade pode ser utilizada como provedora econômica, mas sem deixar que a cultura local, os patrimônios e as manifestações religiosas sejam reduzidas a um produto turístico. Isso implica a compreensão de que o turismo é uma atividade econômica que possibilita um aproveitamento bastante amplo de recursos culturais, sociais, ambientais, institucionais entre outros, ampliando as possibilidades de crescimento e a perspectiva

de plena utilização das capacidades humanas locais. Mas organização pela ou com a participação direta e ativa da comunidade local.

Destarte, o turismo é uma atividade dinâmica, com potencial gerador de emprego, renda, melhorias de infraestrutura, e com possibilidades de impactos melhoria da qualidade de vida em diversas localidades. Circunscrever a dinâmica de desenvolvimento a uma dimensão local significa entendê-lo como um processo endógeno apto para a promoção do dinamismo econômico e da melhoria da qualidade de vida da sociedade local, buscando a transformação singular nos fundamentos econômicos e na organização social em nível local. A ideia é que o desenvolvimento resultante contemple a mobilização das energias da sociedade local, no sentido de explorar suas capacidades e potencialidades específicas.

Na medida em que a atividade turística ganha corpo como promissora para o desenvolvimento local, a administração pública, a iniciativa privada e a comunidade devem assumir os seus papéis enquanto provedora e reguladora da atividade. Ademais, ainda devem ser priorizadas atividades promotoras de infraestrutura básica necessária ao bom desempenho da atividade e o estabelecimento do planejamento de políticas públicas voltadas à vocação e adequação à oferta e à demanda turística.

2.3 Verticalidades e Horizontalidades

Com a finalidade de reconhecer no conceito de desenvolvimento local o tipo de participação da comunidade e o uso do território pela atividade turística, neste trabalho recorre-se aos conceitos de Verticalidade e Horizontalidade, de Milton Santos.

Os conceitos local e global podem ser compreendidos a partir de sua contraposição eles. O local parte daquilo que é próprio do lugar, surge como um “ponto de convergência e receptor dos ciclos (modelos econômicos e padrões culturais) (COLUCCI, MAGNO, e SOUTO, 2011). E enquanto o local está relacionado ao espaço comum entre os vizinhos, ao cotidiano, ou seja, um maior relacionamento entre os sujeitos, o global nos leva a um espaço de racionalidades e ideologias longínquas (SANTOS, 1998). “Apesar da aparente distância, são elementos intensamente inter-relacionados, [...], principalmente com a globalização, quando o espaço de manifestação local tem sido dinamizado pela força global” (Gava, 2009, p.74)

Para Santos (2009), tratam-se de subdivisões que devem ser tratadas como categorias analíticas, como dois recortes. Assim, o duo conceitual horizontalidade e verticalidade permite entender a relação entre os espaços local-global.

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 2009, p. 284)

O recorte vertical tende a ser dinamizado a partir de fora, normalmente de grandes atores globais como “empresas transnacionais, países centrais, instituições multilaterais, onde é comum o próprio apoio estatal”, que suscitam e organizam, um “conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas” (SANTOS, 2000, p. 106). Os protagonistas desse recorte são atores do tempo rápido, promotores de fluxos que provocam um processo de organização onde predominam fatores externos ao do espaço local. Santos (ibidem) classifica esse atores como macroatores, ou seja, aqueles “que de fora da área determinam as modalidades internas de ação”. Por fim, “a tarefa de organizar o trabalho de todos os outros, os quais de uma forma ou de outra dependem da sua regulação” (ibidem). Desta feita, a normatização é mais um dos subsídios que moldam as relações locais mesmo não tendo sido articuladas. (GAVA, 2009).

A própria formação socioespacial no Brasil já é historicamente instituída e reorganizada em função de interesses das empresas dominantes no mercado mundial, movimento assim percebido por Aurélio e Rollo (2009); “às grandes corporações empresariais deixam o território à mercê dos sistemas de ações políticas que interessam às essas mesmas empresas e ao mercado que passam assim a exercer um forte poder de comando da vida de relações e da dinâmica entre os lugares”, e porque não, da dinâmica até do território nacional.

Destarte, a própria regulação que chega ao espaço local o faz por atos das empresas e do Estado. Desta forma, é presumível notar possibilidades de suas fragmentações verticais pelas normatizações benéficas aos atores dominantes. “Formaliza-se uma integração vertical dependente e alienadora, pois as decisões que atingem o local não só partem como têm motivações estranhas a ele” (GAVA, 2009).

Assim, é na rotina diária dos lugares que as verticalidades são coligadas e até contrapostas pela sociedade local. (ZANETTI e CANDIOTTO, 2010). Para Santos (2000, p. 113), a “possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente”.

O recorte horizontal tem sentido oposto ao de verticalidade. Este se dá a partir da conceituação de espaço banalístico é, o espaço das vivências, em confronto com o espaço econômico dominado por grandes atores globais. É neste espaço onde acontece o

movimento de continuidade, de propagação entre vizinhos, onde se manifestam as “produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção”. Onde “todos agentes são, de uma forma ou de outra, implicados, e os retrospectivos tempos, mais rápidos ou mais vagarosos, são imbricados” (SANTOS, 2000, p. 109).

De acordo Santos (1994), a base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano. Este espaço deve ser reconstituído por meio da rearticulação dos espaços locais com os mais distintos espaços que compõem atualmente a sociedade. Esta rearticulação deve passar por uma reconceituação da cidadania, além de uma reformulação das instituições, isto para que os espaços participativos concordem com as instâncias de decisões significativas.

A partir da noção do espaço banal da horizontalidade, o autor supracitado apresenta como característica desse recorte a solidariedade, esta é “o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre o território comum” (SANTOS, 2000), onde as atividades “devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local”, dando a ele o papel de protagonista.

Desta feita, enquanto as verticalidades são caracterizadas pela ação de atores hegemônicos, em redes e por um tempo rápido, as horizontalidades têm todos os agentes em favor de seus respectivos tempos, ou seja, tanto mais rápido quanto mais brando. Nesse sentido, as horizontalidades obedecem ao contínuo; e as verticalidades são eventos espaçados, que asseguram, por meio de normas rígidas, o funcionamento global da sociedade e da economia. Entretanto, as verticalidades adentram nas horizontalidades, de maneira que ambas são afrontadas no lugar, (SANTOS, 2002).

As ações horizontais que ocorrem no lugar podem, entretanto, ser influenciadas por verticalidades, difundidas pelos atores exógenos ao lugar, ou até mesmo pelos próprios atores locais, que, ao congregam valores verticais globais e assim “passam a agir em prol da racionalidade hegemônica, acreditando que tais ações conduzirão ao crescimento econômico e ao desenvolvimento” (CANDIOTTO, 2009, p.104). Desta forma, no caso da atividade turística, mesmo atuando efetivamente no lugar, os atores exógenos tendem a alastrar verticalidades, vinculadas à lógica mercantil e às intencionalidades do *trade* turístico. “Estas irão influenciar nas suas ações individuais e, conseqüentemente, as horizontalidades (CANDIOTTO, 2009, p.104)”.

Concomitantemente as forças centrípetas e centrífugas percorrem o território, “como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, em diversos níveis de

escala” (SANTOS, 2009, p. 286). As forças centrípeta levam a um processo de horizontalização, enquanto que a verticalidade pode ser conduzida por forças centrífugas (SANTOS, 2009, p.287).

Santos (2000) identifica como força centrípeta a que movimenta a horizontalidade, promotora de agregação e convergência em uma base territorial específica. Dessa forma, pende à geração de relações locais que nascem e mutuamente se fortalecem no próprio local, embora sejam constantemente perturbadas pelas forças centrífugas mais amplas (SANTOS, 1998, 2000).

A força centrípeta é identificada como aquela resultante de uma dinâmica econômica e do processo social, e podem estar submissas tanto às regularidades do processo de produção quanto às surpresas da intersubjetividade (SANTOS, 2009, p. 286). As forças centrípeta são caracterizadas como forças de cooptação e fatores de convergência e podem agir tanto no campo como na cidade ou ainda entre campo e cidade, sendo tanto em um lugar quanto em outro e são, respectivamente, “fatores de homogeneização e aglomeração. E entre o campo e a cidade, elas são fatores de coesão”. (SANTOS, 2009, p. 286).

Já a dinâmica de verticalidade é operada por forças centrífugas que podem ser consideradas como fatores de desagregação, pois conseguem tirar da região os elementos do seu próprio comando, fragmentando a base territorial e prevalecendo forças exógenas e alheias aos interesses da comunidade local. (SANTOS, 2009).

Sob essa perspectiva, a dialética no/do território afirma-se mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto (global) da parcela política da produção. Assim, há um conflito que se agrava entre um espaço local e um espaço global, este com um conteúdo ideológico de origem distante, que chega a todos os lugares (SANTOS, 2002).

Os lugares e os agentes locais podem fortalecer as horizontalidades, “reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo” (SANTOS, 1997, p. 227). A justaposição dos recortes e a sincronia das forças criam, na visão de Santos (1998, p. 16) “novas solidariedades”, a despeito de diferenças entre pessoas ou lugares.

As “novas solidariedades” têm, como fator primordial, a informação adquirida ao longo do tempo, a competência de reunir diferentes porções de um território. Para o autor, as “novas solidariedades” podem ocorrer a partir de três formas diferentes: homóloga, complementar ou hierárquica.(SANTOS, 1997 apud GOULART, 2006).

A homologia diz respeito às áreas de produção modernizadas e confluente em função de uma informação especializada que, presidindo a racionalidade, cria similitude de atividades e gera contigüidades funcionais. A complementaridade se refere à articulação entre diferentes atividades, que se estabelecem igualmente em decorrência da modernização produtiva e da necessidade de intercâmbio geograficamente próximo. A forma hierárquica, como resultado da crescente racionalização das atividades, ocorre sob comando tendencialmente concentrado em um agente, ou uma organização que, independentemente de sua localização, interfere no espaço sócio-territorial. (GOULART, 2006, p. 6)

Para as duas primeiras formas, o sentido e o cotidiano são compartilhados a partir de regras estabelecidas ou ainda repensadas localmente. Realizado desta maneira, existe a possibilidade da generalização da informação, isto é, tende ao domínio coletivo local. Já a forma hierárquica se institui em um cotidiano imposto por forças exógenas, alheiras aos atores locais, conduzido por informação privilegiada, e que se caracteriza como recurso de poder (SANTOS, 1998).

Desta maneira, as formas homólogas podem conduzir transformações sociais direcionadas à homogeneização social que “não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p. 6). Entretanto, a forma hierárquica se baliza a modernizar o estilo de vida de apenas alguns fragmentos da população. Se esta forma for elevada na formulação das políticas voltadas para o desenvolvimento, mesmo a partir da conceituação de desenvolvimento local, corre-se o risco de se caracterizar de forma efetiva um território heterogêneo.

Ao passo que, para que a atividade turística ocorra é preciso que ela use o território, isto é, é agente de produção, transformação e consumo do próprio território, torna-se importante conhecer de que forma esta atividade pode estar influenciando e alterando o cotidiano de uma pequena comunidade, principalmente a partir de influências exógenas, não apenas de turistas, mas também de investidores externos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho teve como objetivo **descrever a dinâmica do desenvolvimento local do Distrito de Lavras Novas a partir dos seus atores locais**, tendo por objeto de estudo entre a dinamização do turismo e o desenvolvimento local decorrente.

Partiu-se de evidências de que esta relação entre a dinâmica da atividade turística enquanto propulsora ao desenvolvimento local poderia estar apresentando algumas fissuras no Distrito de Lavras Novas, cuja sede esta localizada no Município de Ouro Preto. A suposição é de que esteja sendo dinamizada uma apropriação do território por agentes não locais, com alterações na dinâmica social e econômica por meio da exploração do turismo. Assim, buscou-se realizar uma abordagem comprometida em entender, a partir das relações desenroladas localmente, suas conexões com outras escalas geográficas (regional, nacional, global, etc.). Neste sentido, a questão que fundamentou a pesquisa buscou compreender **como tem sido dinamizado o desenvolvimento local do Distrito de Lavras Novas pelos atores locais?**

O delineamento da pesquisa será explicitado segundo a caracterização da mesma da, os sujeitos da pesquisa e os procedimentos de coleta e de análise dos dados.

3.1 Classificação da Pesquisa

Quanto à classificação da pesquisa, a abordagem utilizada foi qualitativa, compreendida como mais apropriada à profundidade de análise demandada pelo problema da pesquisa. A escolha desta abordagem ganha sustentação em Richardson (1999, p. 80), para que o enfoque qualitativo é adequado para:

Descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

Nesta perspectiva científica, a pesquisa qualitativa se torna essencial por dar suporte para se abordar dinâmicas intensas em que não se “busca o ‘dado’ propriamente dito, mas a ‘informação discutida’” (DEMO, 2011, p. 108), estando em jogo a análise “de construções simbólicas significativas que exigem interpretação” (idem, p. 112).

Afirma-se, dessa forma, que as ciências sociais não se reduzem a expressões quantitativas da realidade.

3.2 Local do Estudo e Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa esteve voltada para o estudo dos grupos, pessoas e organizações que exercem influência no processo político e também aqueles que exercem papéis com impactos mais diretos nos rumos da relação entre o turismo e o desenvolvimento do Distrito de Lavras Novas.

Neste sentido, as unidades de análise foram as empresas turísticas do Distrito (pousadas e restaurantes), tanto de proprietários externos quanto de nativos, as entidades representativas da comunidade (Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres e Associação dos Moradores), a comunidade local e os órgãos públicos (Prefeitura e Câmara de Vereadores).

Os Sujeitos da pesquisa foram gerentes ou proprietários das pousadas e restaurantes, representantes das entidades de representação, os nativos e representantes do poder público. Estes últimos foram compostos apenas por representantes do poder legislativo, considerando então um vereador com representatividade em Lavras Novas e as representantes da Câmara Itinerante⁷.

Neste ponto, é válido salientar que, num primeiro momento, se considerou como representante da Prefeitura Municipal de Ouro Preto algum funcionário da Secretaria de Turismo. Entretanto, apesar das várias tentativas em se conversar, por *e-mail*, pessoalmente e por telefone, a Diretora de Turismo e Cultura não concedeu a entrevista. No primeiro contato ela destacou que tinha pouca informação sobre o Distrito em questão, mas que ajudaria dentro do possível e pediu que enviasse por *e-mail* o roteiro de entrevista, depois disto ela não retornou o *e-mail*. Seguiu-se novo contato telefônico, chegando a marcar uma data e horário para entrevista em Ouro Preto. Todavia, ela novamente não compareceu.

⁷ Câmara Itinerante é um projeto da Câmara de Vereadores de e busca percorrer todos os distritos de Ouro Preto. Nesse formato, durante o dia acontecem atividades como recreação, atendimentos a saúde, como dentista, nutricionista, aferição de pressão e outros tipos de atividades como assistência social. No final da tarde acontecia a reunião ordinária dos Vereadores. Esta ação é regimentada em Ouro Preto.

3.3 Procedimentos de Coleta de Dados e Análise dos Resultados

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, este foi baseado em fontes primárias e secundárias. Os dados primários foram alcançados por meios de entrevistas. Segundo Gil (1999), nas entrevistas prevalecem pontos de interesse do pesquisador que podem variar à medida que se fizerem presentes fatos novos e de interesse da pesquisa. O objetivo é deixar que o entrevistado fale livremente.

Os dados secundários foram pesquisas empíricas já relacionadas no Distrito de Lavras Novas e que utilizou-se para conhecimento e apresentação do objeto e a Lei de Criação do Distrito expedida pela Prefeitura Municipal de Lavras Novas.

Os dados primários foram obtidos com as entrevistas junto aos sujeitos de pesquisa. Ao todo, foram 30 entrevistas, sendo: 11 empresas (restaurantes e pousadas), 2 representantes da Câmara de Vereadores, 12 moradores nativos, 3 representantes da Associação dos Moradores e 2 representantes da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres/Mesa Administrativa.

A pesquisa de campo aconteceu ao longo do segundo semestre de 2012, sendo no total 10 visitas ao Distrito de Lavras e 3 visitas à sede Ouro Preto. As pousadas e restaurantes foram pré-identificadas em um sitio eletrônico de divulgação do Distrito de Lavras Novas. A partir desse primeiro levantamento, iniciaram os contatos por telefone.

Já em campo, a estratégia de seleção de sujeitos de pesquisa foi por bola de neve, quando se buscam indicações de novos atores a partir da entrevista com um ator já selecionado previamente. A ideia é que o próprio entrevistado faça a indicação, considerando outras pessoas que pudessem contribuir com informações adicionais ao que se estuda, principalmente os que participam ou participarem do processo em análise.

Abaixo é apresentado um quadro com os códigos referentes a cada entrevistado, bem como a sua unidade de análise:

Unidade de Análise	Código	
Empresa	E1 a E6	Externo
Empresa	E7	Nativo
Empresa	E8	Externo
Empresa	E9 e E10	Nativo
Empresa	E11	Externo/ Nativo
Mesa Administrativa	M1 e M2	Nativo
Público	P1	Câmara Itinerante
Público	P2	Vereador
Morador nativo	N1 a N12	Nativo
Associação dos Moradores	A1 a A3	Nativo

Quadro 2 - Identificação e Codificação dos sujeitos de Pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Com vistas a facilitar o entendimento desta etapa da pesquisa, serão apresentados (Quadro 3) as ações e os instrumentos de coleta de dados de acordo com os objetivos específicos:

Objetivos Específicos	Coleta de Dados	Entrevistas
<ul style="list-style-type: none"> • Caracterizar o território e a trajetória do turismo; • Caracterizar as motivações e as implicações da inserção da atividade turística na dinâmica local de Lavras Novas; • Identificar a participação da comunidade local na dinâmica turística em Lavras Novas; • Caracterizar a identidade local. 	Dados Primários	Representante da Câmara de Ouro Preto Representantes da Associação dos Moradores Comunidade local

Quadro 3: Estrutura de coleta de dados

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Para a coleta de dados selecionaram-se estratégias que objetivaram: verificar se a comunidade local participou do processo de desenvolvimento da atividade turística no Distrito; a categorização do território e seu processo de transformação ao longo do tempo, isto é, na medida em que a atividade turística se consolidava e por fim, evidenciar os traços que moldaram ou evidenciaram a existência de uma identidade da comunidade local.

Para todos os atores utilizou-se a entrevista como estratégia de coleta de dados. Os roteiros foram classificados em: Entrevistas com órgãos públicos, Empresários, Lideranças e comunidade. Todos os roteiros seguiam um mesmo teor, mas com perguntas distintas.

A comunidade local foi dividida em dois grupos. O primeiro com pessoas consideradas entrevistados-chave, com um roteiro mais completo e entrevista em profundidade. No caso do segundo grupo, seguiu-se um roteiro mais simples, com o mesmo teor do grupo anterior, mas com um número menor de perguntas. Neste caso, a estratégia utilizada foi buscar pessoas na rua e entrevista-las de forma aleatória.

A análise dos resultados foi desenvolvida a partir do confronto das teorias de desenvolvimento local, território e turismo e desenvolvimento local com as entrevistas realizadas.

4. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

O propósito deste capítulo é descrever as alterações da atividade turística na desenvolvimento do Distrito de Lavras Novas. Para tanto, definiu-se um recorte temporal para fins da análise, demarcando um período anterior e outro posterior ao início da organização da atividade turística local, assim como a consideração do processo de transição entre essas fases.

Optou-se por caracterizar o objeto empírico por meio de uma breve contextualização histórica, pois compreender como os moradores viviam antes do turismo e como se portaram com a chegada dessa atividade econômica ajuda na compreensão de relações entre atividade turística e desenvolvimento local. Também optou-se por caracterizar o objeto a partir das próprias entrevistas para contar o que sabem da história de Lavras Novas, bem como se sentiram nesta transição de uma comunidade pacata para uma comunidade com fluxo expressivo de turismo. Isto porque, nem em Ouro Preto e nem em Lavras Novas existem registros oficiais sobre a história do Distrito.

Essa forma de abordar o objeto de estudo encontra respaldo em Arocena (1998), que destaca a (re)emergência, a partir dos anos 70, do resgate histórico e das tradições para se compreender os mais distintos modos de desenvolvimento. Desta feita, busca-se contrapor esse resgate a um mero evolucionismo, já que este destaca um ponto de chegada como fundamento do desenvolvimento. Noutro sentido, o que se buscou, foi um ponto de partida para se analisar a sociedade local. Para o autor, esses resgates contribui para se considerar o desenvolvimento local não apenas a partir dos recursos e potencialidades humanas do lugar, mas também em ter como modelo uma integração ao sistema global, ou seja, o desenvolvimento local contextualizado. Neste sentido, é latente a percepção de riscos para o desenvolvimento de Lavras Novas na medida em que implica reflexões, por exemplo, sobre a preservação da identidade, a cultura local, o esgotamento dos recursos naturais, o modo de vida, entre outros aspectos.

Alinhado aos propósitos desse trabalho, dois momentos históricos de Lavras Novas são destacados, a saber, o tempo anterior à atividade turística e o tempo posterior ao início da atividade turística sistemática, doravante identificados como “fase comunitária” e “fase turística”, respectivamente. Por fim, uma breve apresentação das mudanças sofridas pela comunidade em função da dinâmica turística local.

4.1 Fase comunitária

Ouro Preto tem ao todo doze Distritos, entre eles Lavras Novas, que foi elevado a esta categoria no ano de 2005, pela Proposição de Lei nº 121/05⁸.

Entretanto, a falta de registro e documentos deixa a história entorno do Distrito bastante incerta. Diante disso, surgem diversas versões que tentam explicar a formação do vilarejo. Uma dessas histórias que se destaca é a de que Lavras Novas foi um antigo quilombo de escravos fugidos de Ouro Preto durante o período imperial do Brasil, principalmente pela característica de descendentes de negros escravos, como aponta o trecho da entrevista abaixo:

(E10) fala que aqui foi quilombo, uns falam que não foi, tem esse aí, tem a dúvida ainda, mas a maior parte fala que foi quilombo. Então, os escravos vinha de Ouro Preto pra cá, escondia aqui, aí que formou a vila, construiu igreja, esse negócio tudo.

Essa versão era associada ao lugar pelas raízes negras do povo: “ (A2) inclusive o meu avô, ... , ele era descendente de escravo. Menina, ele era negro, negro, mas negro mesmo.. ele morreu com quase 100 anos, com todos os dentes na boca”.

Esta versão é rebatida por alguns moradores que descrevem o seguinte contexto:

(N1) na verdade Lavras Novas é de 1704, essa terra pertencia a um português chamado Coronel Furtado, esse português era dono das mina e as mina não tava dando dinheiro ele pego tudo, juntô tudo e foi embora e deixou os escravos aí, a partir desse momento os escravos começava a dar um jeito para sua sobrevivência, então tinha tropa, tinha cestaria e o mais gostoso disso é que o povo aprendeu a ser coletivo, a ajudar os outros

Antes da chegada da atividade turística, de acordo com os moradores, o vilarejo desenvolveu características comunitárias e de identidade ao lugar. O trecho abaixo descreve essas peculiaridades:

(A2) Ah menina, aqui antigamente era um lugar assim bem tranquilo, bem pacato mesmo, era um lugar assim que era.. criação no meio da rua, é vaca.. era cavalo.. era muito no meio da rua, não tinha energia da Cemig, quem.. era da Alcan né, que era a antiga Alcan que vinha aqui do Santo Antonio do Salto, mas nem todas as casas a luz era boa, tinha lugar que era fraquinha, fraquinha.. e era aqueles postes baixinhos, qualquer defeito que dava, qualquer pessoa podia subir pra arrumar, sabe? então nessa época aqui era bem tranquilo.. bem tranquilo e.. todo mundo preocupava um com o outro, era mais amigo, era mais companheiro.. era assim, se faltasse um arroz na casa da gente a gente pedia o vizinho emprestado até a gente comprar, sabe? era bem diferente..

⁸ Conforme Lei em anexo.

Outro trecho de entrevista também aponta para essas características:

(N4) Lavras Novas era um lugar assim, é, era um lugar humilde, aonde as pessoas vivia daquilo que tinha [...] era um pessoal tudo pobre, não tinha muita coisa, as casa era tudo, era pobrezinho, mas era um pobre que sempre tinha, não passava assim necessidade, por que um deixava o outro neh, o que tinha dava o outro.

Conforme os relatos, neste período a principal atividade geradora de emprego era a usina canadense de alumínio - ALCAN, localizada em Saramenha, bairro de Ouro Preto. Na usina, apenas os homens de Lavras Novas trabalhavam, sendo descrito pelos lavranovenses como um período de muitos sacrifícios, visto que a principal fonte de renda era esta e apenas para homens, além da dificuldade de recursos e transportes. Para chegarem à ALCAN, os homens saíam de casa por volta das 4 horas da manhã para caminhar 18 quilômetros e chegar às 7 horas na empresa para bater seu cartão. A forma como as mulheres encontravam para ajudar nas despesas da casa era por meio da plantação de chá e colheita de bambu para o artesanato.

O modo de vida na comunidade pode ser associado à formação de uma identidade local ao longo do tempo. Foi recorrente nas entrevistas expressões que levam a ideias como “simplicidade”, “ajuda mútua”, “hospitalidade”, “religiosidade”, “vida comunitária”, “organização comunitária” dentre outras que, conjuntamente, traduzem a identidade local.

Hospitalidade: “(E9) ...o pessoal daqui é muito hospitaleiro, muito hospitaleiro, muito, o povo aqui é bem, participa bem, é bem receptivo”.

Ajuda mútua e vida comunitária: “(A2) ... as pessoas tinha mais amor, preocupava mais um com o outro, sabe? (...) antigamente, uma pessoa ficava doente, de manhã ia na casa dele, perguntava se passou bem, se tinha alguma roupa pra lavar..”

Simplicidade, ajuda mútua e vida comunitária:

(N4) Lavras Novas era um lugar assim, é, era um lugar humilde, aonde as pessoas vivia daquilo que tinha neh, não tinha muito, mas era um povo assim, era unido, que eles gostavam assim, então o que um tinha passava pro outro se não tivesse, ia na casa do outro, e também tinha igual o outro, quando tinha que construir uma casa, todo mundo ajudava, as mulheres ajudava, os homens ajudava, ia no mato, cortava a madeira no mato, é, era tipo a pique as casas de antigamente neh, era de pau a pique, cortava os paus, a linha que ...no telhado, essa linha ia uma porção de homem no mato pra buscar a linha por que era cumprida neh, e as mulheres colhendo caibro, as varinhas, tudo as muié ia ajuda e no dia de começa a ajuda pra construí a casa é, era todo mundo ajudava, as muié pegando e carregando a terra, pega, carregava água, os homem maçando barro, jogando na parede, era tudo desse mesmo jeito que eu to falando com ocê. Mas era um

pessoal tudo pobre, não tinha muita coisa, as casa era tudo, era pobrezinho, mas era um pobre que sempre tinha, não passava assim necessidade, por que um deixava o outro neh, o que tinha dava o outro.

Religiosidade: (E10) É, o catolicismo aqui é forte, muito forte, aqui 100% é católico, entendeu, o pessoal tem muita fé na padroeira, inclusive Ela já livrou nós de muita coisa aqui, nós tem a festa dela, que no mês de agosto tem a festa..

Organização comunitária:

(M1) Então assim, que tem essa irmandade, aí, assim, as pessoas formaram esse grupo né, dessas pessoas, que ficaram responsáveis, por exemplo, cuidar do patrimônio, a igreja né, que são as terras, hoje né tem a casa paroquial, que nós adotamos uma casa, a gente usa pra fazer reuniões, pra fazer algum evento ligado a igreja.. e também o cemitério que é também de responsabilidade da Mesa Administrativa, então ela surgiu pra tá cuidando disso ai né.. e igual eu te falei, de 2 em 2 anos ela muda, ela muda.. hoje nós criamos o estatuto, tem o estatuto também, não sei se você teve conhecimento dele..

Por fim, percebeu-se que durante a fase comunitária a comunidade foi adquirindo características no seu modo de vida. Estas características marcam a identidade dos nativos e ao longo da pesquisa percebeu-se, além da preocupação em preservar esta identidade, como também em alguns pontos um impulsão para a atividade turística.

4.2 Fase Turística

No que tange aos pioneiros da implementação da atividade turística no Distrito, os próprios moradores abriam as portas das suas casas para abrigar visitantes, entretanto até determinado momento ainda não se via nos nativos ambições econômicas com essa atitude, mas logo empreendedores externos, muitos dos quais antigos turistas, vislumbraram a oportunidade de investimento em Lavras Novas, como apontado pelo trecho

(N5) éh, meio que praticamente os moradores mesmo que foram vendendo os lotes neh e as pessoas que vieram de fora, vieram construir neh, e através dessa construção aumentaram o fluxo de pessoas na cidade.

A mudança na comunidade com uma nova atividade econômica é percebida atualmente como tendo iniciado na década de 1980, como descrevem os trechos abaixo:

“(N9) mudou muito. ..., eu acho que tem uns 20 ano mais ou menos pra cá que mudou.”

O início do turismo em Lavras Novas foi muito simples. Os primeiros turistas foram os hippies que iam até o Distrito possivelmente atraídos pelas características naturais do local, tais como topografia, vegetação, cachoeiras, etc.. A falta de hospedagem fazia com que os moradores abrissem as portas das suas casas para receber esses turistas: “(A2) O pessoal antigamente alugava os quartos dentro da casa, dentro da própria casa, e tinha um senhor também, o Oscar Rocha ... ele sempre fazia umas casinhas, sabe? pra alugar...”

Essa característica acolhedora dos nativos é o que muitos entrevistados acreditam ser o diferencial para que o turismo se desenvolvesse no Distrito. Desta forma, o turismo foi acontecendo em Lavras Novas, sem planejamento, mas a partir de iniciativas locais:

(N1) acredito que pra Lavras Novas, foi as pessoas de Lavras Novas mesmo que provocou essa situação, as vezes inconscientemente, sem planejamento nenhum, mas acredito que foi elas mesmas, as pessoas mais velhas que provocaram isso, entende e a curiosidade das pessoas de conhecê.

A evolução do turismo como atividade econômica no Distrito gerou distintas opiniões. Ao mesmo tempo em que a atividade era vista como uma nova dinâmica, geradora de emprego e renda, isto é, a “salvação da lavoura”, também trouxe consigo um fluxo de turistas e investidores que movimentaram o pacato lugar, além de preocupações que até então não se tinha na comunidade como segurança, degradação ambiental e, ainda, mudanças comportamentais, especialmente na população jovem, e sua potencial ameaça à identidade local.

4.3 Consequências da mudança

As mudanças que foram ocorrendo com o tempo, em função de uma nova dinâmica econômica, a atividade turística, geraram diversos sentidos. Mesmo aceitando e concordando com o fato do turismo trazer benefícios para a comunidade, alguns moradores ainda sentem saudades da fase comunitária, pois com ele também vieram coisas nocivas para a comunidade, como destaca o trecho da entrevista abaixo:

(A1) ah, deve tê uns 15 a 20 anos que mudô, e a diferença, é que eu preferia de antes, eu [A1] sabe, moradora de Lavras Novas, por que acaba o sossego, querendo ou não, é lógico que o turismo trouxe muita coisa boa, igual o pessoal de Lavras Novas não precisa mais sair daqui

pra busca emprego fora, por que a maioria dos moradores de Lavras Novas trabalha aqui mesmo, seja na pousada, restaurante, mais com isso veio o quê? O pessoal de Lavras Novas antigamente não conhecia droga, hoje, a maioria dos jovens tudo tá no mundo das drogas...

Ainda assim,

(N2) a chegada foi boa, emprego neh, mais tem o positivo e tem o negativo neh, que veio muita coisa ruim, coisa que eles nem conhecia agora neh, ..., e quando antigamente era tudo mais diferente, mudou muita coisa, não tinha asfalto, a rua não era, não tinha também, não era arrumadinha, tudo terra, agora já tem muita pousada neh, todo mundo tem suas coisa de aluguel neh. Agora, as pessoas vão trabalhar em Ouro Preto mesmo, mas aqui também já tem muito emprego sabe, inclusive até eu to trabalhando, melhorou bem, em alguns pontos melhorou, mas em alguns pontos também piorou, aqui tem assalto, coisa que não tinha, tem droga também, tem neh, desenvolve em algumas coisas, mas tem outras coisas ruins....

O início da atividade turística também gerou desconfianças na população. O fato é que estavam colocando pessoas estranhas para dormir dentro da própria casa:

(A2) aí depois que o turismo foi chegando eles foram procurando jeito de melhorar, mas mesmo assim ainda tinha muita gente que criticava “ah, o fulano é doido! Por gente estranha pra dormir dentro da casa dele”, e como de fato era perigoso mesmo né, porque você vê a pessoa pela primeira vez e você já põe pra dormir dentro da sua casa? Mas graças a Deus aqui nunca aconteceu nada sério não.. graças a Deus

Ao passo que o turismo ganhava fôlego como uma nova atividade econômica, outros pontos foram sentidos pela comunidade na alteração da dinâmica local, como um recente aumento no fluxo de pessoas, em um lugar onde antes era considerado pacato, como retratado por N5, para quem “através do turismo, antigamente não tinha assim, o fluxo de turismo que tem hoje, tinha mais os moradores”, e segue: “(N5) oh, pra mim através do turismo eu vejo que 10 anos, mas antes desses 10 anos já tinha o turismo”, reforçando o que foi descrito acima, os turistas começaram a chegar em Lavras Novas na década de 1980, mas um turismo mais expressivo se viu apenas nos últimos 10 anos. Entretanto, não foram apenas turistas que chegaram na comunidade, mas também muitos investidores, em sua maioria, antigos turistas: “(N6) ah mudou muito, assim, alguma coisa melhorou igual no caso do turismo, muita gente já trabalha aqui mesmo neh, antes tinha que sair pra trabalhar fora”.

A geração de emprego foi a principal variável sentida positivamente pelos moradores, principalmente pelo fato, já citado anteriormente, de não mais precisar se deslocar para Ouro Preto para trabalhar na ALCAN, ou seja, os lavranovenses

poderiam trabalhar no próprio Distrito, seja como empregado dos empreendimentos turísticos ou como empreendedor mesmo:

(N2) mas em todo caso eu acho bom, sabe por que, todo mundo tá trabalhando, ninguém depende de ninguém, foi bom ... agora que eu comecei a trabalhar, nunca trabalhei assim não, agora que eu fichei carteira assinada e tudo.

Entretanto, apesar dos empregos gerados e da nova fonte de renda, começou-se a perceber os custos relacionados, como a alteração do valorizado modo de viver local: “(N4) antigamente podia sair, não tinha amolação, pessoas que entra na casa dos outros, róba, tinha que tá bom igual era neh”.

De fato, o principal valor atrelado ao turismo sugerido pela comunidade foi o ganho econômico. Contudo, alguns nativos apelam para a consciência ambiental e a preservação da cultura local como pontos primordiais a serem cuidados para a própria longevidade da atividade turística:

(N1) Economicamente falando, foi muito bom, mas consciente falando, existe os 3 tripé de uma estrutura que ainda precisa fica mais forte dentro de uma cidade, principalmente dentro de uma cidade turística. 1. Tratamento de água, outro tratamento de esgoto e outro conscientização das pessoas para lidar com isso, entende? Então assim, é bom? É bom demais, você não precisa sair de casa pra ganhar seu ganha pão, mas da mesma forma, você tem que cuidar mais da sua casa, é muita visita, e as pessoas vem curte, paga um valor x e vai embora, mas o que ele leva ta na memória, o que ele deixa não é só a memória, compreende, o que ele deixa, ele deixa, ele deixa os banheiro que ele usô, ele deixa a água que ele usô, toda essa questão, apesar de que tá pagando por isso, mas o dinheiro ainda é pouco, ocê compreende?

O mesmo entrevistado ainda explana a sua preocupação com o futuro e a exploração desenfreada:

(N1) eu acredito que o brasileiro tem essa mania de não só o lavrasnovessense de ver só o ovo e esquecer de cuidar da galinha, entende? De querer só a semente e fruto que brota na terra e esquecer de botar esterco na terra, por que na verdade não é só fruto é a terra, entende? Então, isso acontece e tá acontecendo aqui, e espero que as pessoas tenham, não só as pessoas, mas principalmente vários investidores tenham a consciência maior do que quem investiu na cidade, por que as vezes investe também 1 milhão, 2 milhões, no seu investimento, que a coisa mais comum que tem é preparar o seu investimento da melhor forma, não tem coragem investir 10% na cidade, entende? 10% na cidade, então assim, pra mim isso é de uma ignorância muito grande, entende?

Todavia, para alguns entrevistados o fluxo de turistas foi justamente o contrário, foi a oportunidade de conscientização para preservação do patrimônio local, isto é, a valorização por parte dos moradores não apenas das suas tradições, como também na arquitetura da comunidade, visto que as ambições para casas mais modernas já estava tomando conta dos moradores e perdendo seu valor perante a comunidade:

(N7) o principal que eu acho aqui é o seguinte, éh, depois que veio o turismo tem pessoa que passou a dar valor a mais coisa, tem coisa que eles não dava passou a dar mais valor, tipo por exemplo, as construções por exemplo, pessoal fica mais preocupado no jeito de construir, ocêis viram um pouco aqui, janela de ferro, não viram? É tudo fachadinha de madeira neh, acho que se océis vem aqui há 10 anos atrás océis iam ve muita de ferro, chego uma época aqui que o pessoal tava achando que bonito era janela de ferro, entendeu, então quer dizer, eles passaram a se valorizar mais

Além disso, trouxe também à comunidade novas chances de confiar no Distrito para construir seu futuro:

(N7) e outra coisa também, o turismo foi bom que tem pessoas que antes falava em ir embora de Lavras Novas, hoje não querem mais, querem ficar aqui, tá acreditando mais no lugar, entendeu, tá acreditando mais em Lavras Novas, isso é um ponto positivo, entendeu.

O entrevistado E1 também aponta como ponto positivo o cuidado que os moradores passaram a ter com o lugar:

(E1) mas tem uma coisa mais parecida e tal de cuidado e as pessoas, como eu to aqui há muito tempo, eu vejo as pessoas tentando melhorar sabe, tentando melhorar seus cômodos, pintando, sempre reformando, na época, a padroeira, a festa da padroeira aqui é Nossa Senhora dos Prazeres é em agosto, todo mundo pinta as casas antes, sabe, então tem um cuidado, você vê um feriado, um pós feriado, é, os turistas saíram, chega no outro dia já tá tudo limpinho as fachadas já tão limpas, sabe, tem uma coisa de cuidado que é uma coisa muito interessante...

A questão da falta de recursos e infraestrutura precária em Lavras Novas foi muito comentada nas entrevistas, como a falta de água, que é problema inclusive para Ouro Preto, o asfalto para chegar ao Distrito, a falta de farmácia, os médicos e o posto de saúde, um banco ou um caixa eletrônico, posto de combustível, entretanto alguns desses pontos estão melhorando paulatinamente a partir de reivindicações locais para melhorar também o turismo, apesar de serem preocupações constantes de moradores e investidores do local:

(N12), não tinha policiamento há uns tempos atrás, agora já temos, de vez em quando eles tão vindo na cidade vê o que que tá acontecendo e

precisa neh, que o fluxo de gente é muito, tem muita gente diferente e a gente não sabe o que que a pessoa é, não tem escrito na testa neh, e a policia influencia bastante

(E1) então eu acho que o impacto positivo é essa coisa do crescimento da comunidade, assim crescimento é a oportunidade de estudo, a oportunidade de trabalho neh, de desenvolvimento pessoal, eu acho que como negativo exatamente essa coisa que vem junto com o desenvolvimento, a insegurança, essa falta de investimento neh, dessa parceria do público neh assim a gente tá começando a te tipo de cobrança, a gente paga imposto tal, mas começa a tê cobrança por exemplo pra uma placa ali na esquina, a gente paga pela placa na esquina mas a nossa rua não é calçada, entendeu, a nossa rua, a gente não tem esgoto, então assim, o que que, mas a gente tá pagando pela plaquinha que tá ali na esquina.

Um ponto latente nas entrevistas é a participação de investidores externos. A chegada desses empreendedores gerou diversos conflitos entre eles e a comunidade, impedindo que em muitos momentos esses dois lados possam trabalhar juntos em questões gerais de Lavras Novas: “(E9) mas assim, é o povo aqui ainda é muito desconfiado em relação ao povo de fora, entendeu? Tipo assim, ainda é um povo, como que eu vou dizer, que ainda não ta, é, abertamente assim...”

(E1) a gente teve uma associação de moradores assim, que, ainda tem uma coisa seccionada, que eu acho que o problema daqui os nativos e não nativos, a gente encontra um pouco de dificuldade nisso, com o tempo vai melhorando, a geração mais nova vê isso com menos problema, mas ainda existe.

A característica identitária forte da comunidade divide os moradores em nativos e “os de fora”, situação gerada com a chegada de investidores, que dividiu opiniões, fazendo com que muitos se sentissem invadidos. Ao mesmo tempo em que esses investidores e o turismo trouxeram oportunidades de melhoria, também instaurou-se um conflito interno por parte de muitos moradores que não afirmavam convicção em apoiar exclusivamente uma das partes:

(N4) ah menina, nós até aqui, até que ninguém incomodava de coisa não, mais depois eles foi, invadiu o lugar, o povo daqui mesmo quase não aluga, quem aluga mais é as pousada, as pousada que aluga mais, só que tem as pousada que tem uma coisa neh, ela deu serviço pra muita gente aqui, aqui ninguém fica parado, fica parado quem qué, nós tem serviço pra todo mundo, é apenas eles querê, que as pousada sempre chama. Vem gente de fora pra trabalha aí.

A transformação do Distrito de Lavras Novas, a partir da atividade turística trouxe diversos aspectos reconhecidos como positivos e negativos pelos atores locais. Como destacado acima, antes de tudo isso era uma comunidade pequena e pacata, descendentes de escravos, unidos acima de tudo e que se viu em meio a novidades com

a chegada de uma nova atividade econômica e com ela emprego, renda e um sentimento de invasão. Com isto, busca-se nos próximos capítulos avançar nestes aspectos para se compreender, com mais profundidade, como a dinâmica turística estaria se relacionando com o desenvolvimento local desta comunidade.

5. OS ATORES NO TERRITÓRIO E A DINÂMICA LOCAL ALTERADA PELO TURISMO

A análise dos resultados se desenvolve a partir de três variáveis, os atores e o território, a identidade e a participação local. Essas três variáveis buscam compreender, a partir do ponto de vista de seus atores, a alteração na dinâmica local e a contribuição desta para o desenvolvimento local.

5.1 Os atores e a expressão do território: locais e não locais

De acordo com Goulart (2006) é na localidade que os espaços de articulação e implementação das ações que serão voltadas para o desenvolvimento serão identificadas. De acordo com a autora, as estratégias de desenvolvimento estão intrinsecamente ligadas às lógicas e interesses distintos e que acedem uma rede de relações categóricas na conformação dos lugares, de orientação global ou local. Já Santos (2002b) aponta respectivamente lógicas exógenas e endógenas, a primeira relacionada aos interesses corporativos globais e a segunda na dimensão da identidade, do sentimento de pertencimento ao lugar.

Diante disto, abaixo são descritos os principais atores circunscritos à dinâmica turística e ao desenvolvimento local de Lavras Novas. Estes atores e a sua forma de representação serão divididos grupos, de acordo com a sua organização, sejam estes, Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, Associação dos Moradores e Empresários.

5.1.1 Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres e Mesa Administrativa

De acordo com Gomes (2009, p. 1),

As irmandades, ordens terceiras e confrarias religiosas foram instituições fundamentalmente marcadas pela participação ativa dos leigos na organização da vida religiosa. Desta forma, grande parcela da sociedade, que incluía homens e mulheres tanto das camadas mais pobres quanto das mais abastadas, agremiava-se nelas com o intuito de cultuar seus santos, buscar a proteção diante das contingências da vida e da morte, encontrar pessoas, estabelecer relações e praticar a caridade.

Particularmente no contexto de Minas, em específico Ouro Preto, o movimento das confrarias foi parte da história da colonização portuguesa no século XVIII. Era perceptível no horizonte da Capitania a delimitação do espaço pelos templos das

confrarias religiosas, que também se caracterizavam por serem palcos de uma religiosidade barroca marcada por disputas e conflitos (GOMES, 2009).

Esta tradição foi se enfraquecendo no país ao longo do tempo. Já a partir do século XIX, conforme relatos colhidos nas entrevistas, atualmente, apenas 3 localidades no Brasil ainda mantêm tal formato organizativo, entre elas Lavras Novas.

O trecho abaixo descreve a inserção da irmandade no Distrito de Lavras Novas:

(M2) desde 1722, você tá perguntando da mesa neh? 1722. Lavras Novas existe desde, em documento que fale hoje que ta registrado direitinho, a gente conseguiu registrar tem uns 3 anos pra cá, eh, em 1722 surgiu a, a comunidade, em 1740 surgiu a Irmandade, quer dizer, em 1740 somos todos considerados irmãos, o que que é irmãos? Irmãos somos eu, o vizinho do lado, todo mundo é parente

Para ser irmão a pessoa deve participar do dízimo, da festa da padroeira, das reuniões da comunidade e das assembleias.

Em meio a este contexto de relações que começa a aparecer uma distinção entre os moradores de Lavras Novas e os demais, pois somente é considerado irmão, o nativo, aquele nascido em Lavras Novas. Isto acaba diferenciando os moradores entre nativos e não nativos, conforme destacado no trecho: “(M2) é de Lavras Novas, mas não é irmão, ela tem que participar, ela tem que participar da comunidade, ela tem que tá junto, junto com a comunidade, por que você não é considerado irmão”.

Para aquela pessoa que está residindo no Distrito e deseja fazer parte da irmandade, pode optar por ser um irmão adotivo. De acordo com M1, para ser um:

(M1) pra ocê ser um irmão adotivo, ocê tem que ter uma permanência de 18 anos na comunidade neh, e ocê tem que também atender, ocê tem que atender alguns princípios, por exemplo, você não pode ser envolvido com justiça, coisa errada, essas coisas, entendeu? Você tem que passar por aprovação, aí por exemplo, aí você vai ser irmão, aí você passa por uma aprovação, aí isso tem que fazer assembleia também, tah, pra fazer assembleia também, aí ocê tem que passar por essa aprovação, aí você tem que ir assembleia, a gente faz uma reunião com a comunidade e tal, aí as pessoas decidem, geralmente, se você não tem vínculo é, se é uma pessoa idônea, sem problemas, a aceitação sua.

O objetivo fim da irmandade é a guardar o patrimônio da igreja e tudo que está relacionado a ela, como a organização das festas religiosas, a festa da padroeira e a Semana Santa, por exemplo. Esta é bancada pelos próprios irmãos com uma mensalidade paga por cada família, que de acordo com M2 serve para manter o cemitério, a igreja, o pagamento de funcionária para a casa paroquial e o escritório de contabilidade, já que a irmandade é registrada legalmente.

Esta irmandade em Lavras Novas é “gerenciada” pelos membros da Mesa Administrativa. De acordo com M1, a mesa administrativa é antiga, sendo seus membros condicionados pelo percurso da sua própria árvore genealógica. M1 apontou que seu avô e seu pai foram membros da Mesa Administrativa, e que no seu início o intuito estava mais relacionado ao cuidado com os patrimônios da Igreja, e que hoje se chama as Terras da Santa. Contudo no decorrer dos anos a composição da mesa administrativa anos foi sendo alterada, o “fabeiro” era a única pessoa que exercia função na Mesa, mas isso em função apenas de centralização das decisões.

(M1) hoje, neh, no andar da carruagem, isso foi mudando, por exemplo hoje não é isso, hoje em dia, que seja qualquer assunto que a gente considera banal, mas ele é discutido em reunião, neh e levado em ata, a gente não toma nenhuma, apesar de entende os poderes de tomada em determinadas decisões neh, igual eu te falei que ela não pode ser uma decisão relevante neh, aí a gente toma, mas por exemplo, presidente hoje, hoje a gente, hoje mesmo a gente tinha reunião marcada, dentro de um mês a gente marca duas reuniões, neh, na medida que precisar a gente marca uma reunião, e a gente discute ali entre a gente e tal neh, e é uma reunião aberta, neh, a gente, e se o assunto, “ah não, precisa envolver a comunidade neh”, porque tem coisa que não precisa, muitas vezes, a gente aceita e não precisa, agora um assunto mais relevante faz uma convocação, aí faz uma assembleia.

Ainda de acordo com M1 é isto que traz legitimidade e relevância para o papel e a atuação da mesa administrativa perante a comunidade de Lavras Novas, isto é, a participação da comunidade nas tomadas de decisões mais relevantes, a representação da comunidade pela mesa administrativa perante a comunidade externa como órgãos públicos, órgãos de segurança e investidores:

(M1) É.. eu não sei se juridicamente ela é uma coisa correta.. uma coisa correta.. mas.. incorreto também não é.. na verdade, você trabalha representando a comunidade e em prol do bem.. então assim, não é uma coisa fechada, é uma coisa reconhecida, tem registro, tem tudo né.. e assim, não tem decisões tomadas por exemplo, uma decisão que não seja coletiva, então assim, ela tem participação da comunidade, eu acho que por isso que ela é muito forte, muito organizada.. você pega a Polícia Militar, quando vem aqui acha que é muito organizado, você pega a Guarda Municipal, você pega a Prefeitura, com suas ramificações, com suas Secretarias, vem aqui e acha que.. porque realmente é muito organizado, a gente não deixa passar em branco não, a gente cuida né.

Esta forma diferente de administrar é reconhecida fortemente em todas as entrevistas. A mesa administrativa é responsável pelo patrimônio da igreja, como descrito em um trecho, entretanto, acabou ganhando legitimidade não apenas da comunidade local, como também dos atores externos, sejam investidores ou órgãos

públicos. E4 destacou na sua entrevista que esta forma incomum de liderança parece ter dado certo em Lavras Novas, isso também em relação turismo, pois nos momentos em que o turista se comportou de forma adversa àquelas comungadas pela comunidade. E4 acredita que a própria comunidade, em determinados momentos, atua na manutenção da ordem pública, sem precisar de intervenção policial.

Um segundo tipo de conflito existente diz respeito aos “terrenos da Santa”, como são chamados pelos nativos, no que tange à sua comercialização. Sendo o espaço limitado e envolto por áreas de proteção ambiental, os terrenos disponíveis tendem a se tornarem objeto de especulação imobiliária, ainda mais grave é o fato de que a destinação dos terrenos, a priori, seria aos casos de formação de novas unidades familiares no Distrito, todavia, enquanto a dinâmica turística provocou demanda externa pelos lotes, levando ao aumento de preços, a comunidade e mesmo sua representação, não gerenciou ativamente o dilema entre preservar os terrenos sob a guarda da Irmandade para o futuro *versus* consentir a comercialização com a consequente valorização econômica daqueles recursos.

Outro ponto, é a própria forma de comercialização destes terrenos. A maneira tradicional de se comprar o terreno não se acata a Lavras Novas. Por estarem sob a guarda da Irmandade, ao adquirir um desses lotes, o comprador tem como garantia um recibo assinado pela Mesa Administrativa e pelo Bispo da Arquidiocese de Mariana, sendo este recibo aceito pelo cartório para lavrar a escritura.

(M2) é assim, existe a comunidade e a gente mesmo é dono das nossas terras, por exemplo, você quer comprar um terreno em Lavras Novas hoje, você quer comprar um terreno em Lavras Novas, você não precisa ir na prefeitura, ir atrás de ninguém, tem a irmandade que é responsável pelas terras de Lavras Novas, pelo patrimônio, o que que é o patrimônio, terreno, a igreja, é organização de festa, pra toma conta, ela é responsável por Lavras Novas, ela que organiza tudo, sem ela você não faz nada (...) e temos todos os documentos falando isso. Então tem a irmandade, chama-se Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres.

Uma vez que alguém de fora deseja comprar um terreno em Lavras Novas ele só consegue a partir de terceiro ou quando um nativo decide vender o seu terreno⁹, fato

⁹ De acordo com o Estatuto da Irmandade, quando se abre a venda de terrenos os nativos tem prioridade e preços diferentes dos não nativos. Quando um nativo vende seu terreno para alguém de fora ele deve doar para a Irmandade 25% do valor, e também fica impossibilitado de adquirir um terreno na próxima venda. De acordo com M1 durante esta gestão a atual mesa administrativa optou por não abrir a venda de terrenos para primeiro “colocar a casa ordem” e colocar em dia diversas pendências que vinham sendo acumuladas nas gestões anteriores.

Para (M2): “nós tem medo até hoje do cara ganha dinheiro em cima da própria Irmandade, porque na realidade não pode vender pra eles neh, nem pra ninguém neh, pra não ficar uma coisa assim, que

também gerador de conflito, uma vez que tal prática não agrada a todos na comunidade. “(E1) o que a gente vê muito é assim: a mesa abre venda pros nativos, a mesa administrativa e eu tenho visto esses lotes serem revendidos muitas vezes, eu acho que eles tinham que ter esse compromisso assim, de não vendê”.

A influência da mesa administrativa é destacada também pelo poder público:

(P2) a gente votô o plano diretor de Lavras Novas, o plano diretor do município como um todo, hoje Ouro Preto tem um plano diretor e tem a parcelamento e ocupação do solo, e nesse plano diretor a gente teve alguns problemas de zoneamento que foi feito, porque lá, você tava falando da mesa, a mesa é meio sagrada pra eles, a mesa é uma coisa assim, meio eterna, tudo é a mesa, e a mesa tem muito terreno ali, que eles dizem que é da santa, o terreno é de Nossa Senhora, então nessa ocasião, o pessoal queria doa alguns lotes, até vende alguns lotes, mas no zoneamento que foi feito no plano diretor era uma área de proteção ambiental, que não podia fazer isso lá, eles me procuraram, a gente fez algumas discussões com a comunidade e a partir daí a gente fez a revisão do plano diretor pra adequa ao que a irmandade queria,

Desta feita, como anteriormente citado, a mesa administrativa é reconhecida na comunidade como organização líder, e tem, inclusive, maiores “poderes” do que a própria prefeitura de Ouro Preto, como apontado abaixo, quando a prefeitura decide realizar alguma atividade ou obra em Ouro Preto, ela deve antes comunicar a Irmandade sobre esta ação:

(E10) é, e ela é que manda tudo aqui, tem a força, que qualquer uma força da prefeitura, que chega aí, tem que chegar e fala com a mesa ... em algumas partes sim, a parte interior sim, mas a parte de rua é a prefeitura neh, mas só que de qualquer maneira tem que comunicar com eles.

(N7) isso, inclusive a prefeitura quando vai fazer certas coisas aqui é a mesa que autoriza, a mesa, a prefeitura não vai fazendo as coisas aqui, vai falando e vai fazendo, não a mesa administrativa é que, entendeu, então isso é uma coisa que vem de muitos anos, vem de muitos anos, entendeu, tem muita força.

Percebeu-se que todo esse “poderio”, que hoje a Mesa Administrativa exerce está relacionado ao fato de que a prefeitura tem sido ausente no Distrito, e por sua vez, a liderança da comunidade vem sendo exercida pela Mesa Administrativa. Sendo esta a

ninguém, todo mundo pego, a gente falo assim “vamo continua do jeito que tá, mas só que a gente vai pô num documento, faze direitinho”, aí a gente fez um documento, consultou advogado, entrou em acordo com o próprio dono do terreno e falou assim “então tá, a gente tá passando os documentos pra vocês, a gente que colaboração de vocês, pra não vende terreno, vocês concordam com isso”, “não, porque eu não vendi o terreno pra ninguém não, vo ficar com isso mesmo, esse terreno é pra mim construí” porque se não começa a vende vai chega numa hora, ele mesmo não vai te onde construí

representante da Irmandade, e esta última, por sua vez, correspondente à totalidade dos nativos logo, é compreensível o reconhecimento que esta instância de representação, a Mesa, detém.

Um aspecto peculiar sobre a mesa administrativa é que ela é composta apenas por homens, mas ao serem questionados sobre a participação da comunidade nas decisões, M2 destaca que essa participação é efetiva, considerando uma boa participação. Seus livros contemplam 946 pessoas registradas, sendo 9 pessoas que compõem a mesa e todas são nativas.

Nesse sentido (DOWBOR, 2006b, p. 3 apud GAVA, 2009) descreve que ao focar no espaço onde se concretiza a qualidade de vida das pessoas, torna-se mais aceitável perceber a comunidade e suas iniciativas. Como nos casos das articulações estratégicas que podem levar ao desenvolvimento local, onde se busca uma maior participação direta das pessoas, “pois conhecem a realidade e a escala de decisão coincide com o seu horizonte de conhecimento”. Dentro dessa perspectiva citada por Dowbor é possível reconhecer o Distrito de Lavras Novas a partir do exposto pela mesa administrativa, visto que esta busca uma participação da comunidade para efetivar as decisões mais relevantes para a comunidade como um todo.

Contudo, apesar do reconhecimento da mesa administrativa e da irmandade como organização importante não apenas na esfera religiosa, mas principalmente como referência influente, sobretudo da esfera política do Distrito, alguns moradores entendem que a participação tanto da população quanto da mesa administrativa deve ser mais efetiva, sinalizando que neste aspecto ela deixa um pouco a desejar:

(N1) a mesa é, como é que se diz a palavra, ela entra só num processo de bens do povo, então até determinada questão ela envolve, em outra determinada questão o povo tem que dá uma contrapartida. Questão que ela tem suas funções e exerce adequadamente, mas eu acho que, as coisas vão caindo em esquecimento,

Vale ressaltar o que Franco (2000) descreve e que se assemelha a Lavras Novas, ou seja, são nestas condições que o conceito de desenvolvimento local vem sendo amplamente discutido, compreendido como um processo endógeno de mobilização dos atores locais que constroem mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população.

(N7) vão fazer uma obra não tem ninguém fiscalizando, ninguém liga pra nada, o asfalto mesmo é exemplo uai, tem pessoas que tá trabalhando pra topografia do asfalto que falo que depois do asfalto pronto, depois que saiu o asfalto, o asfalto saiu aqui mas nós

marcamo foi lá, se ve, faltou quem, faltou alguém fiscalizar, faltou, entendeu, então quer dizer, o que eu falo com você é o seguinte, é quem tem que fiscalizar não sou eu [N7], eu posso sim, eu tenho meu direito também, mas só que aí eu to brigando sozinho, mas isso aí quem faz é a associação, quem faz é a mesa administrativa, que aqui hoje é órgão mais importante dentro da nossa comunidade é a mesa administrativa, não é associação não, aqui a última palavra é da mesa,

Se desenvolvimento local pressupõe a articulação de atores com suas assessorias técnicas voltados a um projeto coletivo, é passível de questionamento o que acontece em Lavras Novas no seguinte aspecto: Como poderia a Mesa Administrativa, da qual não se observou assessoria técnica estruturada, desempenhar os papéis que se atribui normalmente ao poder público municipal, a exemplo da normatização e fiscalização de obras públicas e privadas?

Isto porque, como exposto acima, em seu estatuto e nos pressupostos adjacentes às Ordens Terceiras impostas pela Coroa Portuguesa durante o Período Imperial a esta entidade cabia a função de protetora e zeladora dos bens patrimoniais da Igreja, contudo, em Lavras Novas a Mesa Administrativa, ou Irmandade, acabou por assumir um papel além disso, assumiu também uma representatividade política da comunidade perante a Prefeitura Municipal de Ouro Preto frente a falta de iniciativa desta no Distrito.

Outra entidade no Distrito fundada recentemente é a Associação dos Moradores, com vista a melhor estipular o papel de cada organização dentro de Lavras Novas.

5.1.2 Associação de Moradores

Esta associação é recém-implantada no Distrito e está no seu segundo mandato. Outras tentativas de associação já haviam sido praticadas, entretanto sem sucesso.

De acordo com P2, que incentivou a criação da associação de moradores, esta foi pensada no intuito de fazer uma ligação direta entre a comunidade e a prefeitura de Ouro Preto, de forma a sistematizar as vozes da população.

(P2) ajudei a criar, incentivei muito a criar a associação dos moradores, justamente pra tentar desviar um pouquinho o foco da Irmandade, da mesa, porque a mesa acabava que fazia o papel da representação local, mas a gente via que não funcionava direito, eles se preocupavam muito mais com a questão da Igreja, do patrimônio da Igreja do que, da água, do esgoto, da estrada, coisas dessa natureza, então incentivei muito a criação da associação, que é uma praia que eu trabalho a muitos anos, e tem muita associação que eu ajudei a criar, eu trabalho com isso faz 30 anos, então ajudei a criar a associação exatamente nessa linha de triangulação, que até ajudasse a mesa da irmandade no trabalho dela, então criei a associação,

Para A3, a associação organizada é a melhor forma de conseguir reivindicações com a prefeitura:

(A3) nós resolvemos abraçar a causa da associação dos moradores por que, a associação é o elo mais forte de tá chegando a prefeitura pra conseguir melhorias pra comunidade, e através da associação várias melhorias que já vinha reivindicando há anos conseguimos através da associação.

Para A1, as principais reivindicações da população local estão relacionadas mesmo à falta de infraestrutura do lugar: “(A1) falta de médico, água, policiamento, esgoto e geralmente essas ruas que você vê que tem lugar que não tem calçamento, infraestrutura mesmo”. Já A3 reforça posição de A1

(A3) o que mais faz falta aqui, a gente briga e até hoje não conseguiu, é tratamento de água e esgoto, isso a gente briga e infelizmente a gente não conseguiu, por que eles falam que nem em Ouro Preto tem esse tratamento de água e esgoto, então se Ouro Preto que é maior não tem, fica mais complicado trazer pra cá, mas é uma briga que há dois anos que a gente tenta isso e infelizmente uma coisa que a gente ainda não conseguiu.

A participação da comunidade, não apenas na dinâmica turística como também no próprio desenvolvimento do Distrito de Lavras Novas, pode ser sentida por meio da participação nas reuniões da associação dos moradores. A1 destaca que as reuniões são sempre abertas para a participação de toda a população de Lavras Novas. Outra moradora aponta a importância da sua participação nas reuniões: “(N5) das reuniões, gosto, por que eu tenho que participar por que eu sou nativa daqui, se eu não participar, quem que vai participar”.

Santos (2006, p.17) entende que vivemos com uma noção de território que herdamos da modernidade incompleta e junto com o seu legado de conceitos que passam pelo tempo praticamente intocados. “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”. O que o território tem de permanente é por ser nosso quadro de vida, e entendê-lo é fundamental.

Para compreender como esta dinâmica proposta por Santos acontece em Lavras Novas, ou seja, de que forma a população do Distrito está fazendo uso do território e a dinâmica deste uso ao longo do tempo pelas entidades e moradores para que possa entendê-lo e julgá-lo ao desenvolvimento local. Para esse fim, buscou-se questionar sobre a participação nas reuniões da associação de alguns moradores que mostraram-se avessos a isso, enquanto outros entendem haver relevância nisso:

“(N9) ah não, não gosto muito, por que assim, dá muita confusão, tudo é polêmica sabe”

(A2) Participa.. participa.. porque.. eu sou da Associação.. sou a vice presidente da associação de moradores né, mas eu, antes de ser da associação eu já gostava de participar de tudo.. de tudo.. porque, assim, se você não participa você não pode cobrar né, então eu gosto de participar de tudo, como faz de escola, igreja, de tudo eu participo

A participação da comunidade nativa, descrita até este ponto, também se dá de forma não articulada, alguns participam pelo “dever”, sentimento reforçado com a questão de ser nativo e com o dever de participar.

No que tange à participação dos investidores externos que vieram morar em Lavras Novas, há resistência de serem incluídos na comunidade local. Mais uma vez encontra-se o conflito entre comunidade nativa e “os de fora”. Para A3, esta distinção é latente e infelizmente não conjunta na participação das reuniões. De acordo com as entrevistas, estes atores, apesar dos convites, só participam de reunião quando o assunto é de interesse deles, e não assuntos de interesse da comunidade em geral. A3 também argumentou que busca-se oferecer a estes uma abertura para inclusão nas decisões da associação e uma forma disso são as eleições e a possibilidade dos externos votarem:

(A3) pode, votar pode. Olha, não tem uma integração melhor, teve assim uma abertura né, uma pequena abertura, por que se pode ver que todas as que você entrevista aqui em Lavras Novas eles falam é gente de Lavras Novas e gente de fora, então ainda essa separação né, essa conquista deles tarem podendo vota é igual eu to te falando, já é uma pequena abertura pra que realmente eles participem né, mais da vida da comunidade.

O empresário E7 destaca que a atitude e a participação da comunidade, não apenas durante as reuniões da associação, mas também tomando iniciativas quando se faz necessário, a atividade turística é feita pela própria comunidade, por ser ativa e buscar melhorias para o lugar:

(E7) Eu acho que é a própria comunidade e as pousadas, que entra em contato, de vez em quando faz reunião, ve o que que tá acontecendo, o que que precisa mudar e policiamento parou, agora voltou de novo, mas eu acho que não tem uma entidade, uma associação pra fala que controla que organiza o turismo, eu acho que o turismo é nosso, e eu acho que muito educado, o povo que vem que respeitam, o povo chega na pousada, sai pra rua, tem uns que apronta, bagunça desrespeita, mas a maioria não tem como fala que desrespeita não.

Neste sentido, Arocena (2002) lembra que os atores fundamentais do desenvolvimento estão relacionados a uma dimensão local, incluindo principalmente atores sociais, especialmente os movimentos populares. Neste aspecto, o local aparece

com certa autonomia, porém articulado globalmente, e o sentido de desenvolvimento segue uma ótica mais abrangente, incorporando as dimensões política, cultural e social.

A partir do apontado por Arocena e em comunhão ao que se passa em Lavras Novas é possível perceber o uso do território a partir de duas frentes, a primeira pela Associação e sua articulação com a comunidade local e com a Mesa Administrativa, buscando sanar os problemas que o Distrito enfrenta, e uma segunda vertente a inserção de empreendedores externos, e antigos turistas, que vieram investir na atividade turística crescente em Lavras Novas.

Essas duas vertentes, nem sempre se mostram articuladas, isto porque foi relatado por muitos desses empresários situações como a venda de lotes a preços distintos para nativos e não nativos e a baixa interação entre esses dois atores nas decisões tomadas para Lavras Novas.

Contudo, o uso do território e sua dinâmica se faz também a partir da apropriação da sociedade ao longo do tempo, e a chegada desses novos investidores e também a alteração da estrutura econômica do lugar, de uma agricultura de subsistência para a atividade turística, apresenta uma nova caracterização do Distrito de Lavras Novas.

5.1.3 Empresários

Conforme exposto anteriormente, a chegada de investidores externos ao Distrito foi causa de desconfortos e incertezas, transfigurando certo conflito interno à comunidade local. Tal conflito é mais perceptível na opinião particular de cada nativo do que na diferença de opiniões entre nativos, na medida em que houve complementação entre as opiniões dos entrevistados, que na maioria manifestaram pontos positivos e negativos em relação ao fenômeno. Por exemplo, ao mesmo tempo em que muitos não se importam com a presença e consideram que os empresários externos são geradores de emprego e renda, também se sentem com o espaço invadido.

A maior parte desses investidores eram antigos turistas e de acordo com N6 e A2. Eles compravam terrenos para descanso, mas perceberam em Lavras Novas a oportunidade de investimento. Para N6, como no caso dos turistas, “foi comprando um lotezinho diz que era pra descanso neh, um lugar pra descansar, mas como que viu que tá dando, faz uma pousadinha aqui, outra ali, entendeu?”, fato também reforçado por A2 que diz que os turistas compraram terrenos para construir suas casas e descansar no final de semana, porém logo começaram a construir pousadas também:

(A2) muita gente quando comprou esses terrenos, essas casas, falou que era só uma casinha só pra passar o final de semana, eles tudo chegaram aqui assim, só pra passar o final de semana, que tava cansado de cidade grande, que não sei o quê, que não sei o quê.. hoje ta aí tudo com pousadão, né.. tudo bem.. porque as coisas deles é muito mais caro que o povo daqui de Lavras Novas, né, as vezes tem hora, o povo fica até revoltado, tem gente que fala “aí, foram ficar vendendo terreno, fazendo isso, fazendo aquilo.. nós é que estamos prejudicados”, sabe? muita gente fica revoltado..

De acordo com Barqueiro (2001) apud Faé e Flores (2012), na proposta de desenvolvimento endógeno as pressões impostas por atores externos não devem ser aceitas de maneira obrigatória. Ao contrário, devem responder de forma estratégica e tomar decisões que busquem a consumação dos próprios objetivos. Desta feita, o desenvolvimento endógeno necessita criar um entorno institucional e econômico favorável, e que fora conquistado pelo aproveitamento dos recursos existentes, e principalmente pela cooperação dos atores.

Considerou-se adequado referir-se aos empresários, sejam moradores ou não do distrito de Lavras Novas, como atores externos, uma vez que os mesmos, por não serem nativos, não são reconhecidos como membros da comunidade local em sentido pleno.

Percebe-se que o senso de comunidade em Lavras Novas é impregnado por símbolos, rituais e valores atrelados à Irmandade, de tal modo que a “comunidade são os irmãos”, qualquer novo morador no distrito, a priori, é “de fora”. O distanciamento entre nativos e “os de fora” se revela, inclusive, na distribuição geográfica do território, é predominante o centro antigo do vilarejo como território dos nativos enquanto em determinado bairro “novo” se localizam as pousadas dos “de fora”.

Para Martins (2002) quando se trata de “local”, se está mencionando a escala das interrelações pessoais do cotidiano, que a partir de uma base territorial alicerçam sua identidade. “O lugar é essa base territorial, o cenário de representações e de práticas humanas que são o cerne de sua singularidade; o ‘espaço da convivência humana’, onde se localizam os desafios e as potencialidades do desenvolvimento” (Martín, 1999, apud Martins 2002, p.54).

Isto é, é preciso compreender a teia de relações que se faz em uma comunidade e a complexidade desta não apenas para a exploração sustentável da atividade turística como também para o desenvolvimento local. Neste aspecto, a articulação entre os diversos atores envolvidos nesse processo torna-se elemento central para o desenvolvimento.

N7 aponta para a falta de diálogo de ambos os lados, tanto dos empresários quanto dos nativos. Para ele, de alguma forma os investidores externos estão participando desse processo de desenvolvimento.

(N7) participou, participa ela participou, participou, de alguma forma participou. O jeito deles não foi assim, que aqui o povo igual eu te falei, as pessoas chegaram, o pessoal aqui, foi muita coisa, a comunidade nossa aqui é muito cismada, a comunidade aqui é cismada, é antes de, de por que, por que as vezes muita gente fala assim, ah tem muita pousada de fora, tem, de fora, mas tem muita coisa daqui também, mas só que daqui fica tudo escondidinho, você viu?

Ainda, N7 aponta que para haver essa articulação é preciso compreender e respeitar-se mutuamente, principalmente em função das características comunitárias como a identidade e a solidariedade.

Neste aspecto, Gava (2009) argumenta que no estudo de desenvolvimento local faz-se necessário considerar as relações sociais de um determinado espaço, já que envolve a intrincada trama das relações extras locais imperativas para o seu entendimento. (GAVA, 2009, p. 44). Daí, o local torna-se fundamental à compreensão não só do potencial como da própria capacidade real da atividade turística manifesta, e, assim, das possibilidades do desenvolvimento local alcançar o regional e o nacional.

Isto é, de acordo com Gava e o que acontece em Lavras Novas, esta teia de relações está acontecendo de forma desarticulada, isto porque, estes novos investidores que chegaram no Distrito pouco participam e se envolvem juntamente com os moradores nativos.

Contudo, a reclamação de desarticulação parte dos dois lados, os nativos descrevem que os “de fora” não os procuram para trabalhar juntos e que só se envolvem quando é do interesse deles, e da parte dos empresários externos a reclamação é que os nativos se tornaram uma comunidade fechada e que não dá abertura para a chegada de novas pessoas.

A geração de emprego é o principal ponto comum entre essas duas pontas, de um lado os empresários e de outro os nativos. Para E4, a convivência é tranquila, pois a comunidade precisa do emprego; “precisam neh, lá é, a mão de obra é, a gente acolhe eles dando o emprego neh. Não, se dá muito bem”.

De acordo com E1, quando esta chegou ao distrito, disse que sentiu bem acolhida e que normalmente as pessoas são muito receptivas e alegres. Entretanto, muitas vezes o investidor chega na comunidade e não respeita o espaço daqueles que já

estavam ali, não pergunta o que as pessoas querem aprender e se tem alguma coisa para aprender, logo o aprendizado e a convivência deve ser pensada por ambos os lados.

(A3) também entende que isso deve partir dos dois lados:

(A3) eu acho que parte dos dois lados, por que tem pessoas que chegam igual aqui em Lavras Novas e se identificam tanto com as pessoas do lugar, que passam, sabe, a fazer parte da vida da comunidade, agora tem outras que chegam e não procuram te esse entrosamento com a comunidade né, por que tem pessoas que às vezes chegam aqui, é, não são nativos de LN mas falam que são de Lavras Novas de coração, então são pessoas que chegam e cativam as pessoas do lugar neh, e tem outros que não, tem pessoas aqui que podem te 20 anos que moram aqui que são consideradas pessoas que muita gente que nem conhecem essas pessoas, neh, tem pessoas aqui mesmo, que moram aqui, que se você me perguntar se é daqui eu não conheço, por que são de fora e não procuram entrosar com o povo do lugar neh,

P2 alerta para o fato desses dois lados conviverem, mas não se entrosarem:

(P2) então esses dois mundos convivem ..., então eu acho que uma das grandes dificuldades que ainda não consegui caminho é isso, esses dois, essas duas tribos conviverem, se encontrarem, tão convivendo, mas não tem interação, por exemplo, a discussão da segurança, alguns empresários querem contratar uma firma particular de segurança, daí o povo de lá já ficou puto, “pô, vamo te duas policia aqui, já tamo pagando imposto, vamo te uma polícia só, voceis tão dividindo o movimento”, mas assim, essa, eu acho que a característica mais forte deles, eles são eles, todos os outros são de fora, com tudo que tem de bom e de ruim nisso aí, é um distrito que sempre teve uma marca cultural muito forte, em termos de artesanato, em termos da própria cultura local, das lendas, dos casos, das pessoas mais idosas, da própria mesa, da Nossa Senhora dos Prazeres, que lá é uma figura muito interessante, então Lavras Novas tem essa marca forte de ser uma coisa bem autentica deles mesmos,

A1 e A2 também alertam para este fato dos nativos e não nativos conviverem, de acordo com eles este convívio é até tranquilo, entretanto, apenas nas relações comerciais. Em relações sociais ambos não se misturam.

A partir do exposto até o momento, fica evidenciado um conflito que divide a população local em dois grupos, nativos de “os de fora”, isto é, não há a ideia de uma comunidade local que se define como unidade quando se considera o território de Lavras Novas, ou seja, a comunidade local é apenas o povo nativo neste caso. Ao defrontar este aspecto com a teoria do desenvolvimento local, mais uma vez, remonta à questão da desarticulação, destacando o que Vaz (2005) argumenta ao ressaltar que a constante reorganização do território esta justamente relacionada, em grande parte, ao tipo de relações geradas entre seus agentes.

Já Arocena (1995), para esta situação descreve que um território que tenha determinados limites é, então, "a sociedade local" quando da realização de uma identidade coletiva expressa em valores e normas internalizadas por seus membros, e quando o sistema está em conformidade com as relações de poder constituído em torno de processos locais de geração de riqueza.

Por fim, este atrito ainda existe em Lavras Novas. Contudo, do lado dos nativos, percebe-se que isto se dá muito em função das características identitárias da comunidade de Lavras Novas, por não fazerem parte das famílias lavranovenses e não viverem suas tradições os não nativos são muitas vezes tratados com indiferença. Por outro lado, percebe-se que o investidor, em um primeiro momento turista, chegou em Lavras Novas e decidiu morar, não necessariamente por uma questão de oportunidade de investimento, mas em alguns casos por questão de estilo de vida. O fato é que ao chegarem se sentiram acolhidos, mas sentiram também a estranheza por não serem nativos.

É preciso entender que o uso do território deve recorrer à sua constituição ao longo e por conseguinte à sua apropriação pela sociedade ao longo do tempo.

No Distrito de Lavras Novas, essa ocupação ocorreu de forma paulatina e por diversos atores.

Ainda na fase comunitária a Irmandade se fazia como principal entidade de liderança e referência do lugar. Nessa fase, Lavras Novas ainda era um lugar com poucas influências externas, seja de turistas ou novos moradores.

O problema vivido no local parece ser recorrente na incapacidade em se estabelecer uma relação conjunta no sentido do desenvolvimento. Uma articulação que, mesmo possivelmente improvável *a priori* em função das partes sempre quererem manter resguardados seus interesses, poderia ter sido tentada. M2, por exemplo, ressalta não apenas a falta de interação mas quando estes chegam à cidade tomam suas decisões e interferem na rotina da comunidade sem ao menos perguntar ou conhecer a realidade local.

Também é perceptível na fala a expectativa de atores locais de serem procurados pelos que chegavam. Isso pode ajudar a compreender que o início da relação entre os locais e os que chegavam gerou a ideia de que Lavras Novas era objeto de uso, uma oportunidade.

(M2) tem gente que vem pra Lavras Novas, a gente fica chateado com isso, nem procura como que Lavras Novas surgiu, eles falam que

Lavras Novas é um quilombo, mas não tem documento falando sobre isso neh, o pessoal pra vir pra cá, tem que saber qual é a história de Lavras Novas, como surgiu, tem muita história,

(E7) não, por exemplo, o turista tem uma casa aqui, aí que faz uma coisa na comunidade e a comunidade não aceita, entendeu, já teve isso aí, o povo quer fazer uma coisa, quer mudar essa rua aqui, pra a rua lá, aí o povo não aceita, aí teve essa malquerese com o povo, o povo querendo briga, querendo expulsar o cara, um negócio assim, por que antigamente aqui o povo era meio turrão né

Para E7, este conflito parte dos dois lados, mas acredita que a convivência já melhorou:

(E7) não, isso tá bem misturado já, tá entrosando já e tá ficando legal (...) aí eu fico falando com as pessoas, eu não tenho que ficar puxando saco não, vocês é que tem que parar com esse negócio sô, que acha que, aqui eles tem muita mania, eu não acho isso, ah de fora, o cara tá morando aqui, tá pagando os impostos dele aqui, o cara de fora, isso é discriminação gente, o pessoal ficam excluindo as pessoas pô, isso é discriminação,

Ao buscar uma possível compreensão para estes conflitos percebe-se novamente a questão dos nativos se sentirem invadidos, como nas citações em que se destacou a chegada desses investidores e a sua não convivência com a comunidade.

Entretanto, também é possível perceber que são circunstâncias criadas pela própria comunidade local, isto é, a partir do momento que os nativos vendem os seus terrenos para pessoas de fora, visando um lucro (diferença de preço pago para a Irmandade e o valor vendido para terceiro), e conseqüentemente a exploração de um lugar já destacado com limitações de crescimento geográfico, estão também abrindo espaço para que outras pessoas cheguem na comunidade, investidores ou não.

Desta forma, ao invés de se blindarem em benefício da comunidade com ações pró-desenvolvimento por meio de investimento próprio, acabaram se relacionando com os de fora justamente considerando-os no seu sentido mais criticado: meros investidores e apropriadores do pequeno território local.

Entretanto, o que torna esse fenômeno ainda mais intrigante, é o fato de que, justamente os investidores externos é que representam maior volume de investimentos no Distrito, gerando ali maior fluxo de recursos financeiros, e em virtude disso empregos e demandas de serviços para a comunidade, como restaurantes e prestadores de serviço.

Uma pergunta intrínseca ao paradoxo descrito é: Como seria Lavras Novas hoje com a ausência desses investidores externos, no que tange à dinâmica da atividade turística?

É fato que o turismo hoje é a principal atividade econômica do Distrito de Lavras novas, mesmo alguns moradores não reconhecendo este cenário.

É válido salientar, por meio das entrevistas, o salto de qualidade de vida que o Distrito deu a partir da sua integração com a atividade turística. E isso se reflete principalmente na geração de renda e emprego. Atualmente, toda a comunidade de alguma forma, por meio do efeito multiplicador do turismo, depende diretamente ou indiretamente, na comunidade não existe pobreza, existe sim simplicidade, mas não há pessoas passando necessidades.

Entretanto, neste ponto ainda há lacunas a serem preenchidas, principalmente nesta relação entre locais e não locais, seja pelo fato dos melhores cargos ainda serem concedidos a pessoas que vem de fora, sobrando para a comunidade os serviços mais operacionais dentro dos estabelecimentos como camareira, recepcionista, ajudante de cozinha, entre outros.

A relação entre trabalho e renda se modificou entre a fase comunitária e turística, porque na fase comunitária a renda familiar era proveniente do trabalho masculino, cabendo às mulheres predominantemente o trabalho não remunerado, especialmente os cuidados domésticos e da lavoura. Na fase turística tornou-se mais comum a renda doméstica não ser exclusivamente originária do trabalho masculino. Este aspecto é relevante não apenas para o ponto de vista econômico como também para a valorização do trabalho feminino e a autoestima das mulheres na comunidade.

E nesse sentido, o sistema de atores, neste caso, a relação entre os locais e não locais, refere-se às características das interações existentes entre os diferentes protagonistas dos afazeres locais (AROCENA, 2004). Sendo que a totalidade desses agentes tem o poder de intervir no processo de desenvolvimento quando agem como condutores e protagonistas da história social (AROCENA, 2001). Também se refere às análises de maior ou menor complexidade da rede de atores, aos níveis de articulação interna e a relação local-extra local.

Nesta relação local-extra local o autor argumenta que a análise do global não é toda a análise da realidade e que o “local” não é mais realidade que o “global”. Mas o “global” não é simples adição de “locais” e sim uma dimensão específica do social.

Esta rede de relações é possível ser abordada historicamente, para descobrir qual tem sido a evolução deste no ponto de vista da constituição, desenvolvimento, desaparecimento e reconstituição dos diferentes atores econômico-produtivos, sociais, políticos e culturais que estão na vida social.

No Distrito de Lavras Novas, entende-se a Mesa Administrativa, a Associação dos Moradores e os Empresários como a elite dirigente.

Como destacado anteriormente, percebeu-se uma relação de sincronia entre a mesa administrativa e a associação dos moradores, mas não é possível perceber uma articulação entre todos os atores, no sentido de uma dinâmica evolutiva e que preserve o território local.

Em princípio, isto pode ser entendido como certa concorrência de poder no Distrito, entretanto, por muito tempo a mesa administrativa era a instituição a que a população recorria para tentar melhorias com a prefeitura, daí ter (a irmandade/mesa administrativa) se tornado referência para a própria população.

Gomes (2009) também aponta para o fato de que as ordens terceiras definiam-se como instituições de devoção e amor ao próximo e ao longo do tempo desenvolveram compromissos mistos além da igreja.

Em parte das entrevistas notou-se um desconforto entre a comunidade, as entidades representativas e os empresários. Isto, porque, sendo estes empresários externos à comunidade, gera-se um conflito ao nativo, qual seja, ainda que a presença do investidor externo gera empregos e dinamiza a atividade turística, esses empresários não são parte da comunidade.

Em suma, o que se percebe dessa categoria é uma visível desarticulação entre a elite dirigente. De acordo com P2, já houve momentos em Lavras Novas em que o empresariado se encontrou articulado e a sociedade civil desarticulada. Hoje, esta situação se inverteu.

Desta feita, hoje se vê que estes atores até possuem um grau de dinamismo, mas não conseguem uma coesão entre si e com os demais envolvidos na comunidade. Nestes casos, a sociedade local não se estrutura em torno de um sistema de atores de natureza essencialmente local-territorial, mas que predominam as lógicas setoriais mediadas por conexões verticais.

5.2 A identidade e a alteração da dinâmica local

A identidade está diretamente relacionada ao ator local, isto é, é uma forma de expressão que vincula o homem ao seu território e dá a este o sentido apontado por Santos (1996) onde o espaço cujo conteúdo é constituído por objetos e pela ação do indivíduo.

Neste processo, não se está analisando simplesmente uma história de crescimento ou de estancamento econômico, tampouco se trata de algo que se define unicamente no interior de um sistema de relações de poder. Além do mais, o desenvolvimento é também um processo cultural que deve se levar em conta os mecanismos de socialização dos indivíduos e grupos.

No Distrito de Lavras Novas, a característica identidade é muito forte na população local. P2 caracteriza a comunidade como autêntica e com uma identidade comunitária: “isso não é articulação política deles não, é, uma grande família, eles são eles, o jeito de falar, mexer”, isto é, a articulação existente na comunidade se pauta no modo de vida historicamente presente no contexto da Irmandade, não encontra ali um processo de planejamento em torno da atividade turística, ou mesmo uma articulação política, que oriente o desenvolvimento.

A resposta de N4 sobre a possibilidade de um dia mudar de Lavras Novas foi a mesma de todas os outros entrevistados da comunidade, de maneiras diferentes de dizer, mas todas com o mesmo significado: “(N4) não, não, pra mim aqui, eu nasci e criei aqui, pra lugar nenhum não tem vontade”.

P2 destaca o orgulho da comunidade em pertencer a Lavras Novas: “(P2) lá tem essa coisa muito forte, eles tem orgulho de ser Lavras Novas, são dali, são eles e não aceita muita interferência externa não”, questão também sentida na conversa com A3, mesmo o assunto sendo a relação com os investidores externos, na fala de A3 é possível perceber esta distinção em ser nativo e “os de fora”:

(A3) olha, igual nós que somos moradores aqui de LN, nativos aqui, nós até que não temos assim uma divergência com essas pessoas que vem procura emprego, vem de fora pra trabalha aqui não, mas também a gente não tem aquele laço neh, de amizade neh, cada um na sua, isso, cada um cuida do seu (...)alguns sim. Alguns sim. Mas outros, outros infelizmente vivem no mundo deles, não querem chegar no nosso mundo, é por que se eles chegaram aqui, encontraram a gente aqui, eles tem que procurar saber como que era a vida da gente aqui e

procurar adaptar um pouco à vida da comunidade neh, infelizmente alguns não procuram fazer isso, são poucos, são poucos que fazem isso.

Esta afinidade com os não nativos e o não envolvimento social com eles também é destacado por E9: “(E9) (...) o povo aqui ainda é muito desconfiado em relação ao povo de fora, entendeu? Tipo assim, ainda é um povo, como que eu vou dizer, que ainda não ta, é abertamente assim”.

Arocena (2001) destaca que esse aspecto é difícil de encontrar, isto é, ter em uma mesma sociedade um lugar fidedigno e autêntico às suas tradições, ao mesmo tempo em que tenha abertura às novas aprendizagens e de novas pautas sociais e econômicas. Isto se deve ao fato da afirmação das identidades locais se apresentar normalmente em atitudes conservadoras e contrária a toda troca que signifique colocar em questão os costumes e hábitos adquiridos.

Estas características são decorrentes da fase comunitária da comunidade. De acordo com os relatos, entre os irmãos no Distrito, a principal característica sempre foi a solidariedade:

(N7) ainda hoje, isso aí é uma coisa que eu acho muito importante, é uma das coisas que eu falo que nós não pode deixa, não pode perde, é um povo solidário, muito bom, gosta de ajuda mesmo, se chega uma pessoa e precisa de alguma coisa, o povo num instante se reúne, vamo fazê isso, nós tamo precisando de junta agasalho pra tal lugar que tá assim, o povo junta tanto agasalho, ocê precisa leva alimento pra tal lugar, ocê chegou em casa todo mundo, é um povo muito bacana, bom, isso, isso, às vezes eu até falo, oh povo bão, entendeu, o povo bão, o povo bão, às vezes é ignorante, sim, mas não, eu nem culpo, às vezes a ignorância deles, é por que às vezes é o jeito de se defender uai, às vezes a pessoa é até meio ignorante porque é um meio de se defender, não sabe defender de outra forma, aí se defende desse jeito, não é nem, mas cada um acha um jeito de se proteger do jeito que sabe, entendeu, mas aqui o povo é muito bacana, muito bacana mesmo

Características também ressaltadas por M2:

(M1) não, não não tem, nossa minha filha, se o pessoal chega aqui hoje, se ocê for chegar, se você for na cachoeira e pedir informação, todo mundo te explica, se você vier pra Lavras Novas e sentar num barzinho todo mundo deixa você ficar sentado, se você sentar em frente a Igreja tirar uma foto, todo mundo deixa, mas se você pra Lavras Novas fazer bagunça, o pessoal te manda ocê pra fora de casa que eu já vi muita gente,

Arocena (2001) comenta que a noção de identidade local se baseia em reconhecer-se em uma história coletiva. Todos os componentes dessa identidade se explicam somente e se percebem a existência de uma história vivida em cada um dos habitantes da sociedade local.

É nesse aspecto que quando pensamos no local, estamos propagando um sentimento de pertencimento a um determinado lugar, diferenciada como identidade social e que geralmente está relacionada a critérios referentes à locais específicos e de forte ligação pessoal.

Outro aspecto que vai mantendo essa identidade no Distrito de Lavras Novas são as suas tradições que estão sendo preservadas, e um fato percebido durante as conversas é que, apesar das tradições, que são fortemente ligadas à Irmandade e por distintas do tradicional, não se observou um desejo que estas se tornem um dia produtos turísticos.

Para E6, essas tradições são mantidas principalmente por que a mesa administrativa trabalha isso em conjunto com as pousadas para respeitarem os dias de festa, por exemplo:

(E6) Por isso, eles... isso é porque a mesa administrativa feita por eles né , essa mesa ajuda que isso não permita ser eliminado, eles tem a preferência e as pousadas dão essa preferência, a pousada que não de eles não vem trabalhar, eles fazem piquete,todos todos temos que... nós que viemos pra cá, então nós temos que respeitar isso, se acaba isso o fascínio também acaba acredito eu, então isso ter que ser muito respeitado e cultivado. Eles cultivam a identidade deles as historias...

Em relação à Irmandade, a função do Irmão também é cobrada pela mesa administrativa:

(M2) é o irmão, ele tem que participar da, do dizimo, ele tem que participar da festa, tem que participar de reuniões da comunidade, da assembleia, quando a mesa administrativa faz uma assembleia, ele tem que tá lá presente, esse tempo todo, pra depois ele considerar irmão, eu sou de Lavras Novas, lavranovense.

Como descrito acima, as tradições são mantidas, e em Lavras Novas existem muitas delas, e fortemente vinculadas à identidade da comunidade. As principais são relacionadas à festa da Padroeira Nossa Senhora dos Prazeres, às festas de São João, Semana Santa com a Encomendação das Almas e o enterro dos Irmãos¹⁰. Além dessas festas, a religiosidade da população local também é um traço marcante da comunidade.

E10 e M2 comentaram sobre algumas:

(E10) A tradição nossa mais forte que nós temos aqui, o que que é, a festa religiosa que nós temos aqui, a festa da padroeira, que é sempre no mês de agosto, é uma tradição forte, o pessoal daqui somo tudo católico em devoção à ela, entendeu ... Tem são João também, a

¹⁰ Em 2005 foi lançado o filme **As Filhas do Vento**, dirigido por Joel Zito Araújo. Foi filmado no Distrito de Lavras Novas e no decorrer da história destacam-se tradições como o enterro de um irmão e a encomendação das almas. Entre os atores estão: Taís Araújo, Milton Gonçalves, Jonas Bloch, além da participação de pessoas da comunidade.

quadria, tem forró, nós sai pra Belo Horizonte pra toca, pra tudo lugar aí, se chama a gente, a gente vai

(M2) bate o sino 6 horas da manhã, um toque de sino diferente que dá neh, bate o sino pra avisar a comunidade que um irmão morreu, que perdemos uma irmã, aí a cidade toda percebe, alguém morreu, aí todo mundo vai, ajuda essas coisas, e tem também na, quando a pessoa vai ser, o sepultamento, então assim, por exemplo tá marcado pra 4 horas, toca o sino 3 e meia, aí vai os irmãos se vestiram de opas e carregar a cruz de prata, aí vai na casa da pessoa, que a pessoa aqui é velada em casa, na casa da pessoa e leva pra Igreja e depois da Igreja leva lá pro cemitério

(E10) É, o catolicismo aqui é forte, muito forte, aqui 100% é católico, entendeu, o pessoal tem muita fé na padroeira, inclusive Ela já livrou nois de muita coisa aqui, nós tem a festa dela, que no mês de agosto tem a festa, e tem a tradição de forró também neh, tem o forró pé de serra, que tem a banda aqui, eles chama a gente de jekitilavras, de Jequitinhonha com Lavras, que o vocalista da banda ele é de lá do Vale do Jequitinhonha e mora aqui, ele tem uma pousada aqui também, entendeu nós como compadre, então nois fizemo uma banda de forró

Não apenas as tradições de Lavras Novas mas também a formação da identidade comunitária estão vinculadas à Irmandade. Isso se caracteriza com a própria história das irmandades no Brasil.

Segundo Gomes (2009), estas instituições foram as responsáveis pela promoção da religiosidade entre os irmãos, pela prestação de assistência social aos seus associados, além de arregimentarem seus irmãos em torno da devoção do santo protetor e estimular, principalmente a devoção e o amor ao próximo. Esta definição, para Gomes (2009), se expressava na vida e na morte do irmão, pois se prestava assistência aos membros, mais particularmente na hora da morte, visto como ponto central vida dessas instituições. Gomes (2009) ainda destaca que as irmandades cuidavam para que seus membros tivessem enterros solenes distinguidos pela “pompa fúnebre”, e isto juntamente com as festas fazia parte da tradição cerimonial. A devoção era marcada como ponto estruturador do grupo.

Gomes (2009) destaca Oliveira (1995) ao caracterizar a devoção que era multiplicada em diversos episódios com a celebração dos cultos aos santos. Prática também adotada pelas suas congêneres medievais, como a prática da caridade, isto é, “visitar doentes e prisioneiros, acompanhar os padecentes ou assistir a órfãos colocados na roda de expostos e representava todo um leque de ações sociais marcadas por ideologias religiosas”. André Vauchez *apud* Gomes (2009) destacou que para os homens e mulheres das confrarias não importava uma religião mais sacramental: eles perseguiram uma religião mais prática e acessível. Para o autor citado, “Deus, embora

representado como uma fonte de poder capaz de suplantar as várias formas do mal, era muito distante para ser acessível. Em função disso, os leigos se apossaram de seres intermediários, os santos ganharam uma grande importância na mentalidade religiosa medieval”.

Entretanto, apesar da identidade ser a marca maior da comunidade local, é fato que atividade turística leva um fluxo de pessoas de várias partes do país, pessoas de diferentes culturas, religiões, costumes e gostos. Em função disso, alguns entrevistados mostraram o receio com a perda paulatina da identidade:

(A1) fala que já perdeu um pouco a identidade, eles não sabe mais brinca, a gente adorava brinca de carrinho de, fazia aqueles carrinho igual rolimã sabe, descia aqui assim que não era calçado que nem louco, ocê não vê quase menino na rua em LN brincando, vai te ideia na identidade, não e sem conta que eles fala assim, nossa, vi uma menina bonita, aí um fala assim, filha de quem, não, não é daqui não, é turista, entendeu (...)ai, eu tenho até medo viu, sinceramente eu tenho medo, por que daqui nós mesmos, nativos moradores de Lavras Novas vamo perde a identidade,

Nesse ponto também E9 apontou que o turismo foi bom para o lugar, pois trouxe uma melhora na qualidade de vida. Porém, também demonstra um certo medo da aculturação:

(E9) Positivo, eu acho que melhora é, o estilo de vida do pessoal, por que é uma renda a mais neh, eu acho que negativo vem muito é, mudanças de realidade, são realidades diferentes, até mesmo de culturas diferentes, então acho que assim, dá uma quebra às vezes na própria cultura local, que começa a se perder pela influência de várias outras culturas que você tem, você começa a se perder um pouco na qual é a sua, principalmente por ser um lugar muito pequeno, entendeu, então assim, Lavras Novas teve um crescimento assim, então a influência de fora é muito grande, então assim, os mais velhos tentam colocar na cabeça, então assim, a gente tá sempre mostrando como é a cultura local pra não se perder.

Ao passo que a ordem global busca infligir, a todos os lugares, uma única racionalidade, Santos (1994) diz que os lugares rebatem ao mundo, segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.

No que diz respeito ao receio de aculturação, Castriota (2009) aponta que esses os riscos de homogeneização que vieram acompanhados dos processos de mundialização, estando a atividade turística circunscrita nesse processo. O autor enxerga que este mesmo movimento pode produzir um efeito contrário, isto é, pode afirmar ainda mais a sua identidade, despertando ainda mais um sentimento de orgulho local, como uma necessidade de afirmação ao mundo.

Em suma, a identidade trata de um processo de interação entre os atores locais, isto configurado num processo de saber, um modo de fazer e/ou uma cultura local. Destarte, a identidade se caracteriza, então, como articuladora do território, “uma complexidade (...) da interação indivíduo-ambiente, mas não (...) uma mera ligação com determinado lugar, como pelo fato de nele ter nascido”. “Mais do que isso, refere-se a uma experiência vivida e que a ele fique impregnada” (GAVA, 2009, p. 120).

Particularmente no caso de Lavras Novas, a ligação com o lugar tem papel preponderante no que se identifica como local, haja vista os conflitos que se percebe entre nativos e “os de fora” e o sentido de comunidade que se atribui mais exclusivamente àqueles que nasceram no Distrito.

Segundo Arocena (2001), a identidade pode se tornar uma alavanca para o desenvolvimento local somente quando adquirir toda a sua potencialidade e a força dessa carga histórica produzir interrogações sobre o presente o passado e agir em direção ao futuro.

Em Lavras Novas, a identidade local apresenta diversas facetas. Ao mesmo tempo em que a história e a cultura do povo do Distrito atraem a atenção de uma significativa parcela dos turistas (fenômeno que era ainda mais expressivo no início da atividade turística), essa identidade é também o ponto que separa a população que vive em Lavras Novas em nativos e os de fora.

Há forte identidade, com fortes vínculos com a história local, mas não ficam presos a saudosismo de outrora melhor que hoje. No entanto, também não se mostrou suficiente para promover ações significativas para alterar uma rota conflituosa e pouco satisfatória para as condições de vida local. Real mesmo, quanto ao papel da identidade, é um conjunto de iniciativas diretas para manter a irmandade e folclores e, indiretamente, possíveis ganhos que isto promoveria por meio da atração turística.

5.3 A participação e a alteração da dinâmica local

Para Senhoras (2007) o desenvolvimento local deve ser compreendido como aquele que se fundamenta a partir da execução e implementação de políticas de fortalecimento e qualificação, essencialmente no que diz respeito às estruturas de um território, objetivando a solidificação de um desenvolvimento genuinamente local e instituindo condições sociais, políticas e econômicas para a geração e atração de outras atividades produtivas e encorajamento dos laços orgânicos de solidariedade local.

Desta feita, Martins (2002) considera que pensar o desenvolvimento é encorajá-lo a um aspecto mais humano, principalmente no que tange a um caráter do homem concomitantemente como sujeito e beneficiário, isto é, dinamiza-se um desenvolvimento local quando as pessoas participam como protagonistas, como sujeitos ativos e não meros expectadoras e beneficiários do desenvolvimento.

Diante do exposto, buscou-se compreender de que forma ocorreu a participação da comunidade a partir da transição da fase comunitária para a fase turística em Lavras Novas. Para tanto, durante as entrevistas questionou-se nativos quanto à sua participação em todo esse processo. Os entrevistados N8 e A2 entendem que os nativos protagonizaram sim esse desenvolvimento, como pode ser percebido:

(N8) participamo, na verdade assim, quem alugava casa, foram os próprios moradores neh, por exemplo, minha mãe, eu, minha mãe trabalhava servindo caldo a noite, entendeu, era nós, a participação era da gente mesmo, era dos próprios moradores mesmo que alugava quarto das próprias casas

“(A2) Com certeza, inclusive o meu pai, quando ele era vivo, foi o primeiro restaurante de Lavras Novas, chamava Restaurante Quilombo ...”

Pelo que se percebe, ao longo do processo de mudança os moradores foram correspondendo à demanda crescente de serviços do turismo, ainda que sem direcionamentos estabelecidos pelo poder público local, o que na visão dos entrevistados se traduz em financiamentos ou em algum tipo de verba pública, como E4 fala sobre a construção do turismo que se deu pela própria comunidade.

Outro trecho evidencia a forte marca da comunidade como ativa e que não apenas participaram, mas também acompanham a dinâmica da atividade turística:

(E6) todos desenvolveram, não ficaram esperando, a porque ta bom, não, todos estão desenvolvendo, é um pessoal diferenciado, muito limpos, muito corretos e não dormem no ponto, então, isso é muito bom, ate que ajudou esse turismo a desenvolver mais rápido.

Beni (2003) destaca a importância de se conseguir alinhar os diversos setores sem que exista atritos e, além disso, a motivação, um planejamento adequado e qualificado são pontos importantes para a localidade.

Ao que se percebe, embora não tenha havido planejamento, ou uma organização, a comunidade local foi receptiva aos turistas e às demandas de serviços, o que, em certa medida, viabilizou a ação de investidores externos, isto porque a maior parte dos investidores de hoje foram turistas em um primeiro momento.

Mesmo do ponto de vista intracomunitário, em algum grau, determinados conflitos são perceptíveis, por exemplo: os entrevistados não são uníssomos quanto às consequências da dinâmica turística no Distrito, ao mesmo em que os nativos ao alugarem suas casas e investirem em restaurantes, de algum modo participaram do desencadeamento da transição, fica hoje também uma nostalgia em relação ao tempo em que os empreendimentos ainda eram poucos e na sua maioria de propriedade dos nativos

(A2) outro dia eu sai aqui um dia de sábado à tarde, eu encontrei com um casal aqui embaixo, o rapaz falou assim 'gente, como que Lavras Novas mudou! Eu gostava de vir aqui quando era no tempo do sr Abílio e dona Cadera', aí eu falei, 'oh menino, ocê tá falando é do meu pai, sou filha dele..', ele falou 'ocês gostaram dessa transformação? Olha aqui pra você vê, isso aqui não tem nada a ver com Lavras Novas', que é aqui o Santo Gral né, ai eu falei 'ahh, mas.. não tem como né.. tem coisa que tem que modificar.. tem que crescer também..', a gente também não quer ficar parado no tempo, a gente quer que desenvolve né, porque o desenvolvimento é bom né, mas tem gente que não entende, tem gente que já vem há muitos anos, quando volta reclama demais, igual esse homem, falou demais comigo..

Isto é, foi possível perceber que o desencadeamento do turismo se deu a partir de iniciativas locais, mesmo sem uma ciência do que estava acontecendo. Ao passo que novos investidores chegaram, com um volume mais expressivo de investimentos, fez com que, de certa forma, os nativos perdessem sobre o controle sobre as características dos investimentos.

De acordo com a representante da associação, a participação da comunidade é forte em vários aspectos, desde a fiscalização quanto às atitudes dos turistas até as reivindicações sobre o que a comunidade precisa. Para isso, muitos utilizam a rádio de Ouro Preto para suas reclamações:

“(A1) a comunidade, ah, 90% a comunidade, por que a comunidade vê alguma coisa, eles mesmo pega, liga na rádio em Ouro Preto, tem a rádio em Ouro Preto, eles ligam, eles fazem manifestação sabe, até sensibilizar alguém”. Esse exercício está

alinhado ao papel de cidadão, do direito de cada nativo em se dar voz quando não concorda com alguma coisa que está sendo feito.

Contudo, A1 aponta que ultimamente a comunidade, apesar da opinião forte se deixou levar pelo turismo, enquanto atividade que está trazendo dinheiro para o Distrito, e ficou um pouco adormecido, neste ponto, volta-se a destacar que a comunidade perdeu o “fio da meada” em relação ao seu controle sobre a atividade turística.

(A1) mas eu acho que nós moradores recuamos um pouco, nós ficamos com medo, nós achamos assim, ah não, chega dessa cidade monótona, quero movimento e não sabia, e veio demais, entendeu

Este adormecimento da comunidade é criticado em várias falas, principalmente porque os entrevistados acreditam que a comunidade se acomodou e se deixou influenciar pelos lucros que o turismo está trazendo:

(A3) eu acho que tá um pouco adormecido sim, por que eles parecem que tão, muita gente aqui infelizmente parece que tá preocupado só com o lucro neh, e tem hora que, quando a gente sempre fala que dinheiro não compra felicidade, se a gente perde esse lugar aqui, nunca mais a gente vai encontrar um igual esse, neh, então essa é a minha preocupação.

Ao ser questionada se inclusive o nativo está preocupado apenas com o lucro, a entrevistada afirma: “(A3) a maioria infelizmente, a maioria”.

Aqui se nota uma aparente contradição, ao mesmo tempo em que aparece uma comunidade como ativa, há também a ideia da comunidade adormecida, isto é, em outros momentos já teve mais controle, já foi mais participativa em relação ao crescimento do turismo.

Todavia, o que se percebeu é que a comunidade não deixou de ser ativa, entretanto, especialmente no início da fase turística, com o ritmo acelerado de investimentos externos que entraram no Distrito gerando empregos e rendas por meio de outras atividades em que os nativos se envolveram, tais como artesanato e outras demandas, houve um deslumbramento em função dos efeitos econômicos que sentiram naquele momento.

(N1) a comunidade ela tem, ela sabe o que que acontece, ela sabe o que tem que ser feito, mas algumas coisas não fazem, por que a cidade, imagina só, ocê não tem nada, aí de repente as pessoas começam visitar, aí começa entrar dinheiro, entrar dinheiro, aí vem aquela questão de mudança, vem a questão que você aprende a conviver com outros pensamentos, então assim, as pessoas eu acredito que sabem o que deve ser feito, mas não faz.

Muitos moradores já tem o seu próprio empreendimento, embora muito mais simples que os empreendimentos dos investidores externos e que vieram já com capital para investir, entretanto, a maioria tem pelo menos um quarto de aluguel em casa.

Contudo, nas premissas do desenvolvimento local advoga-se em favor da participação da população residente, pois os maiores responsáveis e beneficiários do desenvolvimento local são as pessoas que ali vivem. Neste aspecto, percebeu-se uma predominância das pousadas e restaurantes dos proprietários externos, nestes casos, muitos desses proprietários tampouco moram em Lavras Novas, fazendo com que o lucro ali gerado acabe beneficiando o lugar de origem do proprietário e de forma minoritária o Distrito de Lavras Novas. Afirma-se o que Amaral Filho (2001) destacou, sobre a importância de se combinar o desenvolvimento endógeno com o comportamento cooperativo da região e dos indivíduos em relação ao todo nacional, precisamente para que se evite o bem estar de algumas regiões em função do mal estar de outras.

Arocena (2001) propõe entre as dimensões de desenvolvimento local a dimensão social diz respeito à integração social onde a superação de todas as formas de exclusão é ao mesmo tempo uma condição e um resultado deste processo ao mesmo tempo em que as elites locais sejam capazes de conduzir o processo levando a um sistema de atores fortemente articulado.

Esta situação ainda encontra-se em processo de construção e superação no Distrito de Lavras Novas. A falta de um diálogo comum entre essas duas partes é certamente um fator decisivo neste conflito.

Outro ator desarticulado com a comunidade local são os órgãos públicos. Recentes desavenças aconteceram em função do plano diretor e do tombamento como patrimônio histórico do centro do Distrito por parte da prefeitura, isso porque, de acordo com a A2, a Prefeitura não consultou a comunidade sobre o primeiro tombamento (apenas o centro). A2 revela ainda que essa insatisfação com o tombamento está relacionado a construções que já descaracterizam a antiga arquitetura do lugar.

(A2) Isso partiu de lá.. partiu de lá.. porque a 1ª reunião que teve aqui sobre isso menina, foi um tumulto, o pessoal demorou entender, precisa de ver.. foi uma amolação, aí o pessoal falou “porque que eles tão fazendo isso? Agora que Lavras Novas já perdeu a característica, tem muita casa de andar, tem casa com isso, tem casa com aquilo, agora não adianta mais..”, aí eles tentaram explicar né, eles falaram que porque em Ouro Preto, através do povo não escutar, as vezes o Patrimônio, não respeitar, é que muita casa cai, entendeu? É muita casa desaba, é barranco que cai, porque? Porque às vezes não tem uma pessoa assim que pode impor aquela construção, ne? Porque não é em

todo lugar que você pode construir, eles falaram que pensaram nisso.. e tendo engenheiro, tendo uma pessoa ali certa pra tá acompanhando a obra, ela vai ver se você pode construir ou não, porque não adianta, igual eles falaram aí, fazer uma casa agora, esse ano, quando for daqui 3 ou 4 anos.. a casa tá abalada com a chuva, sabe? (...) porque Ouro Preto no ano passado, vocês viram o que aconteceu né.. aquele terreno ali gente, foi coisa demais, foi terra demais da conta, muita gente ficou desabrigado naquela chuva né.. foi famílias e mais famílias mesmo desabrigadas.

Como citado, o tombamento do centro aconteceu sem consulta à comunidade, alguns moradores acreditam que esta atitude foi benéfica para a localidade, já que, mesmo obrigados, os nativos conservaram as características antiga das casas: (A2) assim, igual eles queriam, assim, tudo igual eles queriam não né.. mas algumas coisas concordou.. porque agora não pode mais ficar pondo basculante nas casas de centro, igual ali perto da igreja, sabe? Ali não pode tá mudando muito, sabe?”, por outro lado, o fato de não ter havido a consulta e algumas discrepância nas ações da prefeitura deixaram a comunidade revoltada, levando-os a realizar um abaixo assinado contra o tombamento total do Distrito:

(A3) não aceitou, não aceitou, uma briga isso ainda. Sério, por que, eu lembro que aqui me parece que é tombada a Igreja e o centro, aí eles fizeram essa proposta pra associação pra tarem divulgando sobre o tombamento na comunidade e a gente resolveu assim, pra Associação não toma essa decisão sozinha, a gente saiu com um abaixo assinado na comunidade, mais de 50% da população foi contra.

(A2)É.. é municipal.. eles queriam tombar estadual, eles iam tombar desde lá no inicio até no final, aí o povo não concordou muito não, porque já tem muita coisa aqui que já descaracterizou Lavras Novas, muita casa de andar.. muita coisa.. aí o pessoal falou que não adianta.. não ia adiantar, então.. mas agora pra você fazer uma construção, se você não for lá no patrimônio você não consegue fazer nada, pra você mudar um telhado você tem que ir atrás do patrimônio, pra ele autorizar, não pode fazer nada em Lavras Novas mais sem a autorização deles..

A2 reclama que estas decisões vêm impostas pela prefeitura, mas que infelizmente não é igual para todo mundo. De acordo A2, as pessoas que tem dinheiro conseguem regularizar os seus projetos mais rápido e ainda permitem construções que descaracterizam a comunidade:

(A3) isso, por que assim, a gente tem a casa da gente aqui, se a gente quer fazer uma melhoria agora, tem que te projeto, e infelizmente nem todo mundo tem dinheiro pra tá pagando projeto que é uma coisa cara, então, essa é a briga da comunidade, por que quem tem dinheiro faz, quem não tem não pode fazer.

(A2) , é hoje na prefeitura, que a gente da associação tava brigando muito, tem um tal de plano de Plano Diretor, como que esse Plano

Diretor ele é, se você vai troca uma janela da sua casa, tem que ir lá, tem que pedir licença sabe, é uma democracia [quis dizer burocracia], que passa anos e anos e anos, que quando você for trocar a janela, não vai ser só outra janela, você vai ter que fazer outra parede por que já caiu. Então, o turista vem, eu não sei qual é a facilidade dele, ele não é embargado, não acontece nada com ele, por que eu to vendo essa amiga minha aqui, a vizinha, ela é até da associação, ela não ta conseguindo termina a obra de cima da casa dela, o pessoal já veio aqui, minha mãe já teve que ceder 2 metros de terreno, pra eles a alinhava a cerca, pra vê que tá tudo certinho o documento, aí ela chega precisa de mais um monte de documento, não sei se você conheceu um restaurante lá embaixo Santo Graal, quem sabe que aquele ali tá dentro de Lavras Novas, aí fizemos reunião com o topógrafo e um pessoal da Gabriel Rosa Patrimônio da Prefeitura, ele simplesmente falou com nós, ele teve a ousadia de fala com nós assim, o dinheiro fala mais alto gente, ele mesmo diretor de patrimônio, usa esse argumento, ele falou, eu peguei e falei assim, oh Gabriel, mas com quanto tempo, por que eles chama Robson o dono da pousada, ele conseguiu construir aquilo ali, com 6 meses, 6 meses e 6 meses é o tempo, é o tempo que fica o seu documento na prefeitura pra eles libera pra você, e ele construiu com 6 meses. Eu ainda perguntei, mas aquilo ali tá tudo certinho, ele falou tudo certinho. Então assim, a gente fica triste, a gente fica desenganado já com a prefeitura entendeu? Por que eu acho que o mesmo pau que bate no marido tem que bater no João, tem que bater no Joaquim sabe, só que lá não é isso que acontece, eles simplesmente falam com nós, ah gente isso aqui fala mais alto (sinal com os dedos representando o dinheiro)

Nesse contexto, é importante salientar o que aponta Martins sobre a participação da comunidade, que não deve ser delegada, mas de fato representada. “Carecemos de uma visão mais pragmática da participação, no sentido de que ela ocorre (ou não) independente das formalidades que envolvem uma mobilização” (MARTINS, 2005, p.111).

Entre as organizações não governamentais em Lavras Novas, ou seja, entre a associação dos moradores e a mesa administrativa, de acordo com as entrevistas, existe uma harmonia. Uma particularidade que aconteceu nesta última gestão é o fato da associação dos moradores ser formada por mulheres e a irmandade por homens. Este fato não é regra, na associação dos moradores as mulheres resolveram montar uma chapa e conseguiram a eleição, entretanto, na irmandade só é permitida a votação de homens.

(A3) nós mulheres não entramos muito na irmandade, não sei se você sabe, mas a irmandade, só faz parte da irmandade homens. É, que são só homens que faz parte dessa irmandade, só me parece que agora são 8 homens e agora também eles tão saindo, vão abrir o edital por que tão saindo, pra pode entra outros. A gente até brincava que a irmandade era 8 homens contra a associação que era 8 mulheres.

Neste aspecto, é possível inferir a partir de alguns indícios sobre a questão da relação da comunidade nativa com o seu passado. Não apenas o fato de somente é permitido somente aos homens votar, mas também questões como a presença dessas heranças conservadoras de outrora, isto é a sustentação de poder por herança (de terras), recebidas, não conquistadas, expressão patrimonial, que podem estar também dentro das limitações que impedem o desenvolvimento.

Quanto a relação de relevância entre as instituições em Lavras Novas A3 acredita que as duas organizações têm a mesma importância para Lavras Novas: “(A3) olha, eu acho que nos dois. Por que igual eu to te falando na mesa tem os representantes neh, e a prefeitura através da associação também, igual eu to te falando, com a ajuda do P2”.

Entretanto, para P2 a desarticulação entre todos os atores é bastante visível, pelo fato da pouca iniciativa de todas as partes, isto é, poder público e privado vão se esquivando, um esperando que o outro faça, apesar de tudo, a complexa relação entre estes atores não impediu que a atividade turística crescesse e se revelasse como vocação da comunidade :

(P2) o empresariado ficar esperando o poder público e vice e versa, não sei nem se é privilégio nosso isso, mas eu acho que acontece em outros setores também, acabou que prejudicou um pouquinho, mas não impediu que Lavras Novas tomasse seu rumo próprio, hoje alguém tá desempregado em Lavras Novas é porque não quer trabalhar, porque seja na construção civil, seja em alguma coisa ligado ao turismo tem emprego, camareira, garçom, recepcionista, etc, etc, e a construção civil, tem um negócio que cresce muito lá, então nós temos 12 distritos em Ouro Preto, é um distrito que definiu sua vocação com muita clareza, é você tem um distrito que é da pedra sabão, outro que é agropecuária, outro que é da questão ferroviária, outro que é da mineração, então Lavras Novas tá definido que a vocação dela é o turismo

N1 acredita que este cenário pode mudar por meio da participação e do envolvimento na própria comunidade nas tomadas de decisão e na valorização da comunidade pela própria comunidade:

(N1) o povo vai ter que acordar pra ele saber o que, o valor tá na mão do povo, a riqueza mesmo, que turisticamente, que aquilo e aquilo outro, que aqui tem riqueza ambiental, mas o mundo inteiro tem lugar mais bonito que Lavras Novas, o que faz diferença aqui é o povo, a forma de vida, a forma que vive essa energia que tem essa cidade, aquele ...E eu acho que infelizmente tá passando por esse processo de reavaliação, existe uma competição aí, toda essa competição no mundo...as pessoas precisam saber o que tem valor de verdade, e tem valor de verdade, não é pousada, não é restaurante, não é nada disso,

isso são ferramentas, são ferramentas, entende? Pela minha forma de ver. Então, mais ainda tem pessoas com muita consciência aí, que age com consciência, que defende a sua tese com consciência,

De acordo com o explanado acima, pode-se perceber uma desarticulação entre os principais atores do Distrito de Lavras Novas. Um conflito entre nativos e não nativos é evidente e em muitos momentos isso acaba prejudicando o próprio distrito, já que, por exemplo, nas reuniões da associação dos moradores a participação desses externos é quase nula.

Entre a associação e a mesa administrativa percebeu-se uma relação de afinidade, mas em alguns momentos uma confusão de papéis acontece, já que o papel da mesa administrativa, em princípio, está relacionado apenas ao zelo do patrimônio da Igreja. Entretanto, com o tempo e com a falta de atuação da prefeitura no Distrito esse papel da mesa administrativa passou também para um campo de representação da comunidade frente às autoridades legais. Com a implantação da associação dos moradores, esta por sua vez, busca sempre consultar a opinião da mesa e buscar juntos melhorias para a comunidade.

Em relação aos órgãos públicos, como a prefeitura e a câmara de vereadores, os relatos foram enfáticos na falta de atenção e diálogo com a prefeitura. Na câmara de vereadores o distrito ainda não conseguiu eleger nenhum candidato¹¹, mas conta com os representantes de Ouro Preto mesmo para fazer uma articulação com a prefeitura. Dessa parceria nasceram projetos importantes para o Distrito como a Fundação Sorria¹², a Associação dos Moradores e o Plano Diretor.

Um ponto a se destacar em relação a essa desarticulação entre a prefeitura e o Distrito é que a Secretaria de Cultura e Turismo de Ouro Preto não se disponibilizou a dar entrevista para essa pesquisa. Em um primeiro contato informal a representante da

¹¹ Neste ponto a comunidade mostrou também uma falta de entrosamento, visto que na última eleição, o Distrito teve 5 candidatos a vereador.

¹² (P2): A Fundação sorria, (...), é uma Fundação que existe em Ouro Preto há 25 anos, e que ela oferece desde ensina escova os dentes até colocar aparelhos em 8 mil crianças do município de Ouro Preto, são 12 clínicas espalhadas pelo município, e a mais bonitinha é Lavras Novas, lá é a joia da coroa, vamos dizer assim, e foi legal que a gente conseguiu mobilização muito grande das mulheres principalmente ali, a gente fez muitos pedágios, quando tinha feriado prolongado a gente ia pra estrada de Lavras Novas e fazia o pedágio, todo mundo entrava a gente pedia uma colaboração pra construir aquela unidade, a gente conseguiu levantar até um dinheiro, claro não foi com isso que se construiu, teve recurso da Holanda, teve recurso aqui das empresas daqui mesmo, Novelis, Vale, a gente conseguiu ter uma unidade, então a unidade tem uma presença muito forte, lá em Lavras Novas, essa fundação atende somente crianças, mas lá em Lavras Novas, em função do recurso especial que a gente conseguiu, há um atendimento a adultos também, pessoas com mais de 51 anos, também foram cadastrados e também tão fazendo um tratamento completo, tudo gratuito, então a fundação também é uma presença importante, o Projeto Sorria, que antes era o projeto agora é Fundação Sorria, a Fundação tem uma presença legal lá também, bem marcante pra eles.

secretaria disse que em relação a Lavras Novas ela sabia muito pouco, quase não tinha informações, porque normalmente a comunidade se articulava sozinha. Quando foi procurada novamente para a entrevista, a mesma representante pediu que enviasse por *e-mail* o roteiro, mas nunca respondeu por *e-mail* e nem tampouco pessoalmente, apesar das várias tentativas.

Santos (1996) reforça a participação da comunidade e a força coletiva ao descrever que a força do lugar conversa no território partilhado e identificado por uma consciência social e comunitária de entorno, que em sua essência é a própria história vivida em comum.

O protagonismo da comunidade frente ao próprio desenvolvimento é considerado pelos autores como ponto essencial para se atingir um desenvolvimento local. Em Lavras Novas, sentiu-se que comunidade participou, como pioneira na atividade turística, quando ainda abria as portas da suas casas para os turistas. A população local também se mostrou forte nesse sentido, ao identificar o tipo de turista bem vindo, bem como a sua influência nas decisões tomadas. Entretanto, para alguns entrevistados, essa característica foi se perdendo ao longo tempo, à medida que os investimentos externos foram ganhando proporções.

Em outras palavras, a comunidade sentiu e aproveitou a oportunidade de investimento no turismo, isto para a comunidade foi considerado como participação. Contudo, ao passo que o turismo foi crescendo, esta participação tornou-se mais coadjuvante, ao mesmo tempo em que os nativos foram se deslumbrando com os novos efeitos econômicos.

Assim, ao confrontar esta participação com o que prega os conceitos de desenvolvimento local, em que se preza, o protagonismo da comunidade local, o planejamento no sentido de políticas de fortalecimento e qualificação em torno do território, a experiência de Lavras Novas, especificamente quanto à participação, não encontra respaldo em sua totalidade com os conceitos desenvolvimento local, ao passo que se entende que a população mais reagiu ao novos acontecimentos do que se articulou e organizou.

Por fim, nota-se que a participação da comunidade de Lavras Novas existe, entretanto, ainda encontra-se desarticulada e principalmente seccionada entre nativos e não nativos.

5.4 Considerações sobre as variáveis Território, Identidade e Participação

Para Martins (2005), ser protagonista exige a uma postura proativa que deve ser adotada por cada morador em uma luta diária por melhor qualidade de vida, e isso abrange tanto condições materiais como imateriais. Está relacionado com o interesse, a disposição e a disponibilidade da comunidade em enfrentar os problemas de forma coletiva. Isto leva a duas condições importantes para o desenvolvimento local: “a participação e o sentido de pertencimento a uma comunidade ou lugar” (MARTINS, 2005, P.110).

Em Lavras Novas, buscou-se evidenciar isso a partir da ocupação e dinâmica dos atores no território, a participação da comunidade local e a identidade. A seguir, provê em um esquema elucidativo das principais variáveis e relações encontradas nessa pesquisa.

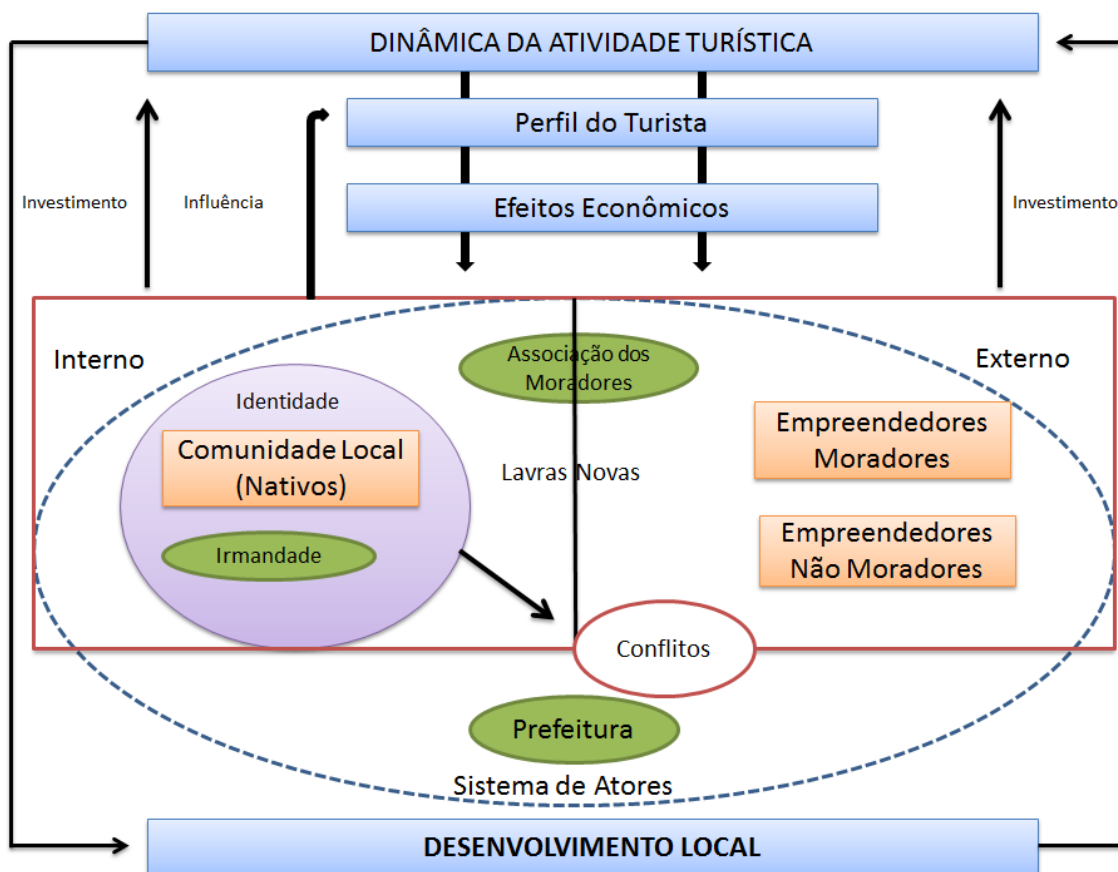


Figura 1 - Atividade Turística e Desenvolvimento Local em Lavras

Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A transição da fase comunitária para a fase turística teve por consequência alterações significativas para Lavras Novas, desde o modo de vida dos nativos à paisagem urbana, da disponibilidade de recursos ao custo de vida local.

Essas mudanças, acentuadas em tempo relativamente rápido, não foram orquestradas ou, sistematizadas, pelos atores ali envolvidos, todavia, foram sim, acompanhadas e intervindas com maior expressão sobretudo pelos atores locais. A participação da comunidade nesse contexto foi e tem sido marcada, ora pela ação de seus representantes, ora pelo envolvimento direto dos cidadãos, bem como, tem se caracterizado por diversos conflitos oriundos da nova estrutura de atores e dos novos tipos de problemas trazidos pela fase turística.

É possível afirmar que houveram mudanças quanto aos temas de interesse comunitário, por exemplo, segurança, saneamento, vias de acesso e urbanização, bem como, houveram mudanças no sistema de atores, que agora, na fase turística, não se restringe a instâncias de representação dos nativos e suas eventuais interfaces com o poder público municipal de Ouro Preto.

Ao mesmo tempo em que se percebe um sistema de atores ativos frente à dinâmica da atividade turística em Lavras Novas, é importante ressaltar que tal sistema é permeado por conflitos endereçados à relação nativos versus “de fora”, bem como, que a origem desses conflitos pode ser atribuída, em parte, à questão da identidade local, em especial no que se refere à existência da Irmandade como condicionadora do modo peculiar de vida, tanto individual quanto comunitário.

De certo modo, a força da comunidade (nativos) se identifica na legitimidade da Mesa Administrativa enquanto representante da Irmandade. Tal instituição teve papel ativo em limitar a velocidade da transição entre fase comunitária e fase turística na medida em que, até certo ponto, influenciou a dinâmica da atividade turística ao controlar a comercialização de terrenos, ao promover debates democráticos entre os nativos sobre essa dinâmica, e mesmo ao representar os interesses da comunidade perante atores externos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica do desenvolvimento local do Distrito de Lavras Novas por seus atores responsáveis, tendo por objeto de estudo a relação entre os conceitos de verticalidade/horizontalidade de Milton Santos e o turismo e sua relação com a participação da comunidade e o Desenvolvimento Local.

De acordo com os relatos, há mais ou menos 20 anos começou a existir um fluxo de turistas na comunidade. Diante disso, para contextualizar o processo de transformação de Lavras Novas, usou-se as nomenclaturas fase comunitária para denominar o tempo anterior à atividade turística e fase turística para o tempo posterior ao início da atividade turística mais expressiva.

Na fase comunitária, O modo de vida na comunidade pode ser associado à formação de uma identidade local ao longo do tempo, alinhando também algumas características de simplicidade, ajuda mútua, hospitalidade, religiosidade, vida comunitária e organização comunitária.

O conceito de desenvolvimento local está amplamente relacionado à participação da comunidade, principalmente pelo fato de que os maiores influenciados e beneficiados são eles.

A participação da comunidade na transição de uma fase comunitária até um turismo expressivo se deu de algumas formas, entre eles, os investidores pioneiros do turismo foram os próprios nativos que começaram a receber os turistas, em um primeiro momento, dentro das suas próprias casas e somente depois os primeiros empreendimentos, ainda de nativos, começaram a aparecer. Outra forma, foi como os nativos foram selecionando o seu público alvo e lapidando o tipo de turismo que seria desejável para Lavras Novas. Na fase turística começaram a chegar empreendedores externos, a maioria deles foram turistas no Distrito.

Contudo, notou-se não apenas a participação, mas a própria articulação da comunidade se dá muito em função da Irmandade, mesclando-se a certa orientação religiosa, e que esta participação da comunidade está muito mais relacionada a uma reação ao que estava acontecendo na comunidade, em função do turismo, do que um planejamento e uma pró atividade.

No que tange aos principais atores (Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres, Associação dos Moradores, Empresários, Poder Público – Prefeitura e Câmara dos Vereadores) e suas relações conclui-se que existe uma articulação entre atores internos e

locais, isto é, entre a Associação dos Moradores e a Irmandade que é representada pela Mesa Administrativa e uma desarticulação entre estes e os empresários exógenos. Em relação à prefeitura também se concluiu que existe uma desarticulação, em face da constante reclamação dos entrevistados sobre a falta de atenção da prefeitura em relação ao Distrito.

Neste ponto, é preciso chamar a atenção para a questão do estudo estar relacionada à dinâmica de desenvolvimento do Distrito de Lavras Novas a partir do turismo, e que essa dinâmica em um território implica em entender que o uso deste ao longo do tempo deve recorrer à sua constituição e apropriação pela sociedade, contudo, percebeu-se que em Lavras Novas, esta evolução vem sim acontecendo, com a chegada de novos moradores, mas que isso não está implicando em uma boa união entre nativos e não nativos para as tomadas de decisões relacionadas ao futuro do Distrito.

É perceptível a importância desses empreendimentos de maior porte para o Distrito no sentido de geração de publicidade, de diversificação e ampliação do mix de produtos turísticos e de serem atrativos a turistas com perfil mais adequado às expectativas da comunidade local. Por fim, foi perceptível a predominância, em relação ao maior número, assim como as maiores pousadas e restaurantes pertencem a proprietários externos, em muitos desses casos os proprietários também não moram em Lavras Novas, conseqüentemente o lucro gerado também não fica em Lavras Novas.

A identidade da comunidade nativa figura-se de forma marcante, sendo esta também não sendo, nestas condições, uma variável que pode se tornar uma alavanca para o desenvolvimento local. No caso de Lavras Novas a ligação com o lugar, a história e a sua cultura é preponderante na sua identificação com o local, neste ponto, percebeu-se que os conflitos entre os nativos e “os de fora”, tem uma influência da identidade da comunidade, haja vista o sentido de comunidade que se atribui mais exclusivamente àqueles que nasceram no Distrito.

Desta feita, entendeu-se que a força da comunidade local está identificada com a legitimidade que a mesa administrativa assumiu perante os nativos, enquanto representante destes e da Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres. Tal instituição teve papel ativo em limitar a velocidade da transição entre fase comunitária e fase turística na medida em que, até certo ponto, condicionou a dinâmica da atividade turística ao controlar a comercialização de terrenos, ao promover debates democráticos entre os nativos sobre essa dinâmica, e mesmo ao representar os interesses da comunidade perante atores externos.

As alterações permitiram melhorias às condições anteriores à dinâmica turística, mesmo aos que se tornaram porteiros e ajudantes de cozinheiros, pois antes viajavam à pé para trabalhar em condições inferiores às de hoje.

A dinâmica empreendedora também atinge os locais, estimulando-os, inclusive, a serem empreendedores a seu modo. Ações mais ativas e promotoras de oportunidades dos locais para os locais podem ainda não ter sido desenvolvidas pela própria incapacidade do 'saber fazer' pelos locais (know-how).

Provavelmente, é o tempo o ator a entrar em cena, cujas alterações em benefício local podem até vir a ser mais bem dinamizados dependendo da relação entre os locais, como a associação de moradores, a mesa, etc.

Por fim, o trabalho se assenta na dimensão temporal, espacial e da ação. Na dimensão temporal buscou-se a relação entre dinâmica da atividade turística e desenvolvimento local compreendida na transição entre a fase comunitária e a fase turística de Lavras Novas. Na dimensão espacial buscou-se esclarecer delimitações entre o que seria local e extra local ao Distrito estudado. Na dimensão da ação abordou-se o sistema dos principais atores, suas relações e suas influências situadas no tempo e no espaço pertinente ao fenômeno estudado.

Conclui-se que chamando a atenção para a importância do papel do coletivo local para uma guinada sustentável e não mais por vias da exploração do recursos esgotáveis como hoje, ou seja, pode ser que haja mais recursos sendo gerados localmente e novos negócios locais e extra locais no território de LN, mas organizados e absorvidos em condições díspares em benefício dos não locais mais que dos locais.

Algumas questões durante a execução do trabalho tomaram maiores inquietações, uma delas é o fato de não se ter visto o Distrito de Lavras Novas sendo beneficiado com política pública, seja voltada para o próprio distrito ou incluída em políticas públicas do Município de Ouro Preto.

Contudo, há que se apontar que mesmo a atividade turística contribuindo para a melhoria da qualidade dos moradores de Lavras Novas, ao que advoga o conceito de desenvolvimento local, não é possível caracterizar esta dinâmica a partir da atividade turística como desenvolvimento local.

Entende-se que o principal fator limitador da pesquisa foi em relação à dificuldade de informações. Sentiu-se nos entrevistados externos, em alguns momentos, um receio de falar. Eles apontavam a existência de um conflito, mas

Outro ponto em relação à dificuldade de informações é quanto à disponibilidade de dados. Isto porque, dados quantitativos socioeconômicos são relacionados apenas ao município como um todo. Estes dados estão normalmente dispostos no IBGE, ficando a cargo do município um seccionamento disso, o que não viu organizado em Ouro Preto.

Ainda em relação à dificuldade de informação, acrescenta-se aqui o não interesse dos representantes da Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Sendo que não foram detectadas políticas públicas sistematizadas em Lavras Novas, sugere-se futuros estudos que investiguem as relações entre a sede Ouro Preto e o Distrito Lavras Novas no que diz respeito às políticas públicas, uma vez que Ouro Preto apresenta grande expressão no cenário turístico nacional e é receptora de programas no Ministério do Turismo.

A particularidade existente em Lavras Novas relacionada a Irmandade Nossa Senhora dos Prazeres e sua ligação direta com a Identidade também pode ser futuramente abordada a partir das teorias organizacional de institucionalista.

Por fim, sugere-se estudos que contemplem não apenas o Distrito como também a sua sede comparando também o desenvolvimento entre estes como também uma comparação entre outros distritos em que se encontra uma forte presença de atores exógenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, n. 23, p. 261-286, jun. 2001

AROCENA, J. **El Desarrollo Local: Un Desafio Contemporaneo**. 1. ed. Montevideú: Nueva Sociedad, 1995.

_____. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. Montevideo: Universidad Católica, 2001.

_____. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. 2ª. Edición, Montevideo, Taurus-Universidad Católica del Uruguay. 2002

_____. De las ciencias sociales internacionales. Taller Internacional sobre Desarrollo local. **Boletín Electrónico Centro de Investigaciones Psicológicas e Sociológicas**, Ciudad de La Habana, Año 1, n. 3, p. 18-41, noviembre. 2004.

_____. Los Paradigmas del Desarrollo y lo Local. **Cuadernos del CLAEH**, Montevideo, CLAEH, (41): 1988

AURÉLIO, M., e ROLLO, P. Verticalidades no Território Brasileiro: Uma análise a partir das ações da Cooxupé no Circuito Espacial de Produção do Café. 2009. **Caminhos da Geografia**, 10, 245–253. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.htm>. Acesso em: set 2012

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARQUERO, A.. V. **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARRETTO, M.. **Manual de Iniciação ao Estudo de Turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BENI, M.. **Análise Estrutural do Turismo: planejamento e Gestão**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BERTON, L. H.; CUNHA, S. K.; CUNHA, J. C. Planejamento e governança de um cluster turístico. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), 29, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador, ANPAD, 2005.

BOLSON, J. H. G. **Turismo e Políticas Públicas: uma análise da implementação dos circuitos turísticos de Minas Gerais através da percepção dos seus gestores, empresários e comunidade local**. 175f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Meio Ambiente) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2006.

BOZZANO, H. **Territorios Reales, Territorios Pensados, Territorios Posibles**. Buenos Aires, Espacio Editorial, 2000, 263 p.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dados sobre o turismo internacional e doméstico**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>. Acesso em: 03 jan 2013.

- BUARQUE, S.C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA**. Brasília: INCRA/IICA, 1999.
- CANDIOTTO, L. Z. P. A materialização do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Colombo – PR: verticalidades, horizontalidades e intencionalidades La materialización del Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Colombo – PR: verticalidades, horizontalidades e. *Investigaciones Geográficas*, **Boletín del Instituto de Geografía, UNAM**, (69), 96–112. 2009
- CASTRIOTA, L.B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- COLUCCI, D. G., MAGNO, M., & SOUTO, M. Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. *Geografias*, 07(1), 114–127. 2011
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. São Paulo. 2006.
- COSTA, É. C. V. da; *et al.* **Estratégias e desenvolvimento local**: uma abordagem sistêmica. XIII SIMPEP (pp. 1–9). Bauro - São Paulo. 2006
- DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**, México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DEMO, P. **Praticar ciência: metodologias do conhecimento científico**. São Paulo: Saraiva, 2011
- DINIZ, Eli. O Pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In DINIZ, Eli (Org.). **Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. p. 7-16. 2003
- FAE R. e FLORES R.K. Os Limites do ‘Desenvolvimento Local’ e as Possibilidades Abertas pela Abordagem Dialética Proposta por David Harvey para Compreender uma Região. **Revista Eletrônica Gestão e Sociedade**. V.6, N 15. Belo Horizonte, set/ dez. 2012.
- FRANCO, A. de. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: MILLENNIM, 2000.
- FURTADO, C. **Em Busca de Novo Modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GAVA, R. **Autodeterminação Local E Desenvolvimento**: Uma Análise da Dinâmica Social no Município de São Roque de Minas. Tese de Doutorado. Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1999.
- GOMES, D.G. As Ordens Terceiras em Minas Gerais: Suas interações e solidariedades no período ultramontano (1844-1875). In: Anais Do II Encontro Nacional Do Gt História Das Religiões E Das Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH**. Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>. Acesso em 16 fev 2013.
- GOULART, S. Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. In: **Cadernos Ebape**. V. IV N.3, p. 1–15. 2006

HOLANDA, L. A.; VIEIRA, M. M. F. Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

KNAFOU, R. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LIMA, A. C. C. e SIMÕES, R. F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e Suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: o caso do Brasil**. Texto para Discussão n. 358. Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2009.

MALUF, R. S. Atribuindo Sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n 15, out., 2000. p 36-68.

MARTINS, R. S. O. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Interações **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. V.3. N.5. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistasInteracoes/n5_serjio_martins.pdf. Acesso em: jul 2012.

MARTINS, R.S O. Desenvolvimento local e turismo : por uma ética de compromisso e responsabilidade com o lugar e com a vida. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. 2005.

MERIGUE, G. de L.. A gestão do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Estudos Turísticos**.26. 2007 Disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=1508>. Acesso em dez 2012.

MESQUITA, W. S. **Impactos Socioambientais do Turismo em Lavras Novas**. 2006 In: <http://artigoscientifico.uol.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1165>. Acesso em: 09 jul 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Lei nº 117 de 14 de outubro de 2005. Criação do Distrito de Lavras Novas. Ouro Preto. 2005. Disponível em: [http://189.80.133.146/sistemas/legislativo/sisnorm/arquivos/NJ_img\(2993\).pdf](http://189.80.133.146/sistemas/legislativo/sisnorm/arquivos/NJ_img(2993).pdf). Acesso em: 12 nov 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICHARDSON, R. J.e Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCA, Z. Affirmation of regional identity between rhetoric and reality: evidence from Portugal. In: BONESCHANSKER, E. et al. (eds.). **Cultural uniqueness and regional economy**. Leeuwarden: Fryske Akademy, 2004.

ROCA, Zoran. Affirmation of regional identity between rhetoric and reality: evidence from Portugal. In: BONESCHANSKER, E. et al. (eds.). Cultural uniqueness and regional economy. Leeuwarden: Fryske Akademy, 2004.

SANTOS, B.; RODRÍGUEZ-GARAVITO, C. A. Introduction: expanding the economic canon and searching for alternatives to neoliberal globalization. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Another production is possible**. Beyond the capitalist canon. London: Verso, 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Dinheiro e território**. Geographia, ano 1, n. 1, 1999, p. 7-13.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. O retorno do território. In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 4.ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 15-20.

_____. O retorno do território. in: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. Aparecida; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território**: Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-20.

_____. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SENHORAS, E.. M. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local – as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**: 2007.

SOUZA, M. J. B. de, e FERREIRA, E. **Planos Nacionais de Turismo, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade**. Rio de Janeiro. 2011

SOUZA, R. L. de. **Identidade Nacional e Modernidade Brasileira**: o diálogo entre Silvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VALE, G. M. V.. **Territórios Vitoriosos**: O Papel das Redes Organizacionais. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

VAZ, M. T. de N. Desenvolvimento regional e inovação empresarial: o impacto do desenvolvimento local nas determinantes de inovação das pequenas empresas. **Revista paranaense de desenvolvimento**: Curitiba, n.108, p.7-24, jan./jun. 2005.

VIVERET, P. **Reconsiderar a riqueza**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

ZANETTI, L., e CANDIOTTO, P. **Circuito Italiano de Turismo Rural, Colombo-PR**: gênese, desenvolvimento e implicações socioespaciais. Cascavel: EDUNIOESTE. 2010.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento Local e a Nova Geração**. Recife, Pernambuco: Editora Livro Rápido – Elógica, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - Roteiro de Entrevista Lideranças

LIDERANÇAS

Nome:
Profissão:
Morador de Lavras Novas?
Cargo ou Função:
Tempo de participação:
Contato

1. Fale um pouco sobre sua trajetória da sua Instituição;
2. Qual sua percepção sobre a relação entre turismo e desenvolvimento?
3. Na sua avaliação, de que modo o turismo pode influenciar o desenvolvimento local em Lavras Novas?
4. Que ações ou atividades algum órgão de LN tem promovido na comunidade local? (cursos, palestras, reuniões, seminários, etc; Há algum documento onde possa verificar). Como é a receptividade, por parte da comunidade local?
5. Como tem sido a relação entre a comunidade local e os turistas (receptividade, resistências);
6. Como tem sido a relação entre a comunidade local e os empresários/investidores em LN?
7. Qual o principal impacto positivo do turismo em LN?
8. Qual o principal impacto negativo do Turismo em LN?
9. Quem você acredita que seja o principal responsável por cada um desses impactos?
10. O que você acredita ser a vocação turística de LN? O que você acha que identifica de LN e como diferenciá-la de OP?
11. Como você acredita que seja a relação entre Ouro Preto e Lavras Novas?
12. A partir da participação de Lavras Novas nas políticas públicas de turismo em que Ouro Preto está inserida, o que você acredita que trouxe mais benefício para

o Distrito? (divulgação, econômica, geração de emprego, valorização cultural, não mudou nada)

13. Qual o principal obstáculo para o crescimento e desenvolvimento de LN?
14. Qual o apoio e a relação da Prefeitura de Ouro Preto no Distrito?
15. Você acredita que a comunidade de LN está participando satisfatoriamente das decisões e ações da prefeitura e subprefeitura em relação ao desenvolvimento de LN? Quais os principais entraves?
16. Quais são as entidades, ou as pessoas que você destacaria como principais responsáveis pelo desenvolvimento turístico de Lavras Novas?
17. De que forma você dissemina o que é decidido e discutido no CONTUR?

APÊNDICE 2 - Roteiro de Entrevista Mesa Administrativa

ENTREVISTA MESA ADMINISTRATIVA

Nome:
Morador de Lavras Novas?
Cargo ou Função na Prefeitura/Subprefeitura
Tempo no cargo:
Contato

1. Qual a história da mesa administrativa, como ele funciona e como ela se forma?
2. A atual mesa está há quanto tempo no cargo?
3. Fale um pouco sobre sua participação na mesa administrativa.
4. Como você acredita que seja a relação entre a mesa administrativa com a comunidade?
5. De que forma a mesa administrativa pode atuar com os empresários locais (tanto nativos quanto exógenos)
6. Como se desenrolou o início da atividade turística em LN?
7. Na sua avaliação, de que modo o turismo pode influenciar o desenvolvimento local em Lavras Novas?
8. Chegou a ser realizado algum estudo prévio sobre a opinião, participação e interesse da comunidade?
9. Existem ações conjuntas entre a mesa administrativa e os empresários locais? E a prefeitura?
10. Você acredita que a comunidade de LN está participando satisfatoriamente das decisões e ações da prefeitura e subprefeitura em relação ao desenvolvimento de LN? Quais os principais entraves?
11. A prefeitura oferece algum tipo de incentivo para que os nativos invistam no turismo?
12. Que ações ou atividades a prefeitura ou algum órgão de LN tem promovido na comunidade local? (cursos, palestras, reuniões, seminários, etc). Como é a receptividade, por parte da comunidade local, das ações da mesa administrativa?
13. Qual o principal impacto positivo do turismo em LN?

14. Qual o principal impacto negativo do Turismo em LN? Existem ações para tentar minimizar esses impactos?
15. Quem você acredita que seja o principal responsável por cada um desses impactos?
16. O que você acredita ser a vocação turística de LN?
17. Como você acredita que seja a relação entre Ouro Preto e Lavras Novas?
18. A partir da participação de Lavras Novas nas políticas públicas de turismo em que Ouro Preto está inserida, o que você acredita que trouxe mais benefício para o Distrito? (divulgação, econômica, geração de emprego, valorização cultural, não mudou nada)
19. Qual o principal obstáculo para o crescimento e desenvolvimento de LN?
20. Hoje em dia quem você considera que tem mais poder de decisão dentro do Distrito sobre o turismo? Por quê?
21. O povo de Lavras Novas tem liberdade de decidir sobre as ações voltadas para o turismo?
22. Como tem sido a relação entre a comunidade local e os turistas?
23. Como tem sido a relação entre a comunidade local e os empresários/investidores em LN?
24. Quais são as entidades, ou as pessoas que você destacaria como principais responsáveis pelo desenvolvimento turístico de Lavras Novas?

APÊNDICE 3 - Roteiro de Entrevista Órgãos Públicos

ENTREVISTA ÓRGÃOS PÚBLICOS

Nome:
Morador de Lavras Novas?
Cargo ou Função na Prefeitura/Subprefeitura
Tempo no cargo:
Contato

1. Fale um pouco sobre sua trajetória profissional, especialmente sobre sua participação XXXXXX...
2. Na sua avaliação, de que modo o turismo pode influenciar o desenvolvimento local em Lavras Novas?
3. Como se desenrolou o início da atividade turística em LN?
4. Chegou a ser realizado algum estudo prévio sobre a opinião, participação e interesse da comunidade?
5. A prefeitura oferece algum tipo de incentivo para que os nativos invistam no turismo?
6. Que ações ou atividades a prefeitura ou algum órgão de LN tem promovido na comunidade local? (cursos, palestras, reuniões, seminários, etc). Como é a receptividade, por parte da comunidade local, das ações do CONTUR?
7. Qual o principal impacto positivo do turismo em LN?
8. Qual o principal impacto negativo do Turismo em LN?
9. Quem você acredita que seja o principal responsável por cada um desses impactos?
10. O que você acredita ser a vocação turística de LN?
11. Como você acredita que seja a relação entre Ouro Preto e Lavras Novas?
12. A partir da participação de Lavras Novas nas políticas públicas de turismo em que Ouro Preto está inserida, o que você acredita que trouxe mais benefício para o Distrito? (divulgação, econômica, geração de emprego, valorização cultural, não mudou nada)
13. Qual o principal obstáculo para o crescimento e desenvolvimento de LN?

14. Como você acredita que seja a relação entre a prefeitura/subprefeitura com a comunidade?
15. Você acredita que a comunidade de LN está participando satisfatoriamente das decisões e ações da prefeitura e subprefeitura em relação ao desenvolvimento de LN? Quais os principais entraves?
16. Como tem sido a relação entre a comunidade local e os turistas?
17. Como tem sido a relação entre a comunidade local e os empresários/investidores em LN?
18. Quais são as entidades, ou as pessoas que você destacaria como principais responsáveis pelo desenvolvimento turístico de Lavras Novas?

APÊNDICE 4 - Roteiro de Entrevistas aos Empresários

ENTREVISTA EMPRESÁRIOS

Nome:
Empresa:
Morador de Lavras Novas?
Como faz para gerenciar a sua empresa? (caso seja morador de fora de LN)
Tempo de existência da empresa:
Cargo ou função na empresa:
Formação do quadro de funcionários (Organograma e origem dos funcionários):
Origem da Demanda:
Período de maior demanda:
Investimento:
Faturamento:
Contato:

1. Antes de abrir esta empresa, você **acumulou alguma experiência anterior**, qual? (experiência anterior: em gestão; em turismo)
2. Como foi o processo de **criação** desta empresa? (criação do negócio em LN: é mais um, é novo, recursos (próprio, empréstimo, sócios – de onde são – etc)
3. Em LN, a demanda turística é muito sazonal e traz muitas dificuldades para manter o funcionamento da empresa? (Isso mudou no tempo?) Demorou muito a dar lucro? De forma geral, onde costuma destinar/reinvestir os lucros auferidos? Do total faturado, quanto imagina que fica em LN ou Ouro Preto?
4. E sobre o turismo em LN:
 - o Você entende que o turismo pode influenciar o desenvolvimento dos municípios e mudar sua realidade? Como você enxerga LN nessa relação?
 - o Nessa mesma relação, como você avalia o papel do CONTUR ou outra associação?
 - Você participa do Contur ou outras (quais)?

5. Qual sua opinião sobre a relação entre Ouro Preto e Lavras Novas, especialmente no que se refere ao grau de interdependência para decisões sobre o destino do desenvolvimento de LN?
6. Tem conhecimento das políticas públicas de turismo em que LN está inserido? Notou alguma mudança a partir da implantação dessas políticas? (divulgação, econômica, geração de emprego, valorização cultural, não mudou nada)
7. Qual o principal impacto positivo do turismo em LN?
8. Qual o principal impacto negativo do Turismo em LN?
9. Quem você acredita que seja o principal responsável por cada um desses impactos?
10. O que você acredita ser a vocação turística de LN? É bem explorada?
11. Qual o principal obstáculo para o crescimento e desenvolvimento de LN?
12. Você acredita que exista algum conflito entre a comunidade local e os turistas?
13. Qual a relação da sua empresa com a comunidade local?
14. Qual o principal obstáculo para o crescimento da sua empresa?
15. Enfrenta alguma dificuldade para contratação de funcionários em LN?
16. Quais são as entidades, ou as pessoas que você destacaria como principais responsáveis pelo desenvolvimento turístico de Lavras Novas?

APÊNDICE 5 - Roteiro De Entrevistas População Local – Grupo 1

POPULAÇÃO LOCAL: Grupo 1

Nome:
Profissão:
Nativo de Lavras Novas?

1. Lavras Novas está diferente de tempos atrás, não acha? Desde quando?
2. Por quem? (o quanto de pessoas como o entrevistado/gente “de fora”).
3. Acha que está melhor agora que antes? Porque?
4. Se tivesse que mudar, seria o quê?
5. Participou do processo de mudança?
6. A prefeitura (ou outros órgãos, outras pessoas) chamava para ouvir a sua opinião? Participava? Pq sim, pq não?
7. Você se mudaria de Lavras Novas para outro lugar? () Sim () Não. Por quê?
8. Quais são as atividades mais tradicionais no distrito? Elas ainda acontecem?
9. Existe, por parte dos moradores, da prefeitura ou do setor privado, tentativas de resgate da cultura local?
10. Como é hoje a relação dos moradores nativos de Lavras Novas com os comerciantes, proprietários de pousadas e demais grupos que exploram o turismo no lugar?

O que você espera para o seu futuro em Lavras Novas no que tange à exploração do turismo?

APÊNDICE 6 - Roteiro de Entrevista População Local: Grupo 2

POPULAÇÃO LOCAL: Grupo 2

Nome:
Profissão:
Nativo de Lavras Novas?

1. Lavras Novas está diferente de tempos atrás, não acha? Desde quando?
2. Por quem? (o quanto de pessoas como o entrevistado/gente “de fora”).
3. Acha que está melhor agora que antes? Porque?
4. Se tivesse que mudar, seria o quê?
5. Participou do processo de mudança?
6. A prefeitura (ou outros órgãos, outras pessoas) chamava para ouvir a sua opinião? Participava? Pq sim, pq não?
7. Como é hoje a relação dos moradores nativos de Lavras Novas com os comerciantes, proprietários de pousadas e demais grupos que exploram o turismo no lugar?
8. O que você espera para o seu futuro em Lavras Novas no que tange à exploração do turismo?

ANEXOS

ANEXO 1 - Lei de Criação do distrito de Lavras Novas



gla
JCC

LEI Nº 117/05***CRIA O DISTRITO DE LAVRAS NOVAS.***

O Povo do Município de Ouro Preto por seus representantes na Câmara Municipal decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criado, no território do Município de Ouro Preto, o distrito de Lavras Novas, com sede na povoação de mesmo nome.

Art. 2º – O distrito que passará a compor o Município de Ouro Preto, após sancionada a presente lei, terá a seguinte confrontação, conforme texto aprovado pelo IGA - Instituto de Geociências Aplicadas, órgão da Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Ensino Superior:

DIVISAS INTERDISTRITAIS

1 - Entre os distritos de Ouro Preto (sede) e Lavras Novas:

Começa no lugar denominado Sertão de Cima, no ponto fronteiro à cabeceira do córrego da Domingas ou Rio Acima; por espigão, alcança o divisor da vertente da margem esquerda do córrego do Manso, seguindo por ele até alcançar o ponto fronteiro à sua confluência com o córrego Belém no córrego dos Prazeres; desce a encosta, atinge esta confluência e sobe pelo córrego do Belém até a sua cabeceira; prosseguindo por espigão, contorna as cabeceiras do córrego do Moinho e segue pelo seu divisor da vertente da margem direita até atingir o ponto fronteiro à sua foz no ribeirão Falcão; desce a encosta e atinge esta foz.

2 - Entre os distritos de Rodrigo Silva e Lavras Novas:

Começa no ribeirão Falcão, na foz do córrego do Moinho; desce pelo ribeirão Falcão até a sua confluência com o ribeirão da Cachoeira no rio Maynard.

Entre os distritos de Santa Rita de Ouro Preto e Lavras Novas:

Começa na confluência dos ribeirões da Cachoeira e Falcão, no rio Maynard; desce por este rio até a foz do córrego do Forjo.

gla

*JS*
LC

Entre os distritos de Santo Antônio do Salto e Lavras Novas:

Começa no rio Maynard, na foz do córrego do Forjo; transpõe este rio e sobe a encosta fronteira alcançando o seu divisor da vertente da margem esquerda; prossegue por este divisor em direção à serra de Lavras Novas, e daí, contornando as cabeceiras do córrego das Lajes, continua pelo divisor da vertente da margem esquerda desse córrego e alcança a sua foz no córrego dos Prazeres; sobe a encosta fronteira a essa foz, contorna a represa do Custódio e alcança o divisor da vertente da margem esquerda do córrego dos Prazeres no limite com o município de Mariana.

Art. 3º – As folhas da Carta do Brasil: “Mariana” escala 1:50.000, 1976, do IBGE, e “Ouro Preto” escala 1:50.000, 1985, do IBGE, que permite visualizar o território abrangido pelo distrito, são partes integrantes desta Lei.

Art. 4º - O novo distrito deverá ser instalado no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades e a quem a execução e o cumprimento desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 14 de outubro de 2005.

ANGÉLO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Projeto de Lei nº 143/05
Autoria: Vereador Flávio Andrade